

Monografia - Caio Sanchez Barini



TCC/UNICAMP
B239p
1290003757/IE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

POLÍTICA ECONÔMICA
EM ECONOMIAS MONETÁRIAS -
A VISÃO PÓS-KEYNESIANA

200 9005 60

Monografia apresentada como requisito à conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Orientador: Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon. Banca: Prof. Dr. Rogério Pereira de Andrade.



Caio Sanchez Barini
RA 015603

CAMPINAS, DEZEMBRO DE 2008

TCC/UNICAMP
B239p
1290003757/IE

CEDOC/IE/UNICAMP

Meus agradecimentos:

**ao Prof. Dr. Antonio Carlos de Macedo e Silva,
pelos comentários e boa vontade inestimáveis.**

**ao Prof. Dr. Rogério Pereira de Andrade,
pelas indicações bibliográficas essenciais para a elaboração desta
monografia, e por seus comentários, sugestões e correções.**

**ao Prof. Dr. David Dequech e demais professores
que me estimularam a pensar a economia e nossa sociedade
com entusiasmo e seriedade, e de uma forma profunda e realista.**

**ao Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon,
pela orientação deste trabalho.**

**Minha gratidão a Sergio Negri Neto (Zezé), pelo “*coaching*”, e a
Izabel Donalísio e Bárbara Bolzani, pela amizade e apoio.**

**Minha especial gratidão à minha família, pelo apoio e carinho nestes
anos de graduação, e especialmente quando da elaboração deste trabalho.**

RESUMO

Esta monografia procura responder qual a formulação específica de política econômica da escola pós-keynesiana. Compreendemos por *formulação específica* o conjunto de prescrições de política econômica, assim como as características peculiares deste conjunto e ainda seus determinantes teóricos e metodológicos.

Para realizar este estudo, apresentamos as principais bases teóricas e metodológicas que importam ao nosso enfoque, observando, a partir delas, quais são as visões de mundo (modo de pensamento/aspectos metodológicos/valores) e de macroeconomia da escola pós-keynesiana. Mostramos como estas duas visões possibilitam e determinam a compreensão particular de intervenção estatal na economia da escola, para em seguida discorrer sobre a formulação de política econômica em si (política fiscal; monetária; internacional; outras políticas; articulação entre as políticas e ação discricionária do Estado).

Concluimos que o pós-keynesianismo apresenta, além de especificidades teóricas e metodológicas, uma formulação particular de política econômica, que apresenta como principais características: grande amplitude de instrumentos e de áreas de aplicação; universalidade das políticas e grande adaptabilidade às situações reais; grande integração teórica, orientada de forma consciente pelos valores da escola, e; ênfase na transformação de estruturas sociais e econômicas. Encerramos a discussão considerando quais os limites e contribuições do pensamento pós-keynesiano para o entendimento de economias capitalistas modernas e à aplicação de políticas econômicas, apontando seu potencial frente ao momento histórico em que nos encontramos de crise do liberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-keynesianismo; economia pós-keynesiana; política econômica; intervenção estatal.

ABSTRACT

This monograph seeks to answer which is the specific formulation of economic policy presented by the Post Keynesian school of thought. We understand by *specific formulation* the set of economic policy prescriptions, its peculiar characteristics and theoretical and methodological determinants.

In order to proceed with this study, we present the main theoretical and methodological bases that matter to our subject, observing the consequent *world view* (mode of thought/methodological aspects/ideology) and view of the macroeconomic system that arise. We show how these two views make possible and determine the understanding of state intervention in the Post Keynesian perspective. After that, we expose the Post Keynesian economic policy prescriptions (fiscal policy; monetary policy; international policies; other policies; policy planning and State discretionary actions).

We conclude that Post Keynesianism presents, besides theoretical and methodological peculiarities, a specific formulation of economic policy that holds the following characteristics: broad scope of instruments; universality and great capacity of adaptation to real-world situations; broad theoretical integration, consciously guided by the school's ideological values and; emphasis on social and economic structural transformation. We finish our discussion considering the limits and contributions of Post Keynesian thought to understanding modern capitalist economies and to policy application, indicating its potential given the current historical moment of crisis of the free market approaches in economics.

KEYWORDS: Post Keynesianism; Post Keynesian economics; economic policy; state intervention.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	pg. 01
DOS OBJETIVOS DESTA MONOGRAFIA	pg. 05
DA JUSTIFICATIVA	pg. 08
DA DISPOSIÇÃO DOS CONTEÚDOS	pg. 09
CAPÍTULO 1 - AS ORIGENS E OS CONTORNOS DO PÓS-KEYNESIANISMO	pg. 11
1.1. KEYNES E OS “KEYNESIANISMOS”	pg. 11
1.2. OS PÓS-KEYNESIANOS, KEYNES E OS KEYNESIANOS	pg. 16
CAPÍTULO 2 - PRINCIPAIS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO PENSAMENTO MACROECONÔMICO PÓS-KEYNESIANO	pg. 20
2.1. EXPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	pg. 22
2.1.1. Visão de ciência econômica.	pg. 22
2.1.2. Ênfase em instituições.	pg. 24
2.1.3. Princípio da demanda efetiva (PDE).	pg. 27
2.1.4. Equilíbrio econômico.	pg. 32
2.1.5. Incerteza fundamental e expectativas.	pg. 34
2.1.6. Moeda e Economia monetária.	pg. 37
2.1.7. Ciclos econômicos, instabilidade, desequilíbrios e desigualdades do sistema.	pg. 40
2.1.8. Transformação de estruturas.	pg. 41
2.1.9. Investimento, escolha de ativos e taxa de juros.	pg. 43
2.1.10. Modo de pensamento Babilônico.	pg. 47
2.1.11. Metodologia pós-keynesiana: relevância, realismo crítico e retrodução.	pg. 51
2.2. AS PRINCIPAIS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS E O PENSAMENTO PÓS-KEYNESIANO SOBRE POLÍTICAS ECONÔMICAS	pg. 54
2.2.1 A “visão de mundo” pós-keynesiana: métodos e valores.	pg. 54
2.2.2 A visão pós-keynesiana de macroeconomia: amplitude.	pg. 55
2.2.3 A visão pós-keynesiana de intervenção estatal na economia.	pg. 58
2.2.4 A visão geral pós-keynesiana de política econômica.	pg. 60

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS ECONÔMICAS PÓS-KEYNESIANAS	pg. 68
3.1. POLÍTICA FISCAL	pg. 69
3.1.1 A política fiscal na ótica particular dos pós-keynesianos.	pg. 69
3.1.2 Política fiscal e demanda agregada.	pg. 73
3.1.3 Aspectos qualitativos da política fiscal.	pg. 75
3.1.4 Prescrições específicas de políticas fiscais pós-keynesianas.	pg. 76
3.2. POLÍTICA MONETÁRIA	pg. 78
3.2.1 O diagnóstico pós-keynesiano das políticas monetárias ortodoxas.	pg. 78
3.2.2 Inflação e oferta de moeda na visão pós-keynesiana.	pg. 79
3.2.3 A formulação pós-keynesiana de política monetária e seus fundamentos teóricos.	pg. 80
3.3. POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL	pg. 83
3.3.1 Recomendações gerais, causas e objetivos das políticas internacionais.	pg. 83
3.3.2 O papel dos controles de capitais e sua eficiência macroeconômica.	pg. 86
3.3.3 Reformas do sistema financeiro internacional e regime cambial.	pg. 87
3.4. OUTRAS POLÍTICAS ECONÔMICAS	pg. 90
3.4.1 Reformas e arranjos institucionais.	pg. 91
3.4.2 Políticas de renda e outras medidas anti-inflacionárias.	pg. 93
3.4.3 Políticas industriais para cresc. ec. sob restrição do balanço de pagamentos.	pg. 94
3.4.4 Comunicação entre governo e agentes econômicos.	pg. 95
3.5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO: ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS E AÇÃO DISCRICIONÁRIA DO ESTADO	pg. 96
 CONCLUSÃO	pg. 100
1. A FORMULAÇÃO ESPECÍFICA PÓS-KEYNESIANA DE POLÍTICA ECONÔMICA	pg. 100
2. CONSIDERAÇÕES FINAIS	pg. 101
2.1 Contribuições da visão pós-keynesiana.	pg. 103
2.2 Limites da visão pós-keynesiana.	pg. 105
2.2.1 Economia do meio ambiente, teoria econômica e as atuais questões ambientais.	pg. 105
2.2.2 Restrições às políticas econômicas pós-keynesianas.	pg. 108
2.3 Importância do pensamento pós-keynesiano.	pg. 110
 REFERÊNCIAS	pg. 114

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se no mundo capitalista – notadamente na Europa e nos EUA, os centros do sistema – um consenso geral em prol da intervenção do Estado na economia. O objetivo primeiro desta intervenção era regular o nível de atividade econômica, aplicando-se políticas anti-cíclicas e mantendo-se o pleno-emprego, de forma a beneficiar indivíduos e empresas. Esta maneira de se compreender a economia e a aplicação de políticas econômicas ficou conhecida como “keynesianismo”. Representava tamanha transformação com relação à visão clássica dominante até então, que ficou conhecida como a “revolução keynesiana”. O keynesianismo tornou-se hegemônico no pensamento econômico, mas também na visão dos “*policy-makers*” e de suas respectivas sociedades, ocupando este posto por aproximadamente três décadas, configurando-se o que veio a ser chamado “era keynesiana”¹. Na teoria econômica, esta visão de mundo teve como expressão hegemônica a chamada “síntese neoclássica”, arcabouço teórico resultante (ou melhor, vitorioso) dos debates impulsionados pelo trabalho seminal de John Maynard Keynes (“A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, de 1936).

Na direção oposta, desde meados dos anos 70, em contexto de crise, observou-se uma inflexão no pensamento econômico, com o “crescimento de uma nova onda conservadora na teoria e na política econômica, de forma inesperadamente forte e duradoura. Seu principal alvo foi o evidente domínio das visões keynesianas entre os *policy-makers* e macroeconomistas” (CARVALHO, 1999:258). Os monetaristas² ganharam espaço no *mainstream* econômico e dentre os *policy-makers*, seguidos pelos novo-clássicos³, e ao largo deste movimento, a “reação neoliberal” – que passa a defender um Estado Mínimo, e neutro

¹ A “era keynesiana” estende-se do pós-segunda guerra mundial ao início dos anos 70. Cf. Silva, 1996:1.

² A escola Monetarista está particularmente associada com o nome de Milton Friedman e com a Universidade de Chicago. Desenvolveu-se nos anos 50 e 60, sendo que no início dos 70 já encontrava grande espaço nos EUA e na Inglaterra, e que no final dos anos 70, com a eleição de governos conservadores de Thatcher e Reagan (reação neoliberal), atinge o âmbito governamental (STEWART, 1987:157). O monetarismo tem seu “período áureo” nos primeiros anos da década de 1980.

³ “O pensamento econômico amplamente hegemônico até o final da década de 1980 foi elaborado pela escola novo-clássica. As bases deste pensamento eram: (a) os agentes maximizam suas funções utilidade e lucro e formam expectativas racionais; e (b) os mercados se auto-equilibram automaticamente via preços, os quais, portanto, são plenamente flexíveis. Segundo a teoria novo-clássica, os níveis de equilíbrio do produto e do emprego – na ausência de erros expectacionais [isto é, se o governo não interferir com ações-surpresa, gerando erros expectacionais] – só se alteram se houver mudanças de gosto e/ou choques tecnológicos” (SICSÚ, 2003:147). Os novo-clássicos consideram que o governo não consegue intervir na economia via políticas macroeconômicas (isto é, políticas seriam inócuas, não afetando o nível de emprego e produto), a não ser nos casos em que aja com postura não clara, de forma a surpreender os agentes. Mas, mesmo nestes casos, em última instância a intervenção não seria indicada. Para os novo-clássicos, somente o Estado gera instabilidade, já que o mercado, por si, é o mais estável possível e resolverá os choques da forma mais rápida possível. (GROSSMAN, 1980). Para eles, portanto, a intervenção estatal não é desejada.

nas políticas monetárias – suplanta a visão keynesiana de papel do Estado também no âmbito da opinião pública. Os monetaristas tentam provar a ineficiência das políticas macroeconômicas do Estado no longo prazo, enquanto os novo-clássicos procuram fazer o mesmo não somente no que se refere ao longo prazo, mas quanto ao curto prazo também.

No final dos anos 80, surge uma nova escola de pensamento econômico que rompe o consenso ortodoxo monetarista, ainda que de forma muito limitada⁴: os novos-keynesianos. Estes se auto-intitulam novos-“*keynesianos*”, pois são a favor de certas intervenções na economia. Entretanto estas ficam restritas a objetivos e a uma visão de curto prazo, não havendo qualquer defesa de intervenção na economia no sentido que propunha Keynes, com políticas ativas permanentes, planejamento, articulação entre as políticas, etc. Apesar de defenderem alguma intervenção nos mercados, por reconhecerem que estes apresentam falhas, são, em última instância, economistas liberais, isto é, defensores da liberdade de ação dos mercados⁵. A intervenção que defendem tem justamente como objetivo principal permitir o ajustamento mais rápido de preços rígidos na economia, permitindo um melhor funcionamento do mercado.

De fato, até muito recentemente – com a crise dos EUA deste ano de 2008 – idéias fortemente intervencionistas não integravam o receituário do *mainstream* econômico. Tampouco foram hegemônicas nestas três últimas décadas no que diz respeito às visões dos *policy-makers* e da “opinião pública” nos países capitalistas (especialmente desde o Consenso de Washington, de 1989). O quadro parece estar se revertendo. Em artigo publicado recentemente, Godoy (2008) afirma que

no meio da crise internacional, a única certeza a permanecer de pé, tempestade após tempestade, é a de que será necessário rever alguns preceitos econômicos que se fizeram hegemônicos no mundo a partir

⁴ Os novos-keynesianos são economistas contemporâneos, que surgem no final da década de 80. Quebram o consenso ortodoxo monetarista contra a intervenção estatal, ainda que de forma limitada. Acreditam que o mercado é imperfeito, isto é, que há falhas de mercado devido a monopólios, externalidades e assimetrias de informação. Reconhecem que há rigidez de preços (especialmente salários) no curto prazo, e que, então, pode haver flutuações no produto e desemprego involuntário. Devido à rigidez, os salários reais podem ficar mais altos do que o nível que resultaria em pleno emprego, e nesta situação a oferta de trabalho seria maior do que a demanda. Segundo o receituário novo-keynesiano, em casos como este o governo deve agir: se há rigidez nominal, o governo pode fazer política monetária expansiva para fazer salários reais caírem através da inflação que crêem que será gerada. Se a rigidez for de salários reais, então deve buscar mudanças estruturais que permitam aos salários reais se reajustarem. Mas os novos-keynesianos apenas destacam a inadequação da escola novo-clássica para o curto prazo: o longo prazo seria justamente o contexto econômico em que os mercados se auto-equilibram via preços e salários e inexistente desemprego involuntário – contexto para o qual, portanto, a macroeconomia keynesiana seria inútil e a novo-clássica útil, enquanto instrumentos de análise das flutuações econômicas e para a intervenção estatal. (Cf. Sicsú, 2003).

⁵ Note-se que os pós-keynesianos, como demonstraremos, apesar de serem em geral pró-capitalismo, não podem ser identificados como liberais, já que não são pró-mercado. Estes são, em verdade, contra o *laissez-faire*, e a favor de amplas intervenções que controlem os ímpetus negativos intrínsecos ao “mercado” (sistema capitalista).

dos anos 70. (...) talvez uma versão aprimorada do capitalismo seja mais próxima da maneira como os europeus o vêem [hoje] (GODOY, 2008).

Para o economista novo-keynesiano Joseph Stiglitz, a crise financeira atual “equivale, para o fundamentalismo de mercado, ao que foi a queda do Muro de Berlim para o comunismo” (GARDELS, 2008), pois

ela diz ao mundo que esse modelo [neoliberal, contra a intervenção do governo na economia] não funciona. Esse momento assinala que as declarações do mercado financeiro em defesa da liberalização eram falsas. (...) Está claro que necessitamos não só voltar a regular, mas também redesenhar o sistema regulador. (STIGLITZ apud GARDELS, 2008).

Atualmente, as necessidades práticas do capital privado (quais sejam, as de recorrer ao Estado para que este socorra a economia, via pacotes econômicos de grandes proporções e outras medidas) parecem sobrepor-se rapidamente às visões monetaristas. Em artigo recém publicado pelo *Financial Times*, Crooks (2008) observa que “as soluções de Keynes, entre as quais maior gasto público financiado por captação, tornam-se [novamente] populares. [E que] as críticas de que isso alimentará a inflação e os déficits orçamentários continuam a ser ouvidas, mas cada vez mais são consideradas irrelevantes”. Crooks conclui que as idéias de Keynes certamente parecem necessárias agora.

Entretanto, ao longo destas últimas três décadas as visões monetaristas defenderam que, caso interferissem na economia através das políticas “keynesianas”⁶, “os políticos atenderiam à demanda da sociedade, trocando um futuro sólido por benefícios imediatos, porém passageiros, produzindo inflação e arriscando a estabilidade de longo termo para obter um crescimento de curta duração do emprego” (CARVALHO, 1999:259). Com base nas premissas neoliberais/monetaristas, o Estado foi “desmontado” (reduzido e privatizado) em inúmeros países. Hoje, na situação de crise em que o mercado parece lembrar-se do quanto necessita do Estado, este foi reduzido de tal forma que não possui, em muitos casos, instrumentos suficientes para controlar a crise⁷.

De uma forma ou de outra, neste momento de crise o Estado volta a receber enorme atenção do “mercado”, e suas ações e seus respectivos resultados são acompanhados de perto com grande expectativa e temor. O impacto e a amplitude que esta crise assumirá permanecem uma incógnita até que sua última onda passe sobre nós. Mas parece claro que o

⁶ Para os novo-clássicos, tais políticas, na verdade, teriam que se apresentar enquanto “ações surpresa” para que surtíssem efeito sobre a economia. Fossem declaradas ou previsíveis, revelar-se-iam inócuas.

⁷ Apesar do amplo ciclo de privatizações que tivemos no país, quando comparado a outros países o Brasil aparece como exceção a este fato. Em entrevista à Carta Maior veiculada nestes tempos de turbulências internacionais, a economista Maria da Conceição Tavares afirmou que “o Brasil tem algumas vantagens importantes para enfrentar a crise, entre elas a existência de três fortes bancos estatais e pelo menos três grandes empresas públicas de peso, salvas do ciclo de privatizações desfechado pelo governo anterior. Isso dá ao governo instrumentos para intervir fortemente no mercado” (TAVARES, 2008).

desenrolar da História até o presente momento fará necessário uma redefinição do papel do Estado no que se refere à economia e, portanto, aos temas intervenção estatal e políticas econômicas.

Em suma, o mundo capitalista assistiu, desde o final da Segunda Guerra Mundial, uma forte onda intervencionista “keynesiana” que foi hegemônica por aproximadamente três décadas, seguida por uma forte onda liberal, que por sua vez também perdurou por aproximadamente três décadas – tendo, possivelmente, chegado agora ao fim. Este primeiro período foi marcado, nos países “centrais” do capitalismo, por grandes taxas de crescimento econômico e taxas de desemprego muito pequenas. Em termos gerais, as taxas de inflação mostraram-se constantes (sem sinais de aceleração ou desaceleração) a níveis não alarmantes, e foram observadas melhorias das condições de vida das populações, com o estabelecimento de um estado de bem-estar social. Mesmo nos países periféricos a situação econômica apresentou melhorias análogas, guardadas as devidas proporções que são de se esperar em um sistema capitalista. O segundo período, que já se inicia sob o panorama de crise econômica, tem de início a inflação como um problema, apresenta taxas de crescimento expressivamente menores do que as do período anterior, e ainda aumento do desemprego, desmonte do estado de bem-estar social e piora das condições de trabalho e de vida das populações em geral⁸.

A economia pós-keynesiana surge nos anos 70 e, portanto, a defesa de sua visão, assim como o desenvolvimento dela, atravessa o final do chamado “período áureo” do capitalismo (“era keynesiana”) e todo o período liberal das últimas três décadas. Desde seu surgimento, uma das tônicas principais tem sido a defesa de políticas econômicas keynesianas⁹ (intervencionistas) como meios de se atingir melhores resultados para a economia e para a sociedade (Cf. DOW, 1985; DAVIDSON, 1991; DAVIDSON, 1994; ARESTIS, 1996; ARESTIS & SAWYER, 1998; DOW, 2001; CARVALHO e SICSÚ, 2004; DEQUECH, 2005; MINSKY, 2008). Tais economistas desenvolveram uma aproximação particular ao estudo da economia e à sua aplicação, que difere drasticamente das

⁸ As discussões acerca de caso as teorias dominantes em cada período teriam sido ou não responsáveis (e em que medida) pelos respectivos desempenhos sócio-econômicos verificados é ampla e complexa, e dificilmente pode trazer uma resposta segura e categórica (Cf., e.g., STEWART, 1987, capítulo 7). Neste trabalho não entraremos no mérito desta discussão, que foge aos nossos objetivos e possibilidades.

⁹ É importante ficar claro que os pós-keynesianos são “keynesianos” somente nos sentidos de que defendem políticas econômicas estatais intervencionistas – embora se oponham à visão do velho-keynesianismo/síntese neoclássica – e no sentido de que em sua escola há grande influência de Keynes. Segundo Arestis e Sawyer (1998:181, tradução nossa), por exemplo, “nossa aproximação pode ser considerada keynesiana no sentido de que suas implicações de políticas emergem da percepção do papel da demanda agregada na determinação do nível de atividade econômica e da ausência de forças automáticas que levem uma economia de mercado ao pleno-emprego”.

aproximações liberais mencionadas, mas também se diferencia de forma significativa do velho-keynesianismo e mesmo de Keynes. Da mesma forma, desenvolveram uma *formulação específica* de intervenção estatal e política econômica.

É esta formulação particular do pós-keynesianismo quanto à política econômica – isto é, a formulação de políticas em si e seus determinantes – o objeto que nos interessa neste estudo. As perguntas que norteiam esta monografia são: qual a visão pós-keynesiana quanto a políticas econômicas, e quais os limites e contribuições que esta apresenta para o entendimento das economias capitalistas modernas e à aplicação de políticas econômicas? Queremos saber em que medida o pós-keynesianismo nos ajuda a compreender e a interferir na economia de forma mais consciente, profunda, ampla e efetiva, podendo, por exemplo, prevenir e remediar crises como a atual. É o que buscamos responder nos capítulos a seguir. Antes de partirmos a tal tarefa, cabe aprofundarmos os objetivos desta monografia, apresentar nossa justificativa e a disposição dos conteúdos tratados nos capítulos existentes.

DOS OBJETIVOS DESTA MONOGRAFIA

Esta monografia tem o intuito de realizar um estudo teórico que explore a *formulação específica* de política econômica da escola pós-keynesiana.

Compreendemos por “formulação específica” tanto as teorias em si que prescrevem políticas econômicas como também os determinantes da especificidade teórica pós-keynesiana sobre o assunto. É a isto que chamamos de “visão pós-keynesiana de política econômica”: sua *formulação específica*, compreendida como os aspectos teóricos que apresentam e os respectivos fundamentos de sua especificidade.

A pergunta central que direcionará nossas análises é: Qual a formulação específica de política econômica dos pós-keynesianos? Ou seja, queremos saber qual a “visão” dos pós-keynesianos sobre política econômica.

Este estudo teórico será feito com base em uma pesquisa bibliográfica. Para realizar tal estudo, analisaremos: (a) os principais aspectos teóricos e metodológicos da escola (as bases teóricas e metodológicas) que embasam a possibilidade de intervenção estatal e determinam suas especificidades; (b) as prescrições de políticas econômicas que a escola oferece e, finalmente; (c) as relações que se estabelecem entre estes dois níveis teóricos (prescrições de

políticas econômicas e as bases teóricas e metodológicas que as sustentam) do pensamento da escola em questão.

Respondida nossa pergunta, consideraremos ainda quais as contribuições e limites que a visão pós-keynesiana apresenta para o entendimento das economias capitalistas modernas e à aplicação de políticas econômicas, tanto no que diz respeito à teoria prescritiva quanto às suas bases metodológicas e teóricas.

Para respondermos qual a visão dos pós-keynesianos quanto a políticas econômicas, voltamo-nos anteriormente a definir quem são eles (a partir de qual panorama surgiram e porque e a quem vieram). Desta forma, subjacente à nossa pergunta central, surge uma outra secundária: *quem* são os pós-keynesianos? É a esta tarefa que nos dedicaremos no primeiro capítulo.

Em suma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a visão particular pós-keynesiana quanto ao tema política econômica. Os objetivos específicos são:

i) Definir em linhas gerais quem são os pós-keynesianos, no sentido de expor o que possibilitou a eles constituírem-se enquanto escola de pensamento, a partir de qual panorama surgiram, quais suas principais influências, a quem se propõem, como podemos classificá-los em subgrupos, qual a gama de orientações políticas em que se enquadram, etc. Procedendo desta maneira, conheceremos os contornos gerais da escola que fornece nosso objeto de estudo e teremos uma base para as análises subsequentes. Serão expostas também informações sobre os pós-keynesianos que nos ajudam a compreender a origem de suas visões particulares de mundo, de ciência econômica, de macroeconomia e de intervenção estatal (que, por sua vez, embasam a formulação específica de política econômica).

ii) Expor as principais bases macroeconômicas teóricas e metodológicas relevantes à área de política econômica do pensamento pós-keynesiano, isto é, aqueles aspectos que interessam ao viés de nossa pesquisa. A partir destas bases, compreender e expor qual a visão geral de macroeconomia, de ciências econômicas, de mundo e de intervenção estatal que apresentam tais economistas. Com estas exposições, esperamos poder responder a uma parte da pergunta “qual a visão dos pós-keynesianos sobre política econômica”, já que é a partir destas visões que se forma a visão particular pós-keynesiana sobre política econômica.

iii) Analisar a concepção teórica pós-keynesiana quanto a políticas econômicas (aspectos normativos), isto é: expor as recomendações gerais de prescrições de políticas e também instrumentos específicos de política econômica sugeridos como válidos por esta corrente de pensamento, possibilitando que observemos as características (especificidades pós-keynesianas) que as recomendações apresentam no todo (sua abrangência, peculiaridades, etc.). Com isto, esperamos responder a mais uma parte da pergunta central de nosso estudo.

iv) Observar quais os determinantes teóricos e metodológicos que possibilitam ao pensamento pós-keynesiano apresentar sua visão peculiar do tema políticas econômicas. Com isto buscamos poder responder com maior profundidade à nossa pergunta principal. E, finalmente;

v) Delinear quais as contribuições e limites do pensamento pós-keynesiano para o entendimento de economias capitalistas modernas e à aplicação de políticas econômicas – podendo, por exemplo, prevenir e remediar crises como a atual. Com isto, esperamos poder considerar em que medida a visão dos pós-keynesianos nos ajuda a compreender a economia e a interferir nela de forma mais consciente, profunda, ampla e efetiva.

Finalmente, há mais um aspecto a ser ressaltado. O que nos importa neste trabalho é expor qual a visão pós-keynesiana. Para ressaltar suas especificidades, recorreremos a algumas comparações pontuais com as escolas neoclássicas. Consideramos que os economistas *mainstream* das últimas três décadas são os economistas neoclássicos, o que inclui as visões monetarista, novo-clássica e novo-keynesiana. Contraporemos a *visão* pós-keynesiana à *visão* neoclássica/*mainstream* como um todo, embora seja necessário em alguns momentos comparar os pós-keynesianos a uma escola específica, dado que há diferenças significativas entre os neoclássicos. Desta forma, não nos propomos a executar um extenso estudo comparativo do pós-keynesianismo com as escolas neoclássicas, mas somente recorreremos a comparações com a finalidade de situar o pós-keynesianismo histórica e teoricamente.

DA JUSTIFICATIVA

As contribuições de Keynes para a macroeconomia – e, mais especificamente, para o campo das políticas econômicas – assim como os desdobramentos teóricos a que deram origem, representam uma revolução no rumo da história do pensamento econômico. Representam também uma revolução na forma de se conduzir o Estado e de se compreender e aplicar as políticas econômicas. A “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” de Keynes é a obra que impulsiona no campo teórico as políticas econômicas estatais intervencionistas que ficaram conhecidas como “keynesianas”, amplamente aplicadas no pós-Segunda Guerra Mundial.

Aquilo que ficou conhecido como políticas “keynesianas” representa um amplo leque de políticas e formas de pensá-las. Estas, até há pouco, pareciam estar fadadas ao esquecimento, com o triunfo liberal dos últimos tempos. Os pós-keynesianos, entretanto, continuaram a desenvolver e a defender as amplas possibilidades de se interferir na economia (seja em maior ou menor escala) como algo socialmente benéfico.

As teorias que tratam da concepção e dos instrumentos de políticas econômicas são de importância central a qualquer economia capitalista, já que seus instrumentos influem diretamente e de forma decisiva (seja atuando ou deixando de interferir) em variáveis-chave como emprego, produção, renda, níveis de desigualdade social, crescimento econômico e taxas de juros. Tais teorias influem também no desenho de diversas instituições que ajudam a modelar o comportamento e a cultura de nossas sociedades (vide, por exemplo, o caso das teorias econômicas neoliberais¹⁰, sob cujas bandeiras tantos Estados foram reduzidos, reformados e “desmontados” nas últimas décadas, modificando o panorama social e político nos respectivos países). Tratar das teorias que embasam políticas econômicas é tratar: das possibilidades de se interferir na conjuntura e na estrutura econômica; de desenvolvimento econômico e social; do bem-estar social; do uso do dinheiro público; enfim, dos interesses

¹⁰ Neste trabalho, chamamos de “neoliberalismo” ao fenômeno do ressurgimento dos princípios econômicos liberais do início do século XX, particularmente sob a forma da vertente de “fundamentalistas de livre-mercado” que se desenvolve a partir da Escola de Chicago (a partir dos anos 1970), conformando uma nova doutrina político-econômica. O neoliberalismo, compreendido desta forma, é um resgate e um aprofundamento da doutrina econômica liberal, na medida em que não somente propõe uma economia de livre mercado, mas enfatiza o estabelecimento de um Estado mínimo (Note-se que os princípios econômicos liberais do início do século XX também são conhecidos como “neoliberais”. Referimo-nos neste trabalho ao neoliberalismo de existência mais recente, das últimas três décadas). Usaremos o termo “liberal” no sentido mais amplo dos princípios econômicos do *laissez faire*, de forma que o neoliberalismo é compreendido como um tipo de (e um aprofundamento do) liberalismo. Sobre neoliberalismo e teorias econômicas, cf. SANTOS, 1999.

materiais (e indiretamente de parte dos imateriais) das organizações e populações que vivem sob regimes capitalistas.

Dessa forma, se o tema política econômica e intervenção estatal é da maior importância em economia e também para as sociedades, faz-se relevante estudarmos as contribuições do pensamento pós-keynesiano a esta área, buscando o porquê das peculiaridades que apresentam suas propostas. Particularmente, as políticas pós-keynesianas são de importância neste momento histórico de crise econômica e incompatibilidade das teorias econômicas neoliberais – que têm predominado na academia e entre os *policy-makers* – com as necessidades emergenciais de intervenção com que os *policy-makers* se confrontam. Frente à crise do liberalismo que já se anuncia, teorias consistentes que trabalhem com uma maior presença do Estado na economia fazem-se necessárias. Enquanto o liberalismo ganhava espaço no cenário político mundial, os pós-keynesianos continuaram a desenvolver suas teorias referentes a economias monetárias, esperando, quem sabe, a próxima manifestação da “instabilidade inerente ao sistema capitalista”, e de seus efeitos destrutivos, para que pudessem ser escutados. Este momento parece ter chegado.

DA DISPOSIÇÃO DOS CONTEÚDOS

No item 1 do primeiro capítulo, discutiremos a importância do pensamento de Keynes e seu caráter revolucionário em termos teóricos, para em seguida evidenciar que este pensamento foi transformado e utilizado nas ciências econômicas de maneiras parciais e equivocadas, dando origem a diversos “keynesianismos”. Evidenciaremos que, dentre estes keynesianismos, a escola que hoje é chamada de velho-keynesiana foi hegemônica, e que foi especialmente a ela que o pós-keynesianismo opôs-se quando de seu surgimento. Em seguida, no item dois, descreveremos diversas características (sociológicas e históricas) da escola pós-keynesiana, de forma a delimitarmos seus contornos. Completada esta tarefa, teremos respondido parte de nossa pergunta, já que teremos identificado, em linhas gerais, quem são os pós-keynesianos, a partir de qual panorama surgiram, e porque e a quê vieram – elementos fundamentais para respondermos à questão de qual a visão específica que apresentam quanto a políticas econômicas.

No capítulo 2, primeiramente descreveremos e analisaremos as principais bases macroeconômicas teóricas e metodológicas pós-keynesianas relevantes ao nosso estudo. Com

este estudo poderemos, em seguida, compreender o que forma as visões pós-keynesianas de mundo, de ciência econômica e de macroeconomia, sobre as quais se constrói sua visão de intervenção estatal. Trataremos também das características gerais das políticas econômicas, que são as maneiras de o governo intervir na economia.

No capítulo 3, voltar-nos-emos às políticas econômicas em si, analisando os aspectos principais das prescrições gerais pós-keynesianas quanto a políticas econômicas, e também exemplos específicos de políticas propostas por diferentes autores. Com esta análise, será possível observarmos qual é, num primeiro plano, a formulação específica de política econômica que a escola estudada apresenta (a formulação como um todo só poderá ser obtida somando-se outros níveis de análise, quais sejam aqueles que determinam sua especificidade). O capítulo será dividido em cinco itens, sendo os quatro primeiros referentes a seus diversos instrumentos (políticas fiscal, monetária, internacional e outras políticas) e o último à questão da articulação entre as políticas econômicas, isto é, do planejamento econômico.

Finalmente, apresentaremos a conclusão desta monografia, levando a discussão realizada um passo adiante. Primeiramente, retomaremos a discussão sobre a formulação específica pós-keynesiana de política econômica, sintetizando os principais pontos apresentados. Em seguida, nas considerações finais, discutiremos as contribuições e limites do pós-keynesianismo para o entendimento das economias capitalistas modernas e à aplicação de políticas econômicas em tais economias.

CAPÍTULO 1 - AS ORIGENS E OS CONTORNOS DO PÓS-KEYNESIANISMO

Neste capítulo, buscaremos definir em linhas gerais qual a origem dos pós-keynesianos e quem são eles. Primeiramente, exporemos brevemente quais as origens do pós-keynesianismo, isto é, procuraremos evidenciar aquilo que justifica seu surgimento, ou ainda a quem vieram tais economistas. Discutiremos a importância do pensamento de Keynes e seu caráter revolucionário em termos teóricos, para em seguida evidenciar que este pensamento foi transformado e utilizado nas ciências econômicas de maneiras parciais e equivocadas, dando origem a diversos “keynesianismos”. A escola keynesiana (neoclássica) hegemônica no pós-Segunda Guerra Mundial foi a dos chamados velhos-keynesianos, e é especialmente a ela que o pós-keynesianismo nasce opondo-se. Em seguida, passaremos a definir em linhas gerais quem são os pós-keynesianos, delineando por alto seus contornos sociológicos e históricos. Procedendo desta maneira, conheceremos os contornos gerais da escola que fornece nosso objeto de estudo e teremos uma base para as análises subsequentes.

1.1 KEYNES E OS “KEYNESIANISMOS”

Ao publicar sua “Teoria geral”¹¹, em 1936, John Maynard Keynes forneceu um arsenal teórico cujos impulsos iniciais revolucionaram a maneira de se pensar a economia¹² (inclusive delimitando os contornos da macroeconomia¹³) e também de aplicá-la¹⁴, impulsionando ainda debates, revisões e novos desenvolvimentos teóricos¹⁵. Políticas econômicas adotadas no pós-

¹¹ “A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” (KEYNES, 1983). O livro foi traduzido com nomes ligeiramente diferentes. Barber (1976) refere-se ao mesmo como “Teoria Geral do Emprego, Juro e Dinheiro”.

¹² Nas palavras de William J. Barber (1976:217): “Sem dúvida alguma, os maiores avanços no pensamento econômico do século XX estão associados ao nome e à obra de John Maynard Keynes”; “[Keynes] formulou sua Teoria Geral do Emprego, Juro e Dinheiro, uma obra que rompeu decididamente com a tradição ortodoxa neoclássica”.

¹³ Mais especificamente, foi o princípio da demanda efetiva que desempenhou importante papel quanto ao nascimento da macroeconomia enquanto uma disciplina separada, à época da depressão econômica dos anos 1930 (DEQUECH, 2005:524). Mas deve-se ressaltar que, embora os impulsos que resultaram da publicação dos trabalhos de Keynes tenham tomado o sentido de separar o estudo econômico entre a macroeconomia e a microeconomia, há economistas que vêem isto como mais um equívoco interpretativo. Dow (1996:64, tradução nossa), por exemplo, afirma que “a separação micro-macro foi tanto o resultado de uma interpretação equivocada da microeconomia de Keynes quanto de qualquer decisão positiva de separar os dois níveis de análise”.

¹⁴ “O resultado foi uma revolução tanto no nível acadêmico como no de políticas [econômicas]” (DOW, 1985: 58, tradução nossa). Keynes “foi sobretudo, e em primeiro lugar, o maior gênio econômico do século, alguém capaz de mudar com um único livro (...) não apenas a ciência a que se dedicou, mas o próprio curso do capitalismo” (SILVA, 1996).

¹⁵ “*The general theory of employment, interest and money* exerceu, dentro dos doze primeiros anos que se seguiram à sua publicação (1936), mais influência sobre o pensamento dos economistas profissionais e dos autores da política que qualquer outro livro em toda a história do pensamento econômico em número comparável de anos. Do mesmo modo que *A riqueza das nações*, de Adam Smith, no século XVIII, e *O capital* de Marx, no século XIX, a *General theory* de Keynes tornou-se o centro da polêmica entre os escritores, quer profissionais

II Guerra com o intuito de gerar um estado de bem-estar social, e que apresentavam dentre suas marcas a busca do pleno-emprego através da intervenção do Estado na economia, ficaram genericamente conhecidas como políticas “keynesianas”¹⁶, mesmo nos casos em que as políticas em questão diferiam ou contradiziam as recomendações originais de Keynes. Ou seja, os termos “keynesianismo” e “políticas keynesianas” passaram a ser usados de maneira distinta do que teria imaginado o economista cujo nome derivou estes rótulos: ora de forma mais abrangente, ora para remeter-se a apenas alguns dos aspectos levantados como fundamentais pelo economista, deixando outros de lado e perdendo-se, assim, a coerência original de sua teoria¹⁷. De fato, Dequech (2005) argumenta que a “revolução keynesiana” aconteceu de forma muito mais branda do que pretendia Keynes.

Keynes trouxe à discussão econômica a importância do fator tempo, a importância das instituições, a possibilidade de haver equilíbrio fora do pleno-emprego, e problemas relacionados com a existência de desigualdades sociais. Reinterpretou o conceito e o sentido da moeda na economia, criando o conceito de “economia monetária”. Postulou o Princípio da Demanda Efetiva (PDE), segundo o qual é o gasto (demanda) que gera a renda da economia¹⁸, e introduziu um novo conceito de “incerteza”, de grande importância ao conceito de economia monetária. Inovou, ainda, em termos metodológicos, resgatando o modo de pensamento babilônico (Cf. item 2.1.10). Mostrou através dos conceitos de economia monetária e do princípio da demanda efetiva que o setor privado poderia gerar um nível de demanda incompatível com o pleno-emprego. Defendeu a intervenção estatal na economia como modo necessário de se solucionar a contradição entre racionalidade individual e social¹⁹, intrínseca a

ou não profissionais. O livro de Smith é um vibrante repto ao mercantilismo; o de Marx uma crítica demolidora do capitalismo, e o livro de Keynes é um repúdio dos fundamentos do *laissez faire*” (DILLARD, 1989).

¹⁶ Em 1976, Barber afirmava que: “Em grande parte, as reorientações das abordagens à política econômica dos últimos 30 anos foram orientadas pela análise econômica *keynesiana*” (BARBER, 1976:217, grifo adicionado).

¹⁷ Como oportunamente observou Carvalho (1999:260), “é surpreendente a diversidade de interpretações atribuídas à expressão ‘políticas keynesianas’”. Mais especificamente, “Keynes acreditou na necessidade e na possibilidade da intervenção estatal. Os significados de intervenção, contudo, eram diferentes dos que eram conhecidos naquele momento, e vieram a ser diferentes do que se imaginou, no pós-guerra, serem as políticas econômicas keynesianas” (Ibid.: 270).

¹⁸ E não a produção que gera a renda, que por sua vez determina o gasto/demanda, como defendia a Lei de Say (DEQUECH, 2005). O PDE e a Lei de Say serão discutidos no item 2.1.3, sob o ponto de vista pós-keynesiano.

¹⁹ Keynes argumentava que, para um indivíduo vivendo em uma economia monetária, a escolha de se reter moeda frente à incerteza é algo perfeitamente racional, apesar dos danos que esta atitude pode causar para a sociedade como um todo (CARVALHO, 1999). “Deixados por si mesmos, os indivíduos tenderiam a buscar formas *particulares* de defesa que só poderiam agravar a situação final” (Ibid.: 267, grifo adicionado). Essa contradição entre racionalidade individual e social só poderia ser solucionada através de uma ação global que resolvesse a questão pela *modificação* destas atitudes individuais, ou *apesar* delas. Ora, o único agente capaz de conduzir tal ‘ação global’ é o Estado, que assim deveria, para Keynes, intervir na economia. Como a deficiência de demanda agregada é uma falha sistêmica, o Estado deveria intervir visando a atingir e manter níveis de demanda compatíveis com o pleno-emprego de fatores. Nas palavras de Carvalho (1999:267), “em economias

economias monetárias e responsável pela existência de desemprego na economia (CARVALHO, 1999).

O economista era um grande defensor do capitalismo, apesar de acreditar que, deixado a sua própria vontade, traria conseqüências desastrosas. Era a favor do capitalismo, mas expressamente contra o *laissez faire*. O socialismo e a eliminação da propriedade privada como meios de transferir as decisões alocativas para o Estado também foram rejeitados de forma explícita por ele (CARVALHO, 1999:266). Mas mesmo assim o economista via dois grandes problemas em nosso sistema econômico, sendo eles o excessivo grau de concentração da renda e a incapacidade do sistema de sustentar o pleno-emprego de trabalhadores e da capacidade produtiva. Considerou este último como o mais grave, já que existem várias maneiras de se reduzir desigualdades²⁰. Contra a desigualdade, propunha correções via sistema tributário (Ibid.).

O tipo de intervenção estatal que Keynes defendia, assim como sua magnitude, foram objetos de interpretações diversas e muitas vezes equivocadas (Ibid.: 261). Em suma, Keynes defendia que o Estado executasse políticas horizontais que buscassem atingir todo o conjunto de investimentos privados a partir da criação de um *ambiente macroeconômico estável e seguro*, no qual os agentes privados fossem estimulados a fazer escolhas mais arriscadas, e *não somente a acumular ativos líquidos*. A intervenção deveria ser planejada para impulsionar a demanda agregada, reduzindo assim as incertezas com relação ao futuro da economia, o que por sua vez estimularia o investimento privado. Caso necessário, o Estado poderia também executar políticas industriais restritas e conduzir inversões diretamente, desde que não competisse com o setor privado (CARVALHO, 1999; ARESTIS, 1996).

Para criar um ambiente macroeconômico seguro que incentivasse o investimento privado, o governo dispunha de alguns mecanismos, dentre os quais se destacavam uma política monetária que mantivesse os juros baixos e uma política fiscal que garantisse a manutenção da demanda agregada em altos níveis. Procedendo desta maneira, e, mais do que

monetárias, o pleno-emprego apenas pode ser alcançado por acidente ou por ação deliberada, qual seja, a política de Estado (...) desde que se considere que este é apto a tal tarefa”.

²⁰ Keynes, como homem que cria na racionalidade voltada à busca de uma melhor sociedade como meio através do qual as decisões econômicas seriam tomadas, talvez tenha negligenciado o peso de interesses políticos nas decisões que afetam a sociedade (Cf. SCHWARTZ, 1984). Apesar de haver várias possibilidades de redução à desigualdade de renda (e riqueza), as classes privilegiadas mostram forte resistência a que se diminua a distância entre si e os demais setores da sociedade. A experiência histórica brasileira, por exemplo, revela esta resistência política a que se altere a estratificação social de forma significativa. Podemos especular que talvez o economista tenha pensado desta maneira por ter desenvolvido sua teoria durante a Grande Depressão, quando certamente o problema mais urgente era a falta de demanda agregada, o desemprego, e etc. Com a economia toda em depressão, a desigualdade talvez se colocasse como um problema secundário.

isso, afirmando publicamente esta estratégia como seu compromisso permanente, o governo geraria: demanda inflada para a produção do setor privado (e vale lembrar que para Keynes a demanda corrente é projetada como demanda esperada para o próximo período, influenciando a decisão de investimento); incentivo direto ao investimento devido aos juros baixos e incerteza reduzida. O incentivo ao investimento estaria criado. E as expectativas seriam de que este estado de coisas perdurasse indefinidamente.

Desta forma, para Keynes a esfera de atuação do governo não se sobrepõe à esfera privada, mas, contrariamente do que criam os liberais, mais, e não menos planejamento seria necessário para garantir a liberdade efetiva da sociedade (CARVALHO, 1999:269-70). Visando a garantir a liberdade almejada, porém em um cenário econômico de horizontes de maior estabilidade e prosperidade (e menor incerteza), Keynes propôs que os investimentos estatais “deveriam ser implementados por órgãos semi-autônomos, entidades não privadas, mas que também não fossem propriamente parte do governo” (Ibid.:270). Segundo Arestis (1996:128), o economista falava em proporções de 2/3 e até ¾ do investimento total sendo conduzido pelo Estado ou sendo influenciado por órgãos públicos ou semi-públicos, com o intuito de evitar flutuações cíclicas na economia.

É importante notarmos ainda que “Keynes estava muito mais atento a alguns perigos posteriormente apontados por críticos, tanto da direita como da esquerda, como em geral se reconhece” (CARVALHO, 1999:261) e, inclusive, estava atento à questão da eficiência econômica sob condições de intervenção estatal, e mesmo da eficiência da intervenção estatal em si²¹ (Ibidem).

Como argumentamos anteriormente, após Keynes surgiram diversas interpretações para os termos “keynesianismo” e “políticas keynesianas”. De fato, o *mainstream* econômico absorveu a proposta de Keynes de que o governo deveria intervir na economia para garantir um nível de demanda em patamar suficiente para manter o pleno-emprego, assim como a proposição teórica de que renda e emprego eram determinados pela demanda (MITCHELL & WATTS, 2003). Isto permite, por exemplo, que Stewart (1987:141-2, tradução nossa) afirme que na Inglaterra:

²¹ Críticos do modelo intervencionista de substituição de importações implementado no Brasil entre os anos 50 e 80 apontavam como sua principal falha a perda de eficiência (baixa produtividade) da economia nacional devido a seu fechamento e à grande participação direta do Estado (que seria ineficiente por natureza) nos investimentos e alocações de recursos. Tais críticas foram feitas de forma a se direcionar ao modelo “keynesiano”, “intervencionista”, e representaram elementos fundamentais no processo de descrédito da intervenção estatal em geral – particularmente dos modelos desenvolvimentistas – e da ascensão do neoliberalismo, nas décadas de 1980 e 90. É interessante observar este debate à luz da discussão sobre o que seria o pensamento de Keynes e de como teriam se materializado, de fato, os diversos “keynesianismos”.

Em 1944, (...) economistas e servidores públicos, e até mesmo alguns políticos, homens de negócio e líderes sindicais haviam absorvido o que Keynes vinha defendendo. Foi aceito que o governo poderia e deveria regular o gasto de forma a manter um nível de demanda efetiva suficiente para preservar o pleno-emprego.

Entretanto, se nos seus contornos mais grosseiros a visão defendida por Keynes foi absorvida, como evidencia Dequech (2005:524, tradução nossa), não se tratou de uma simples e total absorção daquilo que “Keynes vinha defendendo”. Na verdade,

Logo após a publicação da *Teoria Geral* de Keynes iniciou-se um processo através do qual algumas de suas idéias foram suavizadas ou interpretadas equivocadamente e combinadas com a ortodoxia neoclássica que ele havia criticado. Isto resultou em um keynesianismo neoclássico, cuja variante original (a síntese neoclássica) é agora conhecida como velho-keynesianismo.

Este keynesianismo neoclássico, que reunia idéias “suavizadas” e até mesmo interpretações equivocadas de Keynes à ortodoxia neoclássica, tornou-se hegemônico no pensamento econômico, inclusive sobrepondo-se a outras interpretações “keynesianas”. Esta hegemonia no pensamento econômico perdurou por mais de duas décadas, no pós II Guerra Mundial (BARBER, 1976).

O modelo do velho-keynesianismo, híbrido resultante do processo de suavização, reinterpretção e combinação com a ortodoxia das idéias de Keynes, apresentava, inclusive, elementos que seriam contraditórios com o que o economista defendia. Ferreira (2003:36) evidencia, por exemplo, que “os fundamentos microeconômicos do modelo da síntese neoclássica eram fundamentalmente Walrasianos: os mercados de bens e de produto eram perfeitamente competitivos, não havia externalidades e a informação era perfeita”. Ora, se a informação era vista como perfeita, é porque se reduzira qualquer incerteza quanto ao futuro a um risco quantificável, o que significa que não havia incerteza no sentido definido por Keynes (e, como evidenciaremos neste trabalho, este conceito é fundamental à visão dos pós-keynesianos, assim como o era em Keynes).

Dessa forma, grande parte daquilo que o autor defendia foi deixado de lado, parte foi modificado ou interpretado equivocadamente e ainda sua teoria foi combinada com aquela que visava justamente a combater. E, como evidencia Dow (1996:64): “como Keynes introduziu sua nova aproximação teórica mostrando o quão pouco seria necessário para modificar os resultados ortodoxos, não é surpreendente que muita atenção deveria ser dada nas alterações mínimas que ele fez às pressuposições ortodoxas”. Além disso, se a compreensão em sua totalidade e coerência são elementos essenciais ao entendimento e aplicação de qualquer teoria, isto parece ser particularmente verdadeiro ao pensamento de Keynes que, tomado em partes separadas, perde o sentido original, dado a interdependência

de seus conceitos. Como será exposto adiante (item 3.5), por exemplo, a articulação coerente das políticas econômicas como um todo é um aspecto fundamental da visão do economista.

Este é o “keynesianismo” da síntese neoclássica, quando analisado tendo-se por referência a obra de Keynes. Apesar dos conteúdos “perdidos” em sua elaboração, o velho-keynesianismo manteve, ainda que de forma muito parcial, o aspecto revolucionário da obra de Keynes (por exemplo, na simples defesa da própria intervenção estatal). Entretanto, leituras parciais ou equivocadas de sua obra e aplicações práticas com base em seus desdobramentos deixaram diversos aspectos de grande importância do pensamento de Keynes na obscuridade por várias décadas. Como será apontado, os pós-keynesianos surgem com o intuito de resgatar estes princípios, assim como princípios de outros autores que consideram relevantes.

Embora o pensamento de Michal Kalecki (o economista polonês que desenvolveu antes de Keynes princípio análogo ao da demanda efetiva) também tenha sido resgatado pelos pós-keynesianos, constituindo uma grande influência do mesmo ao lado de Keynes, tal pensamento nunca integrou a economia *mainstream* (ao contrário do pensamento de Keynes, que o fez, ainda que de forma parcial). Desta forma, Kalecki apresenta importância central à teoria pós-keynesiana, apesar de não ter sido contra uma distorção de seu pensamento a que os pós-keynesianos voltaram-se de início. Tais economistas resgataram os trabalhos de Keynes contra a interpretação neoclássica do mesmo, e também se debruçaram sobre trabalhos de outros economistas – dentre os quais se destaca Kalecki.

1.2 OS PÓS-KEYNESIANOS, KEYNES, OS KEYNESIANOS

A escola pós-keynesiana nasce, nos anos 70, com o intuito de resgatar e desenvolver as contribuições de John Maynard Keynes e/ou Michal Kalecki²² para as sociedades capitalistas, no que diz respeito a seu conteúdo *revolucionário* e *não-neoclássico*, contrapondo-se ao keynesianismo neoclássico (DEQUECH, 2005). Isto inclui as contribuições teóricas deixadas de lado por este último. O pós-keynesianismo opõe-se às diversas escolas da economia neoclássica que surgiram com o passar do tempo (economia neoclássica pré-keynesiana, velho-keynesianismo/síntese neoclássica, monetaristas, novo-

²² Trata-se de Michal Kalecki, economista polonês que desenvolvera antes de Keynes um princípio muito similar ao da Demanda Efetiva (em sua teoria dos ciclos econômicos que enfatizava a importância da demanda), embora sem alcançar grande reconhecimento público à época. Ao lado de Keynes, é uma grande influência aos pós-keynesianos (HOLT & PRESSMAN, 2001b).

clássicos e novos-keynesianos). Trata-se de uma escola heterodoxa, cujos economistas “acreditam piamente que a economia neoclássica não tem utilidade enquanto uma base para a análise” de questões econômicas do mundo real (ARESTIS, 1996:112, tradução nossa).

Por se tratar de uma escola que nasce opondo-se à síntese neoclássica – que dominava o *mainstream* à época – e se desenvolve debatendo com as demais escolas neoclássicas *mainstream*²³ que surgem no decorrer do tempo, sua contribuição maior à economia – e sob a perspectiva da história do pensamento econômico – é a de apresentar uma visão alternativa às dominantes neoclássicas, com as especificidades que lhe caracterizam.

Além de buscar resgatar os conteúdos revolucionários e não neoclássicos de Keynes que haviam sido interpretados de forma equivocada ou deixados de lado pelos velhos-keynesianos, os pós-keynesianos, à época do nascimento de sua escola, apontam importantes críticas à escola da síntese neoclássica. Dentre estas críticas, duas sobressaem-se: a crítica à igualdade entre poupança e investimento e; a crítica à oferta monetária exógena. Para os velhos-keynesianos, o agregado poupança era responsável por financiar o investimento, compondo, assim, uma identidade estes dois agregados. Para os pós-keynesianos, diferentemente dos neoclássicos, a poupança da economia não gera investimento e tampouco é igual a ele (como veremos no item 2.1.9). Para os velhos-keynesianos, a oferta de moeda era um montante determinado e totalmente controlado pelo banco central, sendo, portanto, uma variável exógena em seu modelo de economia (um “dado” externo ao modelo; uma variável exogenamente determinada pelo banco central). Os pós-keynesianos confrontam esta visão a partir de sua teoria de oferta monetária endógena (explicada no item 3.2, sobre política monetária; como veremos neste item, esta visão particular sobre o tema tem importantes conseqüências teóricas sobre a política monetária).

É importante termos em conta que o pós-keynesianismo (e mesmo sua vertente keynesiana) não é influenciado somente por Keynes. As análises de Michal Kalecki também são centrais à escola. Além disso, os “conteúdos revolucionários e não-neoclássicos” mencionados haviam sido mantidos vivos por autores como Nicholas Kaldor, George Shackle, Joan Robinson, e Sidney Weintraub (DEQUECH, 2005:524; ARESTIS, 1996), todos precursores do pós-keynesianismo²⁴. Para além de John Maynard Keynes e Michal Kalecki, os pós-keynesianos utilizam-nos como referência, assim como têm influências – ainda que

²³ Lembramos que consideramos neste trabalho que os economistas *mainstream* das últimas três décadas são os economistas neoclássicos, o que inclui as visões monetarista, novo-clássica e novo-keynesiana.

²⁴ Note-se que as influências e os “precursores” do pós-keynesianismo são, às vezes, considerados eles mesmos como “pós-keynesianos”. Cf., e.g., Holt & Pressman (2001b).

parciais – de outros autores de renome, como Piero Sraffa, Gunnar Myrdal, John Hicks e Josef Steindl (ARESTIS, 1996). Em termos mais amplos, como mostra Arestis (1996:112, tradução nossa), “as idéias que são classificadas como pós-keynesianas têm uma longa história e a economia pós-keynesiana reflete tanto a tradição Clássica e Marx quanto reflete Keynes e Kalecki”.

Se no passado (durante a formação da escola) sofreram fortes críticas de que o que os unia era justa e unicamente o fato de se oporem à economia neoclássica (ARESTIS, 1996; DEQUECH, 2005) – particularmente ao keynesianismo hegemônico da síntese neoclássica – hoje os pós-keynesianos apresentam uma aproximação particular e positiva de ciência econômica, caracterizada por coerência interna. Em 1996 Philip Arestis (1996:130, tradução nossa) já defendia que: “a economia pós-keynesiana progrediu para além de meramente oferecer uma crítica da economia *mainstream* e (...) atingiu o estágio de constituir uma aproximação positiva [de ciência econômica] caracterizada por coerência interna”. Isto é, uma *escola de pensamento* com uma *visão* própria e uma *metodologia* própria, que, por sua vez, apresentam coerência interna.

Politicamente, os pós-keynesianos opõem-se a políticas de livre mercado, e variam de social-democratas moderados a socialistas mais radicais (DEQUECH, 2005:525).

Atualmente, o pós-keynesianismo pode ser subdividido em algumas vertentes²⁵. É possível encontrar na literatura diferentes sugestões de subdivisões²⁶. Dequech (2005), por exemplo, afirma que é composto de duas principais²⁷, a keynesiana e a kaleckiana²⁸, que têm como principais influências, respectivamente, Keynes e Kalecki, sendo que não são mutuamente excludentes (as vertentes dizem respeito a determinadas influências e conceitos da teoria, e, portanto, há economistas que pertencem a ambas, como Minsky, Kregel e Harcourt). A vertente keynesiana diferencia-se da kaleckiana ao enfatizar mais os conceitos

²⁵ A subdivisão em vertentes tratada aqui fará referência somente à macroeconomia, já que o objeto de estudo desta monografia pertence primordialmente ao nível macroeconômico, e não ao microeconômico.

²⁶ Cf., e.g., Hamouda e Harcourt (1980) e Arestis (1990), que sugerem uma divisão em três vertentes, sendo a terceira uma “Sraffiana”. Em nossa análise, seguimos Arestis (1996) na exclusão dos Sraffianos da escola pós-keynesiana, já que seu pensamento propõe bases teóricas incompatíveis com as pós-keynesianas, como é o caso de não reconhecerem a existência de instituições. De Deos (1997), expõe diferentes abordagens possíveis à divisão da escola pós-keynesiana em vertentes.

²⁷ Note-se que seguimos a tendência de excluir os economistas “neo-ricardianos” da escola pós-keynesiana (Cf., e.g., ARESTIS, 1996 e DEQUECH, 2005).

²⁸ São expoentes da vertente kaleckiana: Philip Arestis, Malcolm Sawyer, Douglas Mair, Anthony J. Laramie, Athanasios Asimakopulos. São expoentes da vertente keynesiana: Paul Davidson, Victoria Chick e Sheila Dow, sendo os principais expoentes Paul Davidson e Hyman P. Minsky (que por sua vez também pertence à vertente kaleckiana). Arestis (1996) sugere uma aproximação diferente à subdivisão dos pós-keynesianos e fala em três tradições distintas que podem ser identificadas dentre as idéias classificadas como pós-keynesianas, incluindo, além da keynesiana e da kaleckiana, a tradição “institucionalista”.

de incerteza, moeda e instituições financeiras do que a última. Esta, por sua vez, se concentra mais na questão da falha da demanda efetiva de Kalecki e toma como ponto de partida o esquema de reprodução de Marx, para o qual a distinção entre classes e a distribuição de renda desempenham papéis vitais. Enquanto os keynesianos do pós-keynesianismo prescrevem políticas econômicas para controlar a demanda agregada e destacam a necessidade de políticas de renda, os kaleckianos enfatizam o controle da demanda agregada e de sua composição, destacando o papel do investimento (DEQUECH, 2005; ARESTIS, 1996).

Reconhecemos que há algum dissenso entre economistas pós-keynesianos quanto às características positivas que definem a visão de sua escola, dependendo da vertente a que pertencem (DEQUECH, 2005:524). É nosso objetivo neste trabalho, entretanto, generalizar sobre o pensamento da escola pós-keynesiana, e não descrever em pormenores as diferenças de cada autor ou tradição existentes. Por esta razão, optamos por falar dos pós-keynesianos *em geral*, independentemente de uma maior ou menor filiação de cada autor às vertentes existentes. Considerando a área relevante a esta pesquisa, buscaremos apontar o que há de importante e inovador dentre os economistas que se consideram pós-keynesianos.

Em outras palavras, para falar da *visão* pós-keynesiana seremos obrigados a analisar seu pensamento a partir de certo nível de abstração, ignorando particularidades e exceções que não interessam a nossos objetivos. Isto porque há uma grande amplitude de autores escrevendo com base nos princípios gerais da escola, mas que enfatizam combinações diferentes destes princípios e apresentam suas conclusões e defesas particulares. Seremos também obrigados, por outro lado, a expor lado a lado conceitos e defesas que aparecem na literatura separados – poderemos citar, por exemplo, proposições da vertente keynesiana juntamente com proposições da kaleckiana, na medida em que as duas representam contribuições do pensamento pós-keynesiano, mesmo que haja disparidade entre as mesmas ou que representem alternativas mutuamente excludentes.

CAPÍTULO 2 - PRINCIPAIS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO PENSAMENTO MACROECONÔMICO PÓS-KEYNESIANO

Como afirmado no capítulo 1, economistas pós-keynesianos “compartilham uma visão comum que requer uma aproximação particular à teorização” (ARESTIS, 1996:112, tradução nossa). Arestis (1996) argumenta que a metodologia, somada às bases teóricas resultantes desta, são os pilares que fundamentam e caracterizam o pós-keynesianismo enquanto escola de pensamento²⁹. Desta forma, se queremos compreender qual a *visão* particular ao pós-keynesianismo sobre *políticas econômicas*, faz-se necessário analisar as bases teóricas e metodológicas que fundamentam suas análises quanto ao campo em questão. Neste capítulo, exploraremos as principais destas bases³⁰ que dão sustentação ao pensamento pós-keynesiano, analisando as conseqüências que têm para a específica formulação pós-keynesiana de política econômica.

Quanto aos aspectos metodológicos, serão estudados em seus contornos externos, isto é: serão expostas as características gerais mais importantes da metodologia, sem adentrarmos em uma extensa discussão ou exposição metodológica de fato – o que fugiria das possibilidades deste trabalho³¹. As bases escolhidas como “principais” são aquelas que são importantes especificamente para a compreensão do pensamento pós-keynesiano no que se refere ao campo de políticas econômicas, que é o que nos interessa neste trabalho (para análises mais abrangentes, que buscam caracterizar o pós-keynesianismo como um todo, confira Arestis (1996), Dow (1996), Holt & Pressman (2001) e King (2003)). Como será argumentado, são estas bases que, em última instância, permitem à escola enfocada apresentar uma concepção peculiar do tema políticas econômicas.

Iniciaremos, no item 2.1, por simplesmente expor as proposições teóricas e concepções metodológicas de que trataremos, para no item 2.2 discutirmos quais as implicações de tais bases.

²⁹ Cf. Arestis (1996), Dow (1996) para discussões mais pormenorizadas.

³⁰ A caracterização de algumas bases como “teóricas” ou “metodológicas” fica aberta à interpretação dos diferentes autores. O conceito de incerteza, por exemplo, é uma base teórica que apresenta inúmeras implicações sobre o pensamento pós-keynesiano, entretanto estas implicações são de tamanha ordem estrutural que o conceito é tido por alguns autores como uma base metodológica (como parte do que estrutura não somente o pensamento em si, mas o olhar que se tem e constitui este pensamento). Neste trabalho, caracterizamos como estritamente metodológicos os conceitos de realismo, realismo crítico e relevância e, em um nível de profundidade maior, o modo de pensamento babilônico. Cf. Arestis, 1996, Dow (2001) e Dow (1996).

³¹ Para discussões sobre metodologia, cf., e.g., Arestis (1996), Dow (1996). Para uma introdução ao tema, cf. Dow (2001).

O item 2.1 divide-se em 11 tópicos. Iniciamos mostrando qual a visão de ciência econômica dos economistas pós-keynesianos, isto é, faremos uma apresentação preliminar de aspectos metodológicos e trataremos dos valores que definem o para quê serve a ciência econômica na visão pós-keynesiana. Tais valores serão fundamentais para compreendermos a visão de mundo e de intervenção estatal pós-keynesiana. Nos tópicos de número 2.1.2 a 2.1.9, exploraremos oito proposições teóricas pós-keynesiana que interessam à nossa análise. Todos estes itens serão utilizados para que possamos compreender a visão geral pós-keynesiana de macroeconomia e de intervenção estatal. Os itens 2.1.10 e 2.1.11 são reservados às discussões metodológicas. Após a apresentação dos itens anteriores, acreditamos que sua compreensão se tornará mais fácil. Encerramos, desta forma, o item 2.1.

No item 2.2 discutiremos quais as implicações de tais proposições teóricas e concepções metodológicas, com o que estaremos aptos a partir para a apresentação das prescrições pós-keynesianas de política econômica (capítulo 3).

2.1 EXPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Descrito, no capítulo 1, o contexto em que surgiu o pós-keynesianismo e seus contornos básicos, vejamos agora quais as bases teóricas e metodológicas macroeconômicas que caracterizam seu pensamento. Ou seja, quais as premissas – comuns às diversas vertentes³² – que compõe as visões pós-keynesianas de macroeconomia, de ciência econômica e de mundo (os modos de se compreender e enxergar a economia e a sociedade, a partir dos quais são pensadas as políticas econômicas que propõem).

2.1.1) Visão de ciência econômica.

Uma característica peculiar aos pós-keynesianos é que explicitam qual sua visão de ciência econômica³³. Tais economistas se afirmam como pragmáticos e voltados à realidade. Mesmo ao teorizarem, fazem-no observando a realidade e voltados à aplicação da teoria para resolver problemas do mundo real. Para Philip Arestis (1996:112), “a principal meta da economia pós-keynesiana é fornecer uma clara compreensão de como a economia funciona, relacionando a análise econômica a problemas econômicos reais. O objetivo maior é completar a inacabada revolução keynesiana, generalizar *A Teoria Geral*”. Dequech (2005:525, tradução nossa, grifos adicionados) evidencia que

metodologicamente, pós-keynesianos utilizam alguma forma de *realismo* e preocupam-se com *mecanismos explanatórios*, distanciando-se do dedutivismo e formalismo excessivo da economia neoclássica. Diversos pós-keynesianos desenvolvem modelos matemáticos, mas estes não são no estilo dedutivista e axiomático.

A economia é vista como um processo histórico (que se desenrola no tempo histórico, que é irreversível, e depende de características históricas) e, assim, os pós-keynesianos não trabalham com uma visão atemporal de teoria, e tampouco de realidade (Cf., e.g., ARESTIS, 1996; DOW, 2001). Os agentes econômicos não são vistos como “indivíduos atomizados”, mas sim como participantes de uma sociedade, com a qual interagem (Ibidem; Cf. item 2.1.10).

A economia enquanto ciência é vista como “o estudo de como sistemas econômicos reais podem *ampliar* seu produto através do tempo, criando, produzindo, distribuindo e utilizando o excedente social resultante”, e não de como recursos escassos podem ser

³² Exceto onde apontado.

³³ Mais especificamente, explicitam seus aspectos metodológicos (BROWN, 2003) e os valores que direcionam sua análise (ARESTIS, 1996).

alocados a necessidades infinitas³⁴ (ARESTIS, 1996:114-5, tradução nossa, grifo adicionado). Trata-se de compreender a estrutura social e econômica para poder transformar a realidade econômica, com vistas a ampliar as possibilidades e oportunidades oferecidas pelo sistema, de forma a se realizar o potencial humano. Os economistas pós-keynesianos são, neste sentido forte do termo, “reformistas” (ARESTIS, 1996; DOW, 2001). Os agentes econômicos são vistos como possuindo racionalidade limitada. Se exercer a posição de economista não é estudar a alocação de recursos escassos, e se os agentes apresentam racionalidade limitada, decorre que a otimização não é o *princípio organizador* para a economia pós-keynesiana (ARESTIS, 1996:117).

Arestis (Ibid:114-5, tradução nossa) afirma que há um consenso entre os pós-keynesianos de que o *objetivo final* das ciências econômicas seria “fazer o mundo um lugar melhor para mulheres e homens comuns, para produzir uma sociedade mais justa e igualitária (...) [e que,] portanto, questões de classe, poder e distribuição de renda e riqueza estão no coração da análise”. Para Minsky (1986), trata-se de *construir* uma *economia humana* (“*humane economy*”, isto é, “uma economia que preze pelos seres vivos e cause o mínimo possível de sofrimento a eles”³⁵), como um primeiro passo para se atingir uma *sociedade mais humana*. A economia é vista como “parte integral das ciências sociais, preocupada com pessoas organizadas em grupos para satisfazer suas necessidades. O comportamento destes grupos no [desenrolar do] tempo histórico, no qual o passado é imutável e o futuro é incerto e desconhecido, é o foco da análise”.

Como veremos adiante, os pós-keynesianos enxergam o sistema capitalista como possuindo tendências intrínsecas à ciclicidade, instabilidade, desigualdade e crises (Cf. item 2.1.7). Ora, como a ciência econômica tem por objetivo possibilitar a expansão e distribuição do produto e do excedente social, com vistas a melhorar as condições materiais de vida das pessoas, assim como as questões “imateriais” relacionadas (desigualdade social, bem-estar, concentração do poder econômico, etc.), então seu estudo necessariamente volta-se a compreender, combater e controlar as tendências intrínsecas negativas do sistema. A ciência econômica é vista como um meio para que as sociedades aprendam (formem conhecimento)

³⁴ Como será evidenciado em outra parte, Michal Kalecki afirmava que a escassez de demanda, e não de recursos, caracterizava de forma geral as economias capitalistas, enquanto que em economias socialistas a tendência seria oposta: escassez de recursos, e não de demanda (ARESTIS, 1996).

³⁵ Segundo o Longman dictionary of contemporary English, Third Edition. Essex: Ed. Pearson Educational, 1995.

sobre a *realidade*, conscientizem-se³⁶ dela e interfiram no sistema em que vivem e reproduzem, inclusive *transformando-o* onde desejável³⁷. Ou seja, uma forma de compreender o funcionamento do sistema capitalista, domar seus ímpetos destrutivos, transformá-lo e reforçar suas características positivas, colocando-o a benefício geral.

2.1.2) Ênfase em instituições³⁸.

A ênfase em instituições e na relação destas com a economia é outra importante característica do pós-keynesianismo como um todo³⁹ (DEQUECH, 2005:524). Para os economistas em questão,

convenções, instituições sociais, políticas, e outras [i.e., todos os tipos de instituições] *modelam* os eventos econômicos⁴⁰, e sua evolução é estudada cuidadosamente” (ARESTIS, 1996:114, tradução nossa, grifo adicionado).

O termo “instituições” é entendido de forma ampla, podendo tratar-se de instituições formais ou informais (DEQUECH, 2007), englobando: instituições sociais (como moeda, leis⁴¹ e contratos), instituições financeiras (sistema bancário, bolsas de valores, mercados de títulos públicos), organizações (o Estado, bancos centrais, FMI, OMC, firmas, sindicatos, etc.), incluindo e enfatizando, ainda, a noção de “convenções informais” (comportamentos habituais de firmas e famílias que se “institucionalizam”, isto é, que pessoas seguem habitualmente, embora não sejam garantidos pelo Estado e por lei) (ARESTIS, 1996; DEQUECH, 2005).

³⁶ O ponto de que deve haver uma conscientização social quanto aos problemas econômicos e as respectivas reformas necessárias é especialmente ressaltado por Minsky (2008). De qualquer forma, para que haja aplicação de qualquer teoria econômica, a etapa da “conscientização” é necessária, no mínimo, aos economistas e *policy-makers*.

³⁷ Sobre a questão da transformação da sociedade e de suas estruturas, Cf. Dow (2001) e Arestis (1996). Cf. também item 2.1.8.

³⁸ Esta ênfase em instituições pré-data à nova economia institucional (New Institucional Economics – NIE), de Douglass North e outros.

³⁹ A ênfase em instituições é, em termos gerais, unânime, apesar das diferentes ênfases propostas; há desacordo quanto à necessidade de se supor ou não a presença de grandes corporações, oligopólios e concorrência imperfeita. Alguns pós-keynesianos preferem supor a existência de concorrência pura (DEQUECH, 2005).

⁴⁰ A influência das instituições nos eventos econômicos e a compreensão ampla do termo pode ser observada em passagens como a seguinte, em que Philip Arestis fala sobre a visão dos pós-keynesianos: “A escolha dos indivíduos é fortemente influenciada pela renda, classe social e condições técnicas da produção, assim como por preços relativos. (...) Também se reconhece que o comportamento individual é determinado por fatores sociais, institucionais e por convenções” (ARESTIS, 1996:112, tradução nossa).

⁴¹ Com destaque para as leis que regulam os contratos e àquelas que provêm estabilidade à estrutura econômica, como as leis que regulam o direito de propriedade, os impostos, os gastos do governo, etc. (DEQUECH, 2007), e as que instituem e regulam o funcionamento das agências reguladoras, bancos centrais, etc. O mesmo vale para as normas de instituições fiscalizadoras e reguladoras, como a CVM, o BACEN, as agências reguladoras, etc.

Dequech (2007:12, tradução nossa) afirma que os diversos tipos citados de instituições possuem diferentes influências no comportamento econômico:

Instituições desempenham um papel restritivo, pelo qual restringem o pensar e o comportamento das pessoas. Elas também desempenham um papel cognitivo-informacional, através do que fornecem um indivíduo com informação sobre o comportamento mais provável das outras pessoas. Além disso, influenciam a própria maneira com que as pessoas selecionam, organizam e interpretam informações.

(...)

Desempenhando estes diferentes papéis, as instituições oferecem estabilidade ao pensar e ao comportamento dos agentes, o que por sua vez contribui para a reprodução das [próprias] instituições. Isto permite que o grau de incerteza seja muito mais baixo do que seria de outra maneira. Por outro lado, às vezes instituições podem contribuir para a transmissão de instabilidade.

As instituições, dessa forma, modelam comportamentos e, ao fazê-lo, oferecem maior estabilidade e previsibilidade. Sendo assim, tendem a mitigar o grau de incerteza da economia, embora, por outro lado, possam às vezes contribuir também para a *transmissão* da instabilidade e ao *aumento* da incerteza, mesmo que momentaneamente (vide bolsas de valores). Essa dubiedade quanto aos efeitos das instituições no que tange à incerteza é reconhecida por pós-keynesianos, e faz-se presente mesmo com relação aos contratos, sobre cujas conseqüências há dissenso dentro da referida escola de pensamento: por um lado, alguns autores apontam a grande importância dos contratos por reduzirem a incerteza. Por outro lado, James Coltray, por exemplo, aponta que contratos podem também, em alguns casos, exacerbarem a incerteza fundamental⁴² (DEQUECH, 2007).

Dentre os autores que destacam a importância dos contratos como mitigadores da incerteza, destaca-se Paul Davidson (1994:17), que aponta que os mesmos são peça fundamental no capitalismo⁴³ por reduzirem a incerteza fundamental da economia (ao reduzirem a incerteza quanto aos valores futuros de variáveis nominais). O autor afirma que “em um mundo onde as pessoas não podem seguramente prever resultados futuros (...) [são os] compromissos contratuais que provém a necessária conexão intertemporal (...)” (Ibid.:87, tradução nossa).

Ferrari Filho (2004:12-13, tradução nossa) também aponta a importância das instituições dinheiro e contratos no que tange a expectativas e incerteza:

Como se sabe, em economias monetárias, o dinheiro desempenha funções básicas, como padrão de valor, unidade de medida, meio de pagamento e reserva de valor. Estas funções são essenciais para permitir o uso do dinheiro para se estabelecer contratos entre empresários e trabalhadores e investidores

⁴² Esta visão “baseia-se na idéia de Minsky de que uma crescente quantidade de dívidas contratuais gera fragilidade financeira para os agentes e para a economia como um todo” (DEQUECH, 2007:17, tradução nossa)

⁴³ Para o autor, na verdade, sem eles uma economia monetária não existiria, já que “é a existência sincrônica de dinheiro e contratos monetários sobre um futuro incerto que é a base de um sistema monetário” (DAVIDSON, 1994:87, tradução nossa).

e financiadores. Em outras palavras, contratos monetários são fundamentais em uma economia monetária para estabilizar as expectativas dos agentes econômicos sob incerteza.

As instituições e convenções, apesar de em termos gerais reduzirem a incerteza (no sentido de que, caso não existissem e operasse o contínuo mecanismo de *market clearing*, ela seria, em termos gerais, muito maior do que é), “mudam e podem sempre causar uma quebra dos padrões estabelecidos, de forma a resultar em crises e choques estruturais. Portanto, a rotina e o hábito podem produzir uma tensão entre regularidade e crises”⁴⁴. (ARESTIS, 1996:114, tradução nossa).

No que se refere às organizações, o Estado é tido como uma instituição de grande destaque, no sentido de que é a única que tem o poder de perseguir políticas anticíclicas que podem buscar contrabalancear a natureza cíclica das economias capitalistas. Outras organizações consideradas de suma importância pelos pós-keynesianos são as da economia internacional (que interagem com as nacionais), e, especialmente, a grande corporação e os sindicatos. Firms que não são oligopolistas (não se enquadrando no termo ‘grandes corporações’), mas que também não se comportam como se estivessem sujeitas a um ambiente de competição perfeita, também são consideradas relevantes (ARESTIS, 1996:118-9).

A grande corporação é vista como a instituição dominante na esfera produtiva da economia, e seu poder de mercado e os fatos de serem fixadoras (e não tomadoras) de preço e tomadoras (e não fixadoras) de quantidades, são aspectos ressaltados. Acerca das discussões que envolvem os sindicatos, ressaltam o conflito de interesses entre estes e os empregadores, com relação a condições de trabalho e, particularmente, salários. Sob este ponto de vista, “a distribuição entre salários e lucros é determinada em grande medida pelas demandas de salário por parte dos trabalhadores e pelos objetivos de lucro da firma” (Ibid.:119, tradução nossa). Isto significa que o formato *institucional* que caracteriza o capitalismo e sobre o qual se dá a produção (no qual se destaca a relação entre trabalhadores e empregadores) é reconhecido como tendo grande importância na determinação da distribuição de renda.

Por último, é interessante destacar dois excertos (ARESTIS, 1996:119, tradução nossa; DEQUECH, 2007:12-3, tradução nossa) que evidenciam a importância das instituições na ótica pós-keynesiana, sua modificação no tempo histórico, seu papel na formação e

⁴⁴ Arestis (1996:114, tradução nossa) adiciona que: “Keynes enfatizava a ‘precariedade’ das ‘convenções’ e a possibilidade de mudanças violentas no ‘humor’ e nas ‘expectativas’ de uma forma cumulativa (Keynes, 1936, cap. 12). O sistema econômico não se ‘auto-equilibra’ mas sim é um processo ‘que se desenrola cumulativamente’. Este é um ponto de vista dividido tanto por Keynes e Veblen (e outros institucionalistas), e provê a base da tradição institucionalista na economia pós-keynesiana”.

distribuição do produto, e ainda sua relação com a incerteza fundamental (conceito explicado no tópico 2.1.5):

A estrutura institucional e a organização industrial evoluem constantemente, influenciando o desenvolvimento histórico das economias neste processo, e jogam um papel vital em termos da determinação do nível e da composição do produto, da geração do excedente e sua distribuição.

Deve-se ter em mente que diferentes instituições caracterizam diferentes sociedades. (...) As instituições básicas do capitalismo são tais que estimulam mudanças, particularmente na forma de inovações. Isto é uma importante fonte de incerteza fundamental (...). Além disso, a presença da instituição dinheiro, com todas as suas funções, incluindo a de reserva de valor, causa incerteza fundamental com relação aos retornos que os tomadores de decisão obterão de investimentos, produção, ou, em termos mais gerais, de seu *portfolio* de ativos. Esta incerteza fundamental inerente a qualquer economia capitalista pode se amplificar com o surgimento de instituições financeiras sofisticadas, como mercados financeiros especulativos, enquanto outros desenvolvimentos institucionais podem contrabalancear este efeito.

De fato, um dos objetivos das prescrições de política econômica dos pós-keynesianos é específica e justamente influenciar o desempenho das instituições (ARESTIS, 1996:114). Interferindo, por exemplo, nas organizações internacionais, nas instituições financeiras e no próprio sistema financeiro internacional, pode-se incentivar o investimento privado via mudanças nas políticas de crédito, maior estabilidade econômica internacional, maior facilidade de ajuste do balanço de pagamentos dos países, e mitigação da incerteza. O Estado pode também buscar influenciar as instituições de forma a incentivar o “consenso social” entre sindicatos e corporações (Ibid., 1996; Cf. item 3.4.2 sobre políticas de renda), e assim por diante.

2.1.3) Princípio da demanda efetiva (PDE).

O princípio da demanda efetiva (ou “PDE”) é talvez o conceito mais fundamental do pensamento pós-keynesiano, sendo comum a todos os economistas que se descrevem como tais (DEQUECH, 2005; SETTERFIELD, 2003) e sendo identificado por Arestis (1996) como a “coluna vertebral” da análise, assim como o era na análise de Keynes.

Na ótica pós-keynesiana, a renda agregada nominal (ou produto nominal) da economia e o volume de emprego expressam o nível de atividade econômica. O PDE postula que o nível de atividade econômica (renda e emprego) é determinado pelo nível de demanda efetiva, que, por sua vez, é determinado pela intersecção das condições de demanda agregada e de oferta agregada da economia⁴⁵. Note-se que neste modelo o emprego é determinado no mercado de

⁴⁵ Colocando a postulação do PDE de outra forma, diríamos que a intersecção destas curvas em questão determina a demanda efetiva, que, conseqüentemente, é um “ponto na curva” que relaciona dois valores (um certo nível de emprego a um certo valor de renda agregada nominal que se verificam na economia). Ora, se o emprego e a renda agregada expressam o nível de atividade econômica, então o ponto (e portanto o nível) de demanda efetiva determina o nível de atividade econômica.

bens (e não no mercado de trabalho). Juntamente com a renda e o emprego, é determinado também o nível de salários reais (a não ser no caso em que estes sejam constantes) (SETTERFIELD, 2003).

As *condições* de demanda e oferta agregadas representam *relações* entre variáveis. Tais relações são expressas, cada uma, como “curvas” no modelo de determinação da demanda efetiva (valores de níveis de emprego – abscissas – aos respectivos valores de renda agregada nominal – ordenadas). Estas curvas são válidas tanto para o caso agregado (emprego *versus* renda agregada) como para o desagregado (emprego *versus* receita de bens finais). No nível desagregado, a curva de oferta agregada descreve a inter-relação entre receitas esperadas e os níveis de emprego que as empresas ofertariam com base em suas expectativas de vendas (daí a determinação do emprego – que é limitado pelo lado da oferta – ser no mercado de bens). Já a curva de demanda agregada descreve a relação entre receitas de fato recebidas e os níveis de emprego que geram estas receitas, o que equivale no nível agregado a uma relação entre *gastos agregados* da economia e emprego (Ibid.:106). Desta forma, segue que as duas relações dependem da tecnologia vigente (relação entre trabalho e capital), enquanto a de oferta agregada é influenciada pelas expectativas dos agentes privados, e a de demanda depende do nível de gastos da economia.

É importante lembrarmos neste momento que os componentes da demanda agregada (ou “gasto agregado”) da economia são: o consumo, o investimento privado e o investimento estatal. E que alguns destes determinantes são endógenos (isto é, dependem da renda e do emprego que eles, em contrapartida, ajudam a formar, gerando uma causalidade cíclica), enquanto outros são autônomos (não dependem da renda e do emprego, possuindo outros determinantes) (Ibidem; Cf. item 2.1.9). O consumo é um gasto endógeno e os investimentos privado e estatal são gastos autônomos.

A renda e o volume de emprego resultantes do ponto de demanda efetiva constituem os níveis de renda e emprego de equilíbrio da economia. Mas trata-se de um “equilíbrio” somente no sentido de que neste ponto igualam-se as receitas esperadas necessárias para encorajar as empresas a oferecerem um nível particular de emprego (como determinado pela curva de oferta agregada) às receitas recebidas neste nível de emprego (como determinado pela curva de demanda agregada) (SETTERFIELD, 2003:108). Como discutiremos abaixo, pode se tratar de um ‘equilíbrio fora do pleno-emprego’, como já argumentava Keynes.

Tratemos agora das conclusões a que o PDE leva. Tais conclusões são de grande interesse à nossa análise, já que são responsáveis por constituírem especificidades de primeira importância da visão de política econômica dos pós-keynesianos.

Ora, o nível de emprego e a renda agregada da economia (cuja evolução determina a taxa nominal de crescimento econômico) são variáveis centrais a qualquer economia capitalista. Desta forma, a determinação da demanda efetiva torna-se, naturalmente, um ponto central à análise pós-keynesiana. Como defendem que as condições de *demanda agregada* exercem um papel de destaque na determinação da demanda efetiva (SETTERFIELD, 2003), resulta que a demanda agregada (ou gasto agregado) da economia é de interesse especial à sua análise econômica. De fato, Sawyer (2003:104, tradução nossa) afirma que o crescimento econômico “é em geral visto como sendo determinado pelo crescimento da demanda, com a oferta (...) ajustando-se ao crescimento da demanda”. O produto é limitado principalmente pela demanda agregada, ainda que se reconheça a existência de potenciais gargalos de oferta (ARESTIS, 1996:112)

Desta forma, a postulação deste princípio traz a implicação de maior importância de que é a escassez de demanda (gasto), ao invés da de recursos, que é para ser confrontada pela ciência econômica moderna.

De fato, as conclusões mais importantes derivadas do PDE são que a renda e o emprego são determinados (principalmente) pelo gasto (demanda agregada), e que há possibilidade de haver desemprego involuntário persistente, como consequência de um baixo nível de gasto agregado (DEQUECH, 2005; SETTERFIELD, 2003). Isto porque os níveis de emprego e salário real determinados não necessariamente correspondem à oferta de trabalho presente na economia, podendo haver deficiência de demanda por trabalho. Na verdade, a magnitude da oferta de trabalho é vista como sendo determinada por questões demográficas (SAWYER, 2003). Os pós-keynesianos reconhecem que, em geral, esta correspondência não ocorrerá, implicando na existência de um desemprego involuntário que não se resolverá através de tendências e mecanismos automáticos (SETTERFIELD, 2003). Em outras palavras, ao contrário do que defendem as tradições neoclássicas (exceção feita aos velhos-keynesianos e, parcialmente, aos novos-keynesianos), o sistema econômico não se auto-equilibra ao nível de pleno-emprego⁴⁶.

⁴⁶ Ou taxa natural de desemprego (TND), segundo a visão friedmaniana, etc.

Esta visão contrapõe-se à da Lei de Say, segundo a qual é a oferta que determina sua própria demanda, já que a produção determina a renda, e a renda agregada determina os gastos (ou demanda) (DEQUECH, 2005). A Lei de Say – cujo raciocínio básico ainda embasa as teorias neoliberais – passa a ser vista, na teoria pós-keynesiana, como um caso especial do modelo geral de demanda efetiva, em que as curvas de demanda e oferta agregada sobrepõem-se (são idênticas), levando a indeterminação de renda e emprego por esta via, e sua conseqüente determinação via o mercado de trabalho (SETTERFIELD, 2003).

Como na visão pós-keynesiana a economia não tende naturalmente ao pleno-emprego de fatores, a busca da elevação e sustentação da demanda efetiva deve ser perseguida ativamente pelo governo, visando, assim, a atingir o pleno-emprego almejado. Mas como o governo poderia influenciar a demanda efetiva? Isto somente seria possível se conseguisse influir nos seus determinantes – quais sejam, oferta e demanda agregadas. O mesmo pode influenciar a demanda agregada (gasto) especialmente – e de forma direta – via políticas fiscais, mas também via políticas monetárias de juros baixos, por exemplo. Por outro lado, políticas governamentais que gerem um ambiente macroeconômico estável e seguro, e que inflem a demanda agregada, alteram o nível de incerteza da economia e as expectativas dos agentes privados, modificando a curva de *oferta agregada*. Isto, por sua vez, pode também contribuir para o objetivo de sustentar a demanda efetiva da economia em patamar elevado. Neste sentido, os pós-keynesianos também seguem Keynes quanto à conclusão de que, “em economias monetárias, o pleno-emprego apenas pode ser alcançado por acidente ou por ação deliberada, qual seja, a política de Estado” (CARVALHO, 1999:267). Conclui-se, portanto, que a base teórica de que a intervenção governamental na economia se faz necessária deriva, em parte, do princípio da demanda efetiva.

O PDE nos fornece outra percepção fundamental à economia pós-keynesiana: ora, se o gasto (consumo e investimento) governamental, enquanto componente da demanda agregada, é um dos determinantes da demanda efetiva (e, portanto, do emprego e da renda nominal agregada), então a política fiscal governamental não pode ser considerada inócua ou fatalmente ineficaz⁴⁷.

Falamos neste item sobre o PDE de demanda agregada e oferta agregada, entretanto falta apontar que estes agregados macroeconômicos, na visão pós-keynesiana, não são

⁴⁷ Diferentemente da visão monetarista, para a qual políticas fiscais são neutras com relação ao longo prazo, e trazem efeitos maléficos se aplicadas repetidamente no curto prazo, e da visão novo-clássica, para a qual políticas fiscais são inócuas, com exceção dos casos em que o governo aja com ações surpresa.

independentes. Arestis e Sawyer (1998:186-7, tradução nossa) nos apontam que “o nível atual de demanda tem numerosos efeitos sobre o futuro potencial de oferta da economia, através, por exemplo, de seus efeitos sobre o investimento corrente e sobre o estoque de capital e capacidade produtiva futuros, e dos efeitos do nível de emprego corrente na força de trabalho futura potencial”.

Outra conclusão importante que envolve o PDE concerne os salários e o nível de emprego. Como apontamos, os salários *reais* são determinados no mercado de bens⁴⁸, juntamente com o emprego e o produto (e não no mercado de trabalho). Os determinantes dos salários reais são a produtividade do trabalho e o *mark-up* das firmas, enquanto o salário *nominal* é, este sim, evidentemente, determinado no mercado de trabalho, através dos processos de barganha entre trabalhadores e empregadores (ARESTIS, 1996; SETTERFIELD, 2003). Como aponta Arestis (1996:119), uma implicação importante desta análise é que, como o arcabouço de “demanda versus oferta” de trabalho é rejeitado como determinante dos salários reais, um salário real mais baixo não implica necessariamente em maior nível de emprego. Inversamente, espera-se que um salário real mais baixo impacte a economia negativamente, através de seu impacto na demanda agregada, via redução do consumo.

É interessante apontar, finalmente, que a questão da demanda efetiva é de tamanha centralidade ao como se enxerga o funcionamento de uma economia, que Michal Kalecki afirmava que a escassez de demanda, e não de recursos, é que *caracterizava* de forma geral as economias capitalistas, enquanto que em economias socialistas a tendência seria oposta: escassez de recursos, e não de demanda (ARESTIS, 1996). A afirmação de Kalecki pode ser entendida como um desdobramento de se enxergar a economia através do PDE⁴⁹.

⁴⁸ A não ser nos casos em que os salários reais sejam constantes.

⁴⁹ Kalecki, na verdade, desenvolvera antes de Keynes um princípio análogo ao PDE. Como em essência os dois se assemelham, falaremos aqui somente no PDE.

2.1.4) Equilíbrio econômico.

Como visto no tópico anterior, na visão pós-keynesiana não há uma tendência natural ao pleno-emprego de fatores nas economias capitalistas. Isto é condição suficiente para que não haja, tampouco, uma tendência a qualquer tipo de equilíbrio econômico geral (já que, se não há pleno-emprego, há oferta em excesso na economia). Esta análise decorre do PDE, mas a inexistência do equilíbrio econômico geral decorre também de outros fundamentos e análises e, inclusive, de questões metodológicas. Vejamos então qual a visão da escola quanto ao tema equilíbrio econômico (este tópico complementa-se com o de número 2.1.7, sobre ciclos econômicos, instabilidade inerente ao sistema, desequilíbrios e desigualdades).

Para os pós-keynesianos, não há “equilíbrio econômico” no sentido que descrevem os neoclássicos (ponto de *market clearing* e satisfação das expectativas), mas somente no sentido explicado no tópico 2.1.3, no contexto do PDE (SETTERFIELD, 2003; DOW, 2001). E, mesmo assim, este equilíbrio mencionado pode acontecer em uma situação em que a economia encontre-se fora do pleno-emprego, configurando-se em um equilíbrio econômico parcial que afeta a sociedade forte e negativamente, devido ao desemprego involuntário (que pode ser) persistente.

Segundo Arestis (1996:117, tradução nossa), devido à incerteza e ao fato dos processos econômicos se desenrolarem através do tempo histórico, os agentes agem *adaptando-se a cada momento*, ou seja, o aspecto *dinâmico* do processo é destacado. E isto em si representa motivo suficiente para que a economia não opere nunca em ‘equilíbrio’. Por suas palavras:

(...) na medida em que o futuro se desenrola e se torna o presente, ajustes contínuos são requeridos. Este processo procede indefinidamente sem que o equilíbrio seja nunca alcançado, quanto menos mantido; portanto, a história importa. A economia é, portanto, mais como a História do que a Física.

Ao dizer que na visão pós-keynesiana “a economia é, portanto, mais como a História do que a Física”, remete-se ao fato dos pós-keynesianos não seguirem o modo de pensamento tradicional que traz consigo um arcabouço metodológico único matemático (DOW, 1996). O pensamento econômico tradicional, que traz como parte importante de si a estrutura referente ao “equilíbrio” é, como se sabe, derivado das ciências naturais, e particularmente da Física.

Por partir de uma nova forma de pensamento, a metodologia alternativa dos pós-keynesianos e a visão que ela traz são, em si, incompatíveis com uma visão que prioriza o equilíbrio (seja o “equilíbrio” de forma geral, ou, ainda mais, o “equilíbrio” como compreendido pelos neoclássicos) (DOW, 1996; DOW, 2001; Cf. item 2.1.10). Esta

incompatibilidade, podemos adicionar, pertence antes de mais nada aos níveis da metodologia e do modo de pensamento empregados, independentemente dos caminhos que a demonstrarão no nível teórico (PDE, economia monetária, etc.). O fato de, metodologicamente, se enxergar a economia como um sistema permeado por incerteza, e que se desenrola no tempo histórico, gera uma oposição à idéia ortodoxa de relações econômicas determinadas e atemporais, tornando impossível analisar-se o equilíbrio da mesma maneira que fazia a teoria ortodoxa (Cf. item 2.1.10). Sendo assim, para os pós-keynesianos “equilíbrio” só pode significar um *estado estável*⁵⁰ (DOW, 2001:13), ainda que este não seja nunca alcançado, e quanto menos mantido, no mundo real (ARESTIS, 1996).

Arestis (1996) afirma ainda que, ao contrário do que defendem as tradições neoclássicas em economia (exceção feita aos velhos-keynesianos), não somente o sistema econômico não se auto-equilibra, mas é, na direção oposta, um processo que se desenrola *cumulativamente*. E, assim, deixado à própria sorte, levará a desigualdades, desequilíbrios, e não poderá atingir e manter o pleno-emprego de recursos.

Silva (1999:158) coloca a questão da “tendência ao equilíbrio geral” sob a perspectiva do sistema capitalista e sob perspectivas teóricas, evidenciando o ceticismo comum a pós-keynesianos quanto a este conceito, assim como suas razões:

A economia capitalista possui – e desenvolve continuamente – mecanismos de coordenação que têm assegurado sua reprodução ao longo do tempo. Esses mecanismos têm sido suficientemente eficientes para promover um crescimento econômico muito mais rápido do que o verificado em outras épocas da humanidade. Reconhecer esse fato não implica ratificar a proposição de que o livre jogo das forças de mercado (...) promova a conciliação entre os interesses privados e o bem-estar social. Até mesmo porque os mecanismos de coordenação não se restringem ao âmbito do mercado (e, neste, incluem fenômenos, como as convenções adotadas pelos oligopólios (...)), mas abrangem toda uma gama de outras instituições, entre as quais o Estado. E mais: há uma enorme distância entre constatar a existência de mecanismos de coordenação e presumir que sejam plenamente eficientes. No entanto, parte substancial da teoria econômica sustenta-se sobre uma tal presunção.

‘Eficiência plena’ quer dizer, em outras palavras, ‘equilíbrio’, e equilíbrio ‘geral’. Livres para atuar racionalmente em defesa de seus interesses privados (...) os agentes, em sua interação, fariam com que todos os mercados da economia tendessem a um estado de equilíbrio.

(...) Porém, não há demonstração teórica nem evidência empírica definitivas de que a economia capitalista possua mecanismos que a façam convergir para o equilíbrio geral. Paradoxalmente, parte substancial da elaboração teórica dos economistas parte do *pressuposto* da convergência rápida ao equilíbrio (seja por pressupor que na realidade é isso que ocorre, seja por presumir que, na ausência da hipótese do equilíbrio, o trabalho teórico (sic) torna-se inviável) (...).

Em suma, a visão pós-keynesiana, a partir de suas raízes metodológicas, enfatiza o aspecto dinâmico, incerto e mutante da economia. Esta, assim, não “tende ao equilíbrio” ou tampouco se auto-equilibra de fato, seja momentaneamente ou no longo prazo. E o pleno-emprego de recursos só pode ser atingido momentaneamente – e por acidente –, a não ser que

⁵⁰ Exceção feita ao caso do PDE, conforme observamos.

haja um direcionamento estatal conduzindo ativamente a economia. Como discutiremos no item 2.1.7, economias capitalistas modernas, ao contrário, são intrinsecamente instáveis e geradoras de desequilíbrios e desigualdades.

2.1.5) Incerteza fundamental e expectativas.

A incerteza é vista, antes de mais nada, como um aspecto inerente a eventos que se desenrolam no tempo histórico (ARESTIS, 1996), sendo assim uma característica inerente à qualquer realidade. Entretanto, como já observado no item sobre instituições, o capitalismo possui suas especificidades. Apesar de a incerteza poder existir em qualquer sociedade, ela assume uma forma econômica particular no capitalismo, pois suas instituições básicas estimulam mudanças e, particularmente, inovações, o que constitui uma importante fonte de incerteza fundamental. O mesmo vale para a existência da instituição dinheiro (DEQUECH, 2007:12-3).

Como também expusemos, este mesmo sistema que cronicamente gera incerteza reage à falta de informações existente na economia criando instituições redutoras de incerteza (ARESTIS, 1996).

O tipo de incerteza definida e enfatizada pelos pós-keynesianos⁵¹ é a *incerteza fundamental*, que se difere dos conceitos de incerteza e risco como definidos pela economia *mainstream*, e também do conceito de ambigüidade⁵².

De fato, “a economia pós-keynesiana desenvolveu o conceito de incerteza e esclareceu muitas das diferenças com relação às concepções neoclássicas de incerteza” (DEQUECH, 2005, tradução nossa). Enquanto que a situação de *risco* é aquela na qual “um indivíduo com uma decisão a tomar pode designar probabilidades numéricas a todos os resultados que poderiam possivelmente resultar desta decisão” (GLICKMAN, 2003:366, tradução nossa), a incerteza fundamental é um conceito que se refere à limitação de conhecimento em um ambiente habitado por indivíduos potencialmente criativos e marcado pela possibilidade de ocorrência de mudanças estruturais não-predeterminadas (DEQUECH, 2000:56). Ou seja, em um ambiente a partir do qual não é possível estabelecer probabilidades numéricas com relação às diferentes possibilidades futuras, já que estas não podem ser totalmente conhecidas (neste

⁵¹ Assim como por membros de outras escolas heterodoxas de pensamento em economia (DEQUECH, 2000:56).

⁵² Para uma tipologia detalhada e refinamentos dos diferentes conceitos de incerteza, Cf. Dequech (2007); Pós-keynesianos utilizam também o conceito de incerteza forte (DEQUECH, 2005) que, entretanto, apresenta imprecisões teóricas.

sentido, o *risco* pode ser interpretado como a incerteza que é “quantificável”) (ARESTIS, 1996). O reconhecimento da existência de indivíduos criativos significa que estes possuem a capacidade de aprendizagem, assim como de gerar novas informações ou fatos antes inexistentes, introduzindo novos eventos/possibilidades (DEQUECH, 2000; DEQUECH 2007).

O futuro é visto como sendo desconhecido e impossível de se conhecer previamente (em oposição, por exemplo, ao conceito de expectativas racionais), de forma que as expectativas dos agentes podem ser facilmente frustradas (ARESTIS, 1996:117). Eventos surpresa, que antes de tomarem lugar não eram passíveis de previsão, podem surgir.

Vista estritamente desta forma, a incerteza fundamental pode ser entendida como implicando em ignorância completa sobre o futuro, ou grau máximo deste tipo de incerteza. Entretanto, somando outras características adicionais ao conceito, como a mencionada existência de instituições que reduzem a incerteza (*market makers*⁵³, contratos, etc.), temos um conceito de incerteza fundamental que supõe algum conhecimento sobre o futuro, no sentido de que pelo menos alguns eventos podem ser descartados, reduzindo a gama de possibilidades. Estas instituições podem ser formais ou informais, como é o caso das convenções (DEQUECH, 2007).

De uma forma ou de outra, o conceito implica que no mínimo parte das informações relevantes não podem ser conhecidas no momento de se tomar decisões importantes, de forma que muitas vezes não podemos nem saber de antemão quais são as informações que se mostrarão relevantes (DEQUECH, 2007).

Arestis (1996:114, tradução nossa) coloca a importância do conceito de expectativas: “a economia opera sujeita a um processo histórico em um mundo incerto, onde expectativas inevitavelmente têm efeitos significativos nos resultados econômicos”. Rosser Jr. (2001:53, tradução nossa, grifo adicionado) afirma que “o como as pessoas formam expectativas importa à economia [ciências econômicas] porque as pessoas *agem* com base no que pensam que irá acontecer no futuro”.

Mas como os agentes formam, então, suas expectativas sob incerteza? Alguns fatores influem na formação de expectativas. Vejamos quais.

⁵³ Os *market makers* são, pela nomenclatura de Paul Davidson (1994), “instituições reguladoras” que operam nos mercados visando a gerar menor instabilidade e incerteza, através do uso de estoques reguladores que controlam. Um exemplo de *market maker* é o Banco Central, enquanto emprestador de última instância. Cf. item 3.4.2.

Além de analisarem as informações disponíveis (ainda que restritos pela sua racionalidade limitada⁵⁴), balizando-se nos parâmetros oferecidos pelas instituições⁵⁵ (inclusive convenções), e de utilizarem a imaginação, “Keynes sugeriu que os agentes formam expectativas com base em quanto peso eles atribuem a diferentes possibilidades”⁵⁶ (Ibid.:55, tradução nossa). Sob esta perspectiva, frente à incerteza, ao formar suas expectativas através da consideração de informações e ponderação de possibilidades consideradas relevantes, os agentes tendem a não depositar grande importância a questões que são muito incertas. Ou seja: tendem a se basear mais (atribuindo mais peso na ponderação) nos fatos com relação aos quais têm mais confiança – por mais que estes não sejam os mais relevantes para a projeção em questão – do que nos fatos que são mais relevantes, mas com relação aos quais não se têm confiança (por serem muito incertos, ou por termos pouco conhecimento sobre eles). Da mesma forma, um argumento é considerado mais ou menos relevante de acordo com a quantidade de evidências relevantes que o formam, assim como de acordo com a completude destas informações (ARESTIS, 1996).

Dentre os fatores citados, um requer maiores explicações: o de convenções. Os agentes agem influenciados por convenções, isto é, por padrões de comportamento e/ou pensamento socialmente compartilhados. Dentre estes, destaca-se o costume de, frente à incerteza fundamental e as limitações à previsão do futuro que esta impõe, mimetizar os outros nas suas ações, conformando-se a seguir a maioria ou a expectativa média da sociedade. De tal forma que os pós-keynesianos, no que se refere ao campo da incerteza e das expectativas, prestam atenção também à interação *entre* os agentes e à interdependência de suas ações. Isto porque no processo de formação de suas expectativas, pesa a crença que indivíduos têm quanto ao que serão as expectativas dos demais, no contexto de sua mútua preocupação com a incerteza. E também porque a interação dos indivíduos faz com que revisem e mudem suas expectativas,

⁵⁴ Na visão pós-keynesiana de economia, os indivíduos possuem racionalidade limitada, isto é, capacidade restrita de adquirir e lidar com as informações que lhes são economicamente relevantes. Desta forma, os indivíduos “(...) não são oniscientes e podem adquirir informação, mas sua capacidade para fazê-lo é limitada. A complexidade da informação, e a habilidade computacional limitada da mente restringem consideravelmente a habilidade dos indivíduos de lidarem com uma vasta quantidade de possibilidades (possivelmente conflitantes) e com seus resultados que estão sujeitos à incerteza” (ARESTIS, 1996:116, tradução nossa). A racionalidade limitada é um conceito intimamente ligado ao de incerteza, já que, ao formar conjecturas frente ao futuro, que é incerto, o agente apresenta racionalidade limitada. Neste sentido, os dois conceitos “somam-se” de forma que a formação de expectativas dos agentes econômicos é vista como possuindo grandes limitações.

⁵⁵ Como vimos, as instituições geram maior estabilidade e previsibilidade, mitigando o grau de incerteza, embora possam, por outro lado, contribuir às vezes para a transmissão da instabilidade e ao aumento da incerteza, mesmo que momentaneamente.

⁵⁶ Quanto *mais evidências relevantes* alguém consegue reunir com respeito à probabilidade de um possível resultado, *maior peso* será atribuído a ele (o peso da ponderação, dessa forma, diferencia-se da probabilidade do evento em si ocorrer, e depende da confiança que se tem nela, e não na chance que ela tem de ocorrer) (ROSSER JR., 2001:55).

“produzindo um sistema identificável de crenças expectacionais interdependentes” (ARESTIS, 1996:117, tradução nossa). Desta forma, sob o ponto de vista das discussões sobre incerteza e expectativas, os agentes não são vistos como “indivíduos atomizados”, mas sim como participantes de uma sociedade, com a qual interagem (ARESTIS, 1996).

Como evidenciaremos no tópico 2.1.9, sobre escolha de ativos, investimento e taxa de juros, as decisões dos empreendedores são altamente influenciadas pelas expectativas dos agentes sob incerteza, e por esta via as expectativas e suas flutuações podem afetar severamente o investimento, e, assim, a demanda agregada, podendo em última instância gerar, inclusive, crises econômicas (ARESTIS, 1996).

2.1.6) Moeda e Economia monetária⁵⁷.

A moeda moderna é tida como emanção de práticas sociais, e não como um conveniente numerário escolhido de forma aleatória. Trata-se de uma *instituição* cujas origens têm uma *natureza social*, intimamente relacionada à presença do Estado, e ela se configura como uma unidade *social* de conta (sendo geral à sociedade a que diz respeito) (DEQUECH, 2005; Cf. também WRAY, 2003). É observado que o Estado decide qual a moeda a ser adotada e impõe sua decisão (o que tenderia a explicar a “regra” (para a qual há poucas exceções) que relaciona uma moeda a cada Estado Nacional). Nota-se o caráter institucional da análise e a influência de Marx no pensamento pós-keynesiano sobre o tema (WRAY, 2003; MOORE, 2003). Segundo Randall Wray (2003:261), a visão pós-keynesiana contrasta com uma aproximação de equilíbrio geral, na qual a moeda deriva do mercado e qualquer bem poderia ser escolhido como numerário, de forma a converter valores relativos em valores nominais denominados no numerário escolhido. Desta forma, a natureza específica da moeda enquanto dinheiro é tida como significativa à análise. Em suma, notamos que os pós-keynesianos ressaltam a natureza social, institucional e histórica da moeda, que é compreendida como uma instituição social. Como veremos a seguir, para os pós-keynesianos ela afeta as decisões dos indivíduos e a economia como um todo, implicando no conceito de “economia monetária de produção”.

Este é um dos conceitos de maior importância que os pós-keynesianos herdaram de Keynes: a economia capitalista é vista como imanentemente monetária (DEQUECH, 2005;

⁵⁷ A moeda é uma instituição crucial para a maioria dos pós-keynesianos (DEQUECH, 2005), e é especialmente enfatizada pela vertente keynesiana (ARESTIS, 1996).

ARESTIS, 1996; FERRARI FILHO, 2004). Sendo assim, para eles a moeda não é neutra (não é simplesmente um meio de troca neutro, um “véu” sobre a economia), mas sim um *ativo* que compete com todos os demais existentes. Em situações de grande incerteza, a chamada “preferência por liquidez” dos agentes ganharia importância em detrimento aos demais ativos, inclusive ao consumo e ao investimento, podendo levar à deficiência de demanda e, em última instância, a níveis de renda e produto incompatíveis com o pleno-emprego de fatores (isto é, a subemprego dos fatores trabalho e capital). Podendo, inclusive, acarretar em crises (FERRARI FILHO, 2004). Assim sendo, a deficiência de demanda agregada é vista como uma falha sistêmica (natural ao funcionamento do sistema capitalista). Em outras palavras, “o desemprego em economias capitalistas tem a ver com o fato destas serem economias *monetárias*” (WRAY, 2003:265, tradução nossa).

Ou seja, na visão de economia monetária, o uso da moeda apresenta efeitos sobre o lado “real” da economia (produção e emprego). A moeda afeta as “variáveis reais” da economia não somente no curto prazo como também no longo, já que os ativos de capital também competem com ela sob incerteza (DEQUECH, 2005; CARVALHO, 1999). Uma consequência importante do conceito de economia monetária é que, com ele, os pós-keynesianos rompem com a chamada “dicotomia clássica”, segundo a qual variáveis monetárias não afetam variáveis reais. Note-se que qualquer teoria que aceite a dicotomia clássica conseqüentemente abandona qualquer possibilidade de política monetária ativa na economia⁵⁸.

Como reafirmamos no início deste tópico, para os pós-keynesianos a moeda é, em si, vista como uma *instituição* (DEQUECH, 2005). Como observado no item sobre ênfase em instituições, trata-se de uma instituição de maior importância na visão de economia capitalista desta escola, não somente pela questão da não-neutralidade da moeda, mas também porque é a moeda, com suas funções básicas, que permite o estabelecimento de contratos (“contratos monetários”). Estes, por sua vez, apresentam um papel fundamental ao confrontarem a incerteza inerente ao sistema, estabilizando as expectativas dos agentes (FERRARI FILHO, 2004) na medida em que fixam valores futuros de variáveis nominais (DAVIDSON, 1994).

⁵⁸ Quando um modelo aceita a dicotomia clássica, isto significa que o “lado real” e o “lado monetário” da economia não se afetam, i.e., a moeda não tem qualquer influência sobre emprego e produto, mas somente determina o nível de preços. Variáveis reais afetam variáveis reais, e variáveis nominais afetam variáveis nominais. A dicotomia clássica já se mostrava presente nos neoclássicos pré-keynesianos, e atualmente é aceita, por exemplo, pela escola novo-clássica, enquanto os novos-keynesianos rompem com ela com respeito à análise de curto prazo. Trata-se de um ponto importante à teoria econômica e à História do Pensamento Econômico, já que a aceitação ou não da dicotomia clássica implica em sérias conseqüências quanto a políticas econômicas. Cf., e.g., Ferreira (2003).

Portanto, a moeda é vista como elemento que: exerce um papel central e peculiar no sistema (peculiar no que diz respeito a suas características e à conseqüente existência da preferência por liquidez); afeta as motivações e decisões dos agentes; afeta o “lado real” (não-monetário) da economia e, conseqüentemente, as flutuações econômicas (CARVALHO, 1999; ARESTIS, 1996). Se a moeda não é neutra em poder das “famílias e empresas”, tampouco é a política monetária governamental (Cf. item 3.2).

A não-neutralidade da moeda e o conceito de economia monetária são vistos como implicação do conceito de incerteza (mais especificamente, de se colocar o tempo e a incerteza no centro da análise, seguindo o raciocínio de Keynes): como há incerteza, as pessoas podem reter a moeda, que é atrativa por conservar a riqueza e particularmente por apresentar a peculiaridade da máxima liquidez – isto é, a máxima mobilidade e agilidade com custos mínimos, fatores que se fazem necessários ao oferecerem segurança e flexibilidade diante da incerteza (ARESTIS, 1996:113; DAVIDSON, 2007; DEQUECH, 2005). Se não houvesse incerteza, não haveria esta preferência por liquidez, já que todos conservariam sua riqueza em ativos rentáveis, e não no ativo moeda por razão de preferência por liquidez⁵⁹ (a moeda, vale lembrarmos, não provê rentabilidade ao portador, embora apresente a vantagem da liquidez máxima). Como é o reconhecimento da existência desta preferência que faz com que a economia seja vista como monetária, conclui-se que este conceito deriva, em última instância, do de incerteza.

Para finalizar este tópico que trata de moeda, é necessário fazermos uma observação sobre a demanda por moeda. Trataremos sobre a inflação e a oferta de moeda no item 3.2, sobre política monetária. Quanto à demanda por moeda, os pós-keynesianos reconhecem a existência da preferência por liquidez, assim como os motivos por demanda de moeda de Keynes, quais sejam: motivo transações; motivo financiamento; motivo precaução; motivo especulação. Neste trabalho não nos aprofundaremos nestes conceitos, por não serem parte de nosso enfoque.

⁵⁹ É evidente que os agentes ainda conservariam moeda, por exemplo, devido ao motivo transações.

2.1.7) Ciclos econômicos, instabilidade, desequilíbrios e desigualdades do sistema.

Como evidencia o pós-keynesiano Arestis (1996:127-8), seus pares crêem que economias capitalistas avançadas são *inerentemente cíclicas*. Ciclos econômicos são encarados como não somente inerentes ao sistema capitalista, mas também como *endogenamente* criados pelo funcionamento *normal* do sistema, sendo, desta forma, elementos previstos. Choques exógenos são vistos como fatores que somente acentuam uma instabilidade já *endogenamente* imanente ao sistema. Há diversas teorias pós-keynesianas de ciclos econômicos (Cf. ARESTIS, 1996), e os conceitos de investimento, expectativas e distribuição são centrais a elas. Para Kalecki, por exemplo, a maior causa das flutuações macroeconômicas é o comportamento cíclico dos gastos em investimentos (ARESTIS, 1996).

Arestis (1996) aponta que as economias capitalistas avançadas são vistas também como *inerentemente instáveis*. Isto é, a instabilidade do capitalismo decorre de sua “natureza”, do fato de produtores e investidores buscarem acumular riqueza como um fim em si. Como diria Minsky (1986:287, tradução nossa), que denomina nossa economia como “capitalismo financeiramente complexo”, seu “funcionamento normal (...) leva a trauma financeiro e crises, inflação, desvalorizações cambiais, desemprego e pobreza (...)”.

Para Hyman Minsky, “uma economia capitalista é inerentemente falha porque seus processos de investimento e financiamento introduzem forças *endógenas* desestabilizadoras” (Ibid.:287-8, tradução nossa, grifo adicionado). De forma geral, os pós-keynesianos vêem o investimento privado, com seu comportamento instável que resulta de expectativas voláteis sob incerteza fundamental, como a grande causa dos ciclos e instabilidades (ARESTIS, 1996:128).

Para a escola que aqui enfocamos, o caminho de expansão de nossas economias

(...) é desigual e tende a mudar a própria natureza dos sistemas econômicos de maneiras sem precedentes, de forma que o processo econômico é visto como errático, caracterizado por (...) retornos crescentes [ao nível da firma. E] no nível mais agregado de regiões, países e grupos de países, o jogo de forças de mercado é visto como fator que aumenta – ao invés de diminuir – desigualdades (ARESTIS, 1996:114-5, tradução nossa).

Desta forma, economistas pós-keynesianos julgam o sistema econômico capitalista como sendo *inerentemente* cíclico e instável, e como apresentando tendências *intrínsecas* à mudança estrutural, a desigualdades e desequilíbrios (crises). Sendo assim, o capitalismo de hoje, com a estrutura institucional que apresenta e o movimento de “globalização” que vem gerando, é visto como gerador de desigualdades crescentes, pobreza, desemprego, instabilidade financeira e econômica, e desequilíbrios econômicos em grande escala.

Minsky (2008:315, tradução nossa) aponta para o fato de que diferentes economias apresentam diferentes graus de instabilidade financeira, e que podemos remodelar o ‘quadro institucional’ dentro do qual nosso sistema funciona e as operações padrão de políticas econômicas, de forma a desenhar o sistema no sentido de “atenuar, senão eliminar, o impulso natural da economia à instabilidade”:

a instabilidade financeira [que nos momentos de grande incerteza e crises transmite-se à economia como um todo, já que consumo, produção e investimento dependem de financiamento] é uma característica profundamente enraizada de uma economia capitalista com um sistema financeiro sofisticado. Mas isto não quer dizer que todos os capitalismo (sic) são igualmente instáveis. Uma ampla variedade de economias capitalistas existiu, e podemos construir um número infinito de economias capitalistas possíveis.

Dentre o rol de possibilidades que poderíamos instituir, Paul Davidson propõe um sistema econômico internacional projetado para: ser o menos instável possível; diminuir as desigualdades entre as nações; e para a cooperação entre elas (Davidson, 1994, Capítulo 16. Trataremos desta proposta no item 3.3.3). Minsky (2008:315) ressalta que não há uma “fórmula mágica”, e que para sair-nos melhor precisaríamos passar por “sérias reformas”.

Em suma, os pós-keynesianos enxergam o sistema capitalista como sendo intrinsecamente cíclico e instável, mas crêem que esta instabilidade poderia, ao menos em parte, ser controlada se reformas do sistema fossem colocadas em prática. Enxergam o “jogo das forças de mercado” com ceticismo e pessimismo, no sentido de que crêem que o mercado, deixado livre, tenderá a gerar desequilíbrios e maiores desigualdades.

2.1.8) Transformação de estruturas.

Como citamos no item 2.1.1, a economia pós-keynesiana volta-se à transformação de estruturas. Mais especificamente, defende a compreensão das estruturas social e econômica como o primeiro passo para transformá-las, sendo este um de seus objetivos (ARESTIS, 1996; DOW, 2001). Sendo assim, ao efetuar análises relacionadas a políticas econômicas, os pós-keynesianos voltam sua atenção para a “*transformação de estruturas* para ampliar oportunidades e realizar o potencial humano” (ARESTIS, 1996:115, tradução nossa, grifo adicionado). Neste sentido específico (forte) do termo, são economistas “reformistas” (DOW, 2001).

Transformar estruturas significa efetuar reformas institucionais (nacionais ou internacionais); criar novos arranjos institucionais; alterar leis e regulamentações; intervir ativamente na economia, alterando a estrutura econômica (por exemplo via políticas

industriais); alterar a distribuição de renda da economia; influenciar e alterar comportamentos habituais instituídos (convenções); e assim por diante.

Os pós-keynesianos, como também exposto no item 2.1.1, voltam-se não à alocação de recursos dados, mas à *criação* dos recursos que crêem que a economia tem o potencial de gerar⁶⁰, a partir da utilização plena dos recursos (pleno-emprego de recursos). Ora, sendo assim, a transformação de estruturas necessariamente torna-se um objeto fundamental de análise.

Este aspecto da análise é apontado e enfatizado na ótica pós-keynesiana, enquanto a posição do *mainstream* em economia tende a se voltar mais à análise das estruturas como já se apresentam, não se voltando de maneira especial à sua transformação (ao menos não no nível de profundidade que o faz a economia pós-keynesiana). Devemos observar que a visão pós-keynesiana com relação à transformação de estruturas decorre da metodologia realista que empregam (ARESTIS, 1996; tal aspecto metodológico será discutido no tópico 2.1.11).

Analisando com maior profundidade a questão, notamos que se trata de duas visões distintas (embora não excludentes), sendo que a escola pós-keynesiana coloca maior ênfase no aspecto normativo da análise (DOW, 1996). Notamos que a metodologia que empregam é *realista* ao olhar os fenômenos econômicos do mundo (DOW, 2003), e que criam suas teorias com vistas a *criar a realidade* que julgam melhor adaptar-se aos seus fins últimos (ARESTIS, 1996). Desta forma, a análise macroeconômica da referida escola não se volta somente a aumento do produto, controle da inflação, aumento da eficiência econômica, distribuição de renda, etc., mas antes de mais nada à transformação da realidade econômica para ampliar as possibilidades e oportunidades oferecidas pelo sistema⁶¹ (Ibidem).

⁶⁰ Lembramos que a economia enquanto ciência é vista pelos pós-keynesianos antes de mais nada como o estudo das possibilidades de sistemas econômicos *ampliarem* seu produto, utilizando e distribuindo o excedente gerado com fins a tornar melhor a sociedade, e não de como recursos escassos podem ser *alocados* a necessidades infinitas (ARESTIS, 1996: 114-5).

⁶¹ No Brasil, o tipo de visão política e econômica que tem por objetivo a mudança de estruturas como parte de uma estratégia nacional para o desenvolvimento econômico ficou conhecida como “desenvolvimentismo”.

2.1.9) Investimento, escolha de ativos e taxa de juros.

As visões de Keynes e Kalecki complementam-se e fundamentam as bases teóricas relativas a métodos de escolha de ativos, investimento e taxa de juros (ARESTIS, 1996).

Há mais de um método no pós-keynesianismo para se escolher ativos, que derivam de Keynes e Kalecki. Entretanto, os métodos de escolha de ativos em si, com suas demonstrações matemáticas, não são de nosso interesse e, portanto, não serão desenvolvidos. Interessam-nos somente algumas conclusões que derivam da maneira como o pós-keynesianismo enxerga a seleção de ativos. Para explicações pormenorizadas e discussões, confira Carvalho (1992).

Em nosso sistema econômico, os capitalistas buscam ampliar sua riqueza, o que não necessariamente precisa ser feito diretamente via produção. Por esta razão, a rentabilidade da inversão em capital compete com a dos ativos financeiros – personificada, na teoria, na “taxa de juros corrente”. Assim sendo, o capitalista calculará o rendimento que espera obter com o investimento (lucratividade esperada) e o comparará com os demais rendimentos da economia, inclusive com outros projetos de investimento e com a taxa de juros corrente, e decidirá pelo maior rendimento⁶². A maneira mais conhecida de se calcular tal rendimento esperado do investimento é a “eficiência marginal do capital” (EMgK). Para que os planos de inversão das empresas prossigam, é condição necessária que a aplicação financeira a juros não seja mais vantajosa (as demais condições serão discutidas abaixo, ao falarmos do investimento em si). Esta é uma das razões pelas quais o pós-keynesianismo advoga uma baixa taxa de juros – para que o investimento não tenha competição via este mecanismo.

O investimento é um conceito chave na visão macroeconômica pós-keynesiana (ARESTIS, 1996). Mudanças no nível de investimento são consideradas como a principal força propulsora de economias capitalistas modernas (CARVALHO, 1992), ao mesmo tempo em que se reconhece que as instabilidades do sistema decorrem do comportamento instável do investimento privado sob expectativas voláteis e ambiente econômico incerto (ARESTIS, 1996).

É considerado como uma variável autônoma, isto é, que não depende da renda e do emprego, possuindo outros determinantes (ver abaixo). O investimento é um dos componentes da demanda agregada (gasto agregado) da economia, e pode, por sua vez, ser subdividido

⁶² Notamos que se ignora neste raciocínio a importância de questões empresariais estratégicas, que, entretanto, não são necessárias a ele enquanto ferramenta teórica isolada. A escolha de investimento é reduzida a seus aspectos financeiros.

entre (1) investimento privado e (2) investimento governamental/estatal, já que estes possuem diferentes determinantes.

O investimento governamental depende de recursos que o governo tenha disponíveis, e, portanto, de fatores fiscais, mas também, é claro, de fatores subjetivos, como: a orientação política do mesmo (mais ou menos intervencionista/desenvolvimentista/“keynesiano”); sua credibilidade frente à população e a margem de ação que esta lhe confere; sua visão com relação à inflação e, principalmente, sobre a geração ou não de algum grau de déficits orçamentários; a abertura da economia e sua exposição aos mercados financeiros; o reconhecimento ou não do efeito multiplicador do investimento; etc. (LÓPEZ G., 2003; ARESTIS, 1996).

O investimento privado é determinado pela *lucratividade esperada* das empresas, e pela comparação entre estas expectativas formuladas e a trajetória que a lucratividade realizada de fato forma: lucros crescentes sinalizam condições econômicas futuras pujantes, de forma que tendem a induzir as empresas a serem mais otimistas e a executar seus planos de investimento, e lucros decrescentes apresentam o efeito oposto, deixando as empresas relutantes a executar tais planos. A lucratividade esperada é influenciada por três fatores: (i) pela taxa esperada de retorno do investimento, que é o mesmo que a eficiência marginal do capital (EMgK) projetada; (ii) pelo crescimento esperado de vendas⁶³ e; (iii) por variações da taxa de juros (já que os investidores compararão a rentabilidade esperada do investimento com a taxa de juros) (ARESTIS, 1996:123-4).

Mas se reconhece que, apesar de ser a lucratividade *esperada* que induz à acumulação de capital, é o investimento *realizado* anteriormente que gera os rendimentos que tornam possíveis futuros investimentos. Isso porque os fundos gerados internamente (os reservados à depreciação e os lucros não-distribuídos) financiam parcialmente novos investimentos, dando maior liberdade à empresa e assumindo, assim, um papel muito significativo no processo de decisão de se investir. No caso de grandes corporações que têm o poder de fixar preços, entende-se que a precificação é pensada justamente para que consiga reunir os recursos internos necessários à execução do investimento planejado por elas (Ibid.). Fontes externas às empresas também são consideradas importantes. Tanto Keynes quanto Kalecki enfatizaram a importância das finanças no que tange a possibilitar o investimento, mas devido ao risco

⁶³ Lembramos da relação deste fator com o PDE, e de como a intervenção estatal ativa pode interferir nele.

relacionado com se tomar empréstimos⁶⁴, o nível de investimento é, em certa medida, restringido pela disponibilidade dos fundos internos (ARESTIS, 1996:123-4).

Outro elemento que interfere na decisão de investimento é, evidentemente, a capacidade ociosa existente (SAWYER, 2003). Kalecki é uma grande influência dos pós-keynesianos no que diz respeito à introdução deste aspecto da análise. Se a capacidade ociosa vigente for elevada, permitindo que a expansão de produção desejada ocorra sem a necessidade de investimento, a tendência é que planos de inversão não ocorram, simplesmente por não serem necessários.

Em suma, poderíamos recolocar a questão da determinação do investimento privado da seguinte maneira: os recursos próprios das empresas (lucros retidos e fundos à depreciação) e as fontes externas de financiamento são condições necessárias, mas não suficientes para que se efetue um investimento. Esta realização depende também da capacidade ociosa existente, das expectativas da empresa quanto a vendas (i.e., “expectativas de longo prazo com relação aos mercados de bens” (ARESTIS, 1996:119)) e quanto ao retorno do investimento, e, portanto, também do nível de juros corrente (a aplicação em ativos financeiros compete com o investimento em bens de capital, já que, em nosso sistema, os capitalistas buscam ampliar sua riqueza, o que não necessariamente precisa ser feito diretamente via produção). Se estas expectativas forem positivas, se a aplicação financeira a juros não for mais vantajosa, se houver financiamento e ainda a capacidade ociosa existente não permitir que a ampliação de produção desejada seja efetuada sem ampliação do capital, estão dadas as condições para que se efetuem os planos de inversão das empresas.

Entretanto, como o cálculo da EMgK depende de valores atribuídos subjetivamente ao fluxo futuro de retornos esperados, e como estas atribuições são muito incertas, pouco pode ser dito *a priori* sobre o estado de confiança dos investidores no que diz respeito a executar ou não uma inversão de capital. Os pós-keynesianos seguem Keynes no raciocínio de afirmar que os investidores observarão, nestas condições, as convenções sociais, como por exemplo a expectativa geral (subjetiva) da comunidade empresarial referente à lucratividade, e a crença de que, até que se tenham indícios contrários, o estado atual não se alterará. E que serão guiados também pelos seus “*animal spirits*”⁶⁵, isto é, pelo espírito empreendedor que os fazem arriscar. Os “*animal spirits*” dos empreendedores são altamente influenciadas pelas

⁶⁴ Referimo-nos ao princípio do risco crescente, de Kalecki. Cf. Arestis, 1996:124.

⁶⁵ Em tradução literal, “espíritos animais”. Em tradução livre, “instintos animais”. Algo como a faculdade de se ter um impulso inato ao investimento e a assumir riscos – um conceito subjetivo e que traz em si um fator de imprevisibilidade, não podendo ser estimado probabilisticamente (ARESTIS, 1996).

expectativas dos agentes sob incerteza, e por esta via as expectativas e suas flutuações podem afetar severamente o investimento, e, assim, a demanda agregada, podendo em casos mais extremos gerar inclusive crises (ARESTIS, 1996).

A forma como os pós-keynesianos vêem a determinação dos investimentos privados – mais especificamente, o fato de expectativas sobre o futuro, das condições econômicas e do nível de incerteza afetarem sua determinação – é um dos fatores que faz com que seja necessária a intervenção estatal na economia através de políticas ativas. O governo deve intervir visando a tornar mais positivas as condições econômicas, diminuindo a incerteza e tornando mais positivas as expectativas, para que o investimento privado se concretize, aumentando os níveis de demanda agregada e emprego. Como já mostramos no item sobre incerteza, “para os pós-keynesianos, a superação das tendências desestabilizadoras que emergem da incerteza fundamental no processo de tomada de decisões econômicas é provavelmente o problema central com que se deparam os policy-makers da macroeconomia” (ROSSER JR., 2001:62, tradução nossa). Da mesma forma, sua visão acerca da natureza dos investimentos governamentais – notadamente, a visão de que o governo é apto a intervir na economia (CARVALHO, 1999) – é um dos fatores que possibilita que esta intervenção seja considerada possível e que seja levada a cabo.

Finalmente, vale ressaltar que para os pós-keynesianos, diferentemente dos neoclássicos, a poupança da economia não gera investimento. Isto por duas razões: (1) em uma economia monetária, a poupança não constitui em si uma demanda corrente por bens, e também não constitui uma demanda futura, já que uma decisão de evitar o consumo no presente frente à incerteza representa um adiamento indefinido de gastos. Isto é, poupança não é igual a investimento; (2) A poupança não tem impacto direto sobre a taxa de juros (à qual o investimento é, em princípio, sensível), não podendo afetar o investimento via juros. (SETTERFIELD, 2003:108). É importante apontarmos que a não-igualdade entre poupança e investimento, e a negação de uma relação causal entre os dois agregados, é um dos aspectos centrais da crítica pós-keynesiana ao modelo da síntese neoclássica (como apontamos no item 1.2).

Tendo até o momento exposto as nove bases teóricas de que tratamos, estamos aptos, agora, a analisar as questões estritamente metodológicas que embasam o pensamento pós-keynesiano. Sabendo, concretamente, o que estes economistas pensam (bases teóricas), torna-se mais fácil compreender o como eles pensam (bases metodológicas).

2.1.10) Modo de pensamento Babilônico.

Definiremos “modo de pensamento”, para os fins deste trabalho, como sendo aquilo que diz respeito “aos princípios de construção do conhecimento e de comunicação que alicerçam a escolha metodológica, e, de fato, nossa vida cotidiana” (DOW, 2003:11, tradução nossa). Trata-se do nível mais básico da formulação intelectual, do *como* as pessoas pensam, do estilo de raciocínio⁶⁶. Refere-se à “*maneira* como argumentos (ou teorias) são construídos e apresentados, [ao] como tentamos convencer outros da validade ou verdade de nossos argumentos” (DOW, 1996:10, tradução nossa, grifo adicionado). O modo de pensamento “preocupa-se tanto com a retórica utilizada como meio de comunicação como com a estrutura lógica do argumento. É um conceito mais amplo do que o de ‘metodologia’, e na verdade influencia nosso julgamento com relação ao que constitui uma posição metodológica aceitável” (Ibid.:10, tradução nossa). Definiremos “metodologia” como a aproximação técnica a um tema, ou ainda como os procedimentos técnicos para a formulação teórica em uma disciplina. Sendo assim, o modo de pensamento é a visão de mundo muitas vezes implícita sob certa metodologia (DOW, 1996). Se a metodologia diz respeito a procedimentos técnicos, o modo de pensamento refere-se ao *como pensamos e comunicamos* estes procedimentos técnicos.

É a partir do modo de pensamento que se erguem as metodologias a partir das quais as teorias são geradas. E, segundo argumenta Sheila Dow (1996), estes níveis do pensamento são interdependentes, de forma que, geralmente, um modo de pensamento particular (certa visão de mundo) tem associado a si certa metodologia. Sendo assim, o modo de pensamento é de grande importância à análise do pensamento de uma escola econômica, se quisermos buscar com maior profundidade os determinantes de suas teorias, ou, no nosso caso particular, se quisermos compreender o porquê da formulação específica de política econômica dos pós-keynesianos. Dito isto, podemos passar a uma breve explicação sobre o modo de pensamento babilônico, que caracteriza os trabalhos de Keynes e dos pós-keynesianos⁶⁷, e que se diferencia significativamente do modo de pensamento da economia neoclássica, que é o que podemos chamar de modo “cartesiano/euclidiano” (Dow, 2003). O modo neoclássico também será exposto, para podermos comparar e situar a aproximação pós-keynesiana.

⁶⁶ É importante notarmos que o modo de pensamento é em si uma questão metodológica, mas, por tratar-se da visão de mundo que se encontra em um nível de análise mais profundo do que o (tradicionalmente tido como) metodológico, diferenciaremos o “modo de pensamento” da “metodologia”. Cf. Dow (2003) e Dow (1996).

⁶⁷ Evidentemente, a discussão metodológica é de uma complexidade que não caberia neste trabalho. Da mesma forma, devemos alertar que há análises diferentes sobre metodologia pós-keynesiana, e que optamos por seguir a proposta por Sheila Dow. Confira, para uma introdução ao tema, Dow (2003:11-2) e Dow (2001), e, para discussões mais aprofundadas, Dow (1996).

Como discutiremos, o modo de pensamento babilônico é uma aproximação *realista* ao conhecimento – nos sentidos de que o conhecimento se constrói em constante conexão com a realidade, e de que busca descrevê-la da forma mais fiel possível – e *pragmática*, no sentido de que são as praticidades do problema que se analisa que vão determinar o como ele será trabalhado (DOW, 2003). Sendo assim, trata-se de uma aproximação que não se submete a uma determinada metodologia única, mas sim que coloca a questão metodológica a serviço do conhecimento da realidade, ao invés de tentar apreender o conhecimento enquadrando a realidade a certo modo de percepção metodológico.

No pensamento matemático tradicional (cartesiano/euclidiano), temos a construção de um *sistema lógico fechado*, que se ergue sobre um único conjunto de axiomas, a partir de um único método (qual seja, o matemático). Um sistema fechado tem limites conhecidos, e todas as suas variáveis constituintes são especificadas a priori (são conhecidas ou ao menos consideradas passíveis de serem conhecidas), definidas como exógenas ou endógenas, de maneira que o que não for conhecido é assumido como tendo comportamento aleatório. (DOW, 1996; DOW, 2003). Esta forma de pensamento abstrai de problemas práticos para que possa gerar soluções “universais” (universais para o âmbito restrito criado por tal abstração). Por todas estas características, tal sistema lógico é governado por *regras internas*, e não com referência à realidade, constituindo, neste sentido, um estilo de raciocínio “*não-realista*” (DOW, 2003:12-3).

Diferentemente, o sistema babilônico de pensamento é uma forma de *sistema aberto* de pensamento. Em sistemas abertos, não se conhece a identidade de todas as variáveis relevantes, assim como não se sabe qual o caráter de todas as relações entre elas. Sendo assim, os limites do sistema não se encontram definidos, ou mesmo nem há a possibilidade desta definição. Mais do que isto, as variáveis do sistema e as relações que elas determinam estão sujeitas à mudança, de forma que há espaço para criatividade e mudanças discretas, assim como há para a estabilidade. “Se a realidade é compreendida como um sistema aberto, então há escopo para o livre-arbítrio, para a criatividade e para a evolução indeterminada do comportamento e das instituições” (Id., 1996:14, tradução nossa). Frente a proceder como o modo cartesiano/euclidiano, que procura construir um único sistema formal geral e fechado (como é o caso do modelo walrasiano de equilíbrio geral), o modo babilônico prefere

segmentar a realidade em diversas cadeias lógicas de argumentação⁶⁸, de forma a criar uma gama de análises parciais⁶⁹ (DOW, 2003:12-3; Idem, 1996). Além disto, segundo a matemática babilônica “não há uma única cadeia lógica de axiomas para teoremas; mas há várias cadeias paralelas, interconectadas e que se reforçam mutuamente, de forma que nenhum axioma particular é logicamente básico” (STOHS apud DOW, 2003:11, tradução nossa). Isto significa que os argumentos não se amarram todos a um conjunto de axiomas, mas sim que há várias cadeias de argumentação, sendo que estas também não possuem ligação a certo conjunto de axiomas.

As diversas cadeias de argumentação que constroem o pensamento babilônico são, em termos metodológicos, governadas pela *praticidade* do problema em questão (DOW, 2003:12). Dow (2003) afirma que o objeto de estudo é visto por este modo de pensamento como sendo muito complexo para que possa ser totalmente capturado por qualquer sistema analítico isolado, e que, portanto, uma gama de escolhas (inclusive simultâneas) quanto à metodologia são possíveis dentro de uma aproximação babilônica. Neste sentido, poderíamos dizer que a complexidade da realidade que se observa (com um enfoque realista) “imperam” sobre a escolha metodológica: se a complexidade do objeto estudado trazer um elemento que não pode ser tratado com a metodologia que se vinha utilizando, na perspectiva babilônica pode-se – ou melhor, deve-se – lançar mão simultaneamente de outro tratamento metodológico, de forma que se possa abarcar, no conjunto das cadeias de raciocínio, o objeto em estudo. Assim, observamos que o particular modo de pensamento pós-keynesiano não encerra o enfoque metodológico a uma só metodologia, de forma que uma cadeia de raciocínio do sistema pode, por exemplo, se apoiar em análises estatísticas, enquanto outra pode se apoiar em pesquisas históricas (DOW, 2003:12).

Colocado de outra maneira, se o mundo real não é visto como sendo governado por leis universais, e é compreendido como complexo, então há abertura para o uso de uma gama de diferentes metodologias, ou seja, para o pluralismo de métodos. Segundo Sheila Dow, o pensamento babilônico fornece uma racionalidade (“*rationale*”) para este pluralismo, e, mais especificamente, defende o uso de uma gama de diferentes métodos para diferentes cadeias de raciocínio. Mas, para que seja operacional e não extrapole ao limite do ecletismo, o pluralismo de métodos é “moderado pela maneira pela qual o sistema aberto de pensamento é

⁶⁸ Note-se que “um sistema aberto pode ser segmentado em subsistemas que podem ser aproximados a sistemas fechados para análises parciais, mas que estão sempre abertos organicamente a influências de outras partes do sistema geral” (DOW, 1996:14, tradução nossa).

⁶⁹ Proceder-se desta maneira pois tais análises parciais são incomensuráveis. “Fossem comensuráveis, os argumentos poderiam ser formalmente combinados”(DOW, 2003:12, tradução nossa).

especificado. A maneira como o mundo real é compreendido governará a escolha particular de metodologia, e, em contrapartida, o alcance de métodos a ser usado” (DOW, 2003:14, tradução nossa).

Finalmente, para completarmos nossa exposição do modo de pensamento babilônico, devemos tratar de mais duas ordens de conceitos que envolvem os modos de pensamento: dualismo e atomismo/organicismo.

Como expusemos acima, a tradição de pensamento cartesiano/euclidiano, da qual a economia neoclássica faz parte, constrói sistemas fechados. Na verdade, o fechamento de um sistema só é possível a partir de duas características deste modo de pensamento, quais sejam: o dualismo e o atomismo. Vejamos como Dow (2003:13) define estes dois conceitos:

(1) Dualidade: categorias duais são aquelas (típicas de sistemas fechados) que possuem alternativas mutuamente excludentes que englobam a totalidade das possibilidades, apresentando também significado “fixo”, que não se altera (como é o exemplo das seguintes categorias: variáveis endógenas *ou* exógenas, relações causais *ou* aleatórias; agentes econômicos racionais *ou* irracionais).

(2) Atomismo: este conceito diz respeito ao fato de se construir um sistema teórico a partir das menores unidades, que são tidas como independentes umas das outras, assim como do sistema de que são parte (como é o exemplo de “homens econômicos racionais”).

Diferentemente do pensamento cartesiano/euclidiano, o pensamento babilônico é caracterizado por uma visão *orgânica* (e, portanto, não atomista) e que se encontra *além do dualismo*. As palavras de Sheila Dow (2003:13, tradução nossa) exemplificam e evidenciam no excerto a seguir o significado do uso destes dois conceitos pela ótica babilônica:

O pensamento babilônico não é nem dualista nem atomista. As categorias utilizadas para dar conta da vida social em um ambiente em evolução não são vistas como se enquadrando prontamente em dualidades. Na verdade, o caráter vago das categorias é visto como possuindo o benefício da adaptabilidade em um ambiente mutante, no qual instituições, compreensão e comportamento sofrem mudanças. Em um sistema de pensamento com uma variedade de linhas de argumentação incomensuráveis, as variáveis podem ser exógenas a uma linha mas endógenas a outra. O conhecimento é em geral tido como incerto (pelos agentes econômicos e pelos economistas), de forma que a análise aponta a graus de incerteza. Ademais, algumas linhas de argumentação podem se referir a indivíduos, e outras ao nível grupal, já que forças causais podem agir nas duas direções. De fato os indivíduos não são vistos como independentes, e seu comportamento pode mudar conforme muda o ambiente. Instituições e convenções provêem a estabilidade para permitir que decisões sejam tomadas em um ambiente incerto. Em outras palavras a estrutura social é compreendida como sendo orgânica.

Na verdade, mais especificamente, a caracterização *do pensamento babilônico* como organicista e, digamos, “meta-dualista”, “decorre de uma compreensão particular *da natureza*

do mundo real como sendo orgânica, isto é, ele mesmo um sistema aberto” (DOW, 2003:13, tradução nossa, grifo adicionado). Como o modo de pensamento babilônico enxerga o mundo real como sendo intrinsecamente um sistema aberto e orgânico, decorre que tal pensamento é também realista, “e, de fato, têm muito em comum com a aproximação realista crítica à economia” (Ibid.:13, tradução nossa) (a metodologia realista crítica será explorada no próximo tópico deste capítulo).

Para Sheila Dow, “como os pós-keynesianos têm uma ontologia distinta, resulta uma metodologia distinta” (DOW, 2003:14, tradução nossa). No próximo tópico, voltamo-nos a aspectos metodológicos dos pós-keynesianismo que desejamos ressaltar.

2.1.11) Metodologia pós-keynesiana: relevância, realismo crítico e retrodução.

No item 2.1.1, sobre a visão de ciência econômica dos pós-keynesianos, introduzimos diversos conceitos metodológicos pós-keynesianos. Apontamos que “metodologicamente, pós-keynesianos utilizam alguma forma de *realismo* e preocupam-se com *mecanismos explanatórios*, distanciando-se do dedutivismo e formalismo excessivo da economia neoclássica”. (DEQUECH, 2005:525, tradução nossa, grifos adicionados). Após termos explorado o modo de pensamento babilônico, tais elementos metodológicos tornam-se mais claros. Entretanto, para compreendermos melhor a visão pós-keynesiana, devemos tratar de esclarecer melhor alguns conceitos, quais sejam os de relevância, realismo crítico e retrodução.

A visão pós-keynesiana de ciência defende a *relevância*: as teorias devem ser “relevantes” no sentido de que devem representar a realidade o mais fielmente possível, e também no sentido de que devem conseguir explicar o mundo real como observado empiricamente (ARESTIS, 1996:116). Segundo a ótica pós-keynesiana, a economia neoclássica “não adere a esta premissa básica, no sentido de que é formalista e faz pressuposições *a priori* inadequadas” (Ibid.:116, tradução nossa). Vimos que o pensamento babilônico enxerga o mundo como um sistema aberto e complexo, de forma que sob seu ponto de vista o “formalismo excessivo” dos sistemas fechados, assim como seus axiomas estipulados *a priori* e o método único (matemático) empregado, podem se colocar como grandes obstáculos à relevância teórica. Ao invés de estabelecer pressuposições *a priori* e criar modelos imaginários, como fazem os neoclássicos, a economia pós-keynesiana toma

como ponto de partida a observação da realidade, e prossegue com a criação de “abstrações realistas” com base nestas observações (ARESTIS, 1996:116).

A metodologia (técnica) empregada pelos pós-keynesianos é o realismo crítico⁷⁰ (ARESTIS, 1996; DOW, 2001; DOW, 2003; DOW, 1996), que defende que o propósito da ciência é revelar estruturas causais, para compreendê-las e transformá-las. Segundo o realismo crítico, o objetivo é transformar a sociedade, notadamente, através da transformação de suas estruturas (DOW, 2001). De acordo com esta visão metodológica, “aquilo que enxergamos enquanto eventos empíricos é somente uma manifestação superficial das reais forças causais que não podemos observar diretamente” (DOW, 2001:15, tradução nossa). E, por isto mesmo, a ciência econômica não deve, por exemplo, se concentrar em fazer previsões de como uma alteração em uma variável acarretará em alterações em outra, mas sim deve buscar compreender quais as *forças causais estruturais* que atuaram para a mudança de cada uma delas (Ibid.).

Para os realistas críticos, os sistemas sociais são tidos como complexos, estruturados e transformáveis. Como os sistemas são vistos como complexos, o realismo crítico reconhece os obstáculos em se estabelecer a verdade com relação a eles. O objetivo passa a ser, assim, buscar ao máximo possível o conhecimento verdadeiro. Mas o reconhecimento de que tal meta é inalcançável faz com que uma variedade de aproximações metodológicas tornem-se necessárias para que se estabeleça o conhecimento (DOW, 2001:16). Assim como ocorre com o modo de pensamento babilônico, o realismo crítico enxerga a realidade como um sistema aberto, propondo que ela seja observada sob diferentes ângulos e a partir da utilização de diferentes métodos (histórico, institucional, estatístico e mesmo o tradicional) (DOW, 2001).

Em suma, para os pós-keynesianos o ponto de partida de uma teoria deve ser a natureza do mundo real, deve haver certa correspondência entre o mundo real e a teoria que o descreve e, ainda, devemos buscar desvelar as estruturas causais que se escondem sobre os fenômenos “superficiais” que enxergamos no mundo. E a metodologia que permite isto é o realismo crítico.

A “retrodução” (ou “abdução”) é o modo de inferência da metodologia realista crítica, que se diferencia dos modos dedutivo e indutivo de inferência. Este método propõe que se parta de um conjunto de “fatos estilizados” que indiquem a existência de um fenômeno do

⁷⁰ Na verdade, Paul Davidson fala em “realismo”, e não em realismo crítico, e enfatiza o tempo histórico como base metodológica fundamental (DOW, 2001). Porém, para fins de simplificação, pressuporemos como Paul Arestis (1996) que o pós-keynesianismo como um todo segue a metodologia realista crítica.

mundo real necessitando de explicação mais profunda, para uma teoria que se proponha a executar tal análise, buscando as relações, estruturas, condições e mecanismos que se escondem sob tal fenômeno e são responsáveis por ele (ARESTIS, 1996:115-6). “Trata-se de um movimento de um ‘fenômeno da superfície’ a algum fator causal ‘mais profundo’. [Neste contexto,] a tarefa das ciências sociais é a elaboração das estruturas e relações profundas que alicerçam os fenômenos sociais” (Ibid.:116, tradução nossa).

Dow (2001:16) afirma que, embora tenha havido diversos estudos sobre a metodologia pós-keynesiana, há concordância suficiente entre eles para que possamos identificar uma posição próxima a um consenso. Em consonância com o modo babilônico de pensamento, a aproximação geral metodológica teria como base sistemas abertos, envolvendo a reunião de análises parciais de forma a gerar conhecimento sobre diferentes aspectos do sistema socioeconômico. Diversos métodos são utilizados de forma a agregar diferentes tipos de evidências (estudos de caso; séries de dados; fatos históricos; etc.) e, portanto, não há um conjunto único de axiomas a partir do qual derivam todas as teorias (DOW, 2001). As teorias geradas devem ser relevantes, e utiliza-se como método de inferência a retrodução.

Finalmente, devemos apontar que a metodologia pós-keynesiana traz uma visão de mundo que se volta à produção ao invés da esfera das trocas, e enfatiza a competição imperfeita e questões distributivas (DOW, 2001:17).

2.2 AS PRINCIPAIS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS E O PENSAMENTO PÓS-KEYNESIANO SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA

No item 2.1, expusemos os principais ingredientes teóricos e metodológicos pós-keynesianos que interessam à nossa análise, mostrando sua visão geral de ciências econômicas e de macroeconomia (vale lembrar que, evidentemente, tais exposições foram feitas de forma circunscrita aos campos que se relacionam à área de nosso interesse, qual seja a de política econômica). Neste item, teceremos observações sobre tais bases, de forma a evidenciar alguns aspectos relevantes à estruturação do pensamento pós-keynesiano sobre política econômica. Buscaremos delinear as características gerais da visão de mundo, de macroeconomia e de intervenção estatal que apresentam, já que é a partir destas que se forma a visão sobre política econômica.

2.2.1 A “visão de mundo” pós-keynesiana: métodos e valores

Qual a “visão de mundo” dos economistas pós-keynesianos? Para responder a esta questão, primeiramente devemos definir ao que nos referimos com a expressão “visão de mundo”. Referimo-nos não somente ao *modo de pensamento* (como fizemos provisoriamente no item 2.1.10, seguindo DOW, 2003), mas também aos *princípios metodológicos e valores* (ou “ideologia”) dos quais os economistas pós-keynesianos partilham (como em DOW, 2001). Com “visão de mundo” queremos dizer a combinação entre modo de pensamento, elementos metodológicos e os valores/ideologia da escola, sendo que cada um destes fatores influencia os demais mutuamente. Alertamos que definindo “visão de mundo” desta maneira, o termo passa a conter o conceito de “visão de ciência econômica”, que abarca aspectos metodológicos e os valores da escola em questão.

Os valores com os quais os economistas pós-keynesianos como um todo identificam-se determinam de forma decisiva seu modo de fazer ciência, já que é a partir deles que o instrumental científico é *direcionado*: sua visão humanista, em prol da justiça social e da equidade, por exemplo, assim como suas inclinações “democráticas”, e não plutocráticas⁷¹, colocam os objetivos finais aos quais a ciência econômica servirá em última instância⁷². Determinam, também, enfoques e recortes teóricos utilizados (vide, por exemplo, a divisão da sociedade em classes sociais para a compreensão de fenômenos econômicos). E, na visão pós-

⁷¹ Vide, por exemplo, a proposta de Paul Davidson de um sistema internacional “democrático” de pagamentos (Cf. item 3.3.3).

⁷² Como pudemos observar no item 2.1.1, sobre a visão de ciência econômica pós-keynesiana.

keynesiana, isto significa não somente uma influência indireta, mas sim uma conexão constante ao teorizarem e pensarem as políticas econômicas, de forma que tais objetivos finais permearão a análise constantemente, mesmo que de forma implícita.

Como nos lembra Dow (1996:40, tradução nossa), “a questão de até que ponto a economia pode ser feita livre de valores é central, dado seu objeto de estudo [qual seja, seres humanos que se organizam em grupos para satisfazer suas necessidades]”. No caso dos economistas pós-keynesianos, tais valores são assumidos e feitos explícitos.

Com base no modo de pensamento babilônico e na metodologia realista crítica, a escola pós-keynesiana enxerga a realidade como um sistema aberto, orgânico, estruturado e complexo. A realidade se desenrola no tempo histórico, isto é, as ações são irreversíveis, e sua visão encontra-se além da dualidade. O fato de enxergarem o mundo com complexidade, e como sendo determinado por fatores estruturais que mudam com o passar do tempo.

Os aspectos metodológicos pós-keynesianos definem sua visão de ciência econômica como metodologicamente pragmática, e como tendo uma aproximação ao conhecimento realista e relevante. Isto significa que os métodos poderão ser múltiplos (histórico, institucional, estatístico e mesmo o tradicional), organizando-se de acordo com as necessidades impostas pelo problema real com que se depara. E que o conhecimento deverá ser formado em constante contato com a realidade, buscando a descrevê-la da forma mais fiel possível, de forma que os pós-keynesianos preocupam-se com mecanismos explanatórios. A economia pós-keynesiana toma como ponto de partida a observação da realidade, e prossegue com a criação de “abstrações realistas” com base nestas observações.

Segundo a metodologia realista crítica, o propósito da ciência é revelar estruturas causais, para compreendê-las e transformá-las. O objetivo é transformar a sociedade, notadamente, através da transformação de suas estruturas. Como os sistemas são vistos como complexos, deve-se buscar, ao máximo possível, o conhecimento verdadeiro, embora isto não seja visto como uma meta totalmente alcançável.

2.2.2 A visão pós-keynesiana de macroeconomia: amplitude

A partir das proposições teóricas apresentadas no item 2.1, pudemos observar qual a visão pós-keynesiana de macroeconomia, no que diz respeito ao campo de análise relevante à nossa pesquisa. Cabe tecermos, entretanto, alguns comentários sobre tal visão.

Se, como afirmado anteriormente, a economia é vista pelos pós-keynesianos como parte integrante das ciências sociais, a ênfase em instituições pode ser vista como a base teórica que justamente permite a ligação entre aspectos sociais considerados relevantes e os econômicos *per se*. Com ‘aspectos sociais relevantes’, referimo-nos tanto aos sociológicos quanto a econômicos que, entretanto, não seriam considerados como tais pelo *mainstream*. Adicionalmente, outras áreas da economia que não a macroeconomia – por exemplo: economia internacional, economia do trabalho e sindicalismo, economia industrial, história econômica, etc. – no pós-keynesianismo não se encontram estritamente separadas da mesma. De forma que a divisão da ciência econômica em áreas está a serviço da compreensão da realidade, não se apresentando como uma limitação *a priori* a um escopo analítico macroeconômico adotado ou ao desenvolvimento de nenhuma teoria. Elementos de uma área podem ser buscados e utilizados a qualquer momento pela macroeconomia caso se julgue que a descrição resultante da realidade será mais fiel.

Como os determinantes dos fenômenos econômicos são buscados na realidade, não há na abordagem teórica pós-keynesiana um limite pré-estabelecido para aquilo que poderá ser incluído como objeto de análise (há somente *meios* sugeridos de se fazê-lo, como por exemplo via instituições, e de acordo com a metodologia realista crítica). O que limitará o escopo analítico escolhido será, em última instância, sua relevância, e a utilidade prática e coerência do resultado final teórico alcançado a partir dele. A teoria macroeconômica não se apresenta, portanto, mesmo em sua forma, somente como relações entre agregados macroeconômicos ou variáveis descritas por modelos, mas sim como relações de poder entre indivíduos e classes, relações entre instituições, entre indivíduos, entre estes e a sociedade, como constatações históricas relevantes e, é claro, também como relações entre variáveis econômicas que resultam dos – e são permeadas pelos – demais fatores apontados. Quando quantificáveis, tais estes elementos podem, por sua vez, ser combinados e descritos por modelos, quando – e se – assim for de interesse, mas na visão pós-keynesiana a complexidade da realidade impõe recorrentemente a necessidade de uso de métodos não-quantificáveis.

Bases teóricas fundamentais à sua análise – como moeda, instituições, expectativas, incerteza fundamental e o próprio PDE – evidenciam que o pós-keynesianismo considera de maior importância a ligação entre elementos analíticos políticos⁷³, sociais⁷⁴ e psico-sociais⁷⁵

⁷³ Como evidenciado, por exemplo, no item 2.1.1, que discorre sobre a visão de ciência econômica dos pós-keynesianos.

com os econômicos. Tais elementos permeiam a análise pós-keynesiana não somente em suas bases teóricas, mas também no que se refere a seu enfoque ao analisar e propor políticas econômicas (vide, por exemplo, Davidson (1991:121) ao mostrar sua preocupação com a *destruição do sentimento de pertencimento a uma “comunidade econômica”* que a alta inflação gera). Isto significa que esta escola parte de uma base de análise ampla, isto é, aquilo que é considerado potencialmente relevante a seu modo de fazer ciência macroeconômica se configura como um conjunto maior quando o comparamos com o modo da economia neoclássica. Significa também que os fenômenos “econômicos” são vistos como se relacionando mutuamente e de forma importante com os fatores políticos, sociais e psicossociais.

Além disto, esta aproximação analítica ampla estende-se ainda mais quando levamos em conta o fato da História ser considerada relevante à mesma – tanto enquanto aspecto *participante* da teoria (elemento tempo; características históricas – políticas, econômicas, sociais, etc. – particulares que interessam à teoria ou a sua aplicação) quanto enquanto ciência paralela a ser consultada. Quando consultada, fornece observações de suma importância à construção teórica em economia, e também ao abandono de caminhos teóricos que a História pode revelar equivocados (vide, por exemplo, Minsky (2008) no que se refere a políticas econômicas, Davidson (1991) quanto à questão de estoques reguladores e Wray (2003) no que se refere às origens da moeda). Neste sentido, o pós-keynesianismo aproxima-se muito mais dos velhos clássicos da Economia Política (e especialmente a Marx) do que o faz a economia *mainstream* atual⁷⁶.

A macroeconomia, assim apresentada, se nos mostra como uma estrutura extremamente viva, orgânica: é pulsante (cíclica), instável (conjunturalmente) e mutante (estruturalmente). Humana, psicológica, política. Histórica, temporal. Permeada por fatores humanos e sociais que a invadem enquanto estrutura⁷⁷, embora seja reconhecida, destarte, como manifestação e criação destas próprias sociedades humanas, e não como uma estrutura

⁷⁴ De fato, Arestis (1996:117) afirma que “a maneira com a qual expectativas individuais são feitas consistentes com relacionamentos sociais é através da instituição de convenções. Esta interpretação da filosofia de Keynes na *Teoria Geral* demonstra que a incerteza é melhor compreendida como uma relação social.”

⁷⁵ Ao discorrerem sobre incerteza, por exemplo, falam sobre a necessidade de se compreender o indivíduo para que se tenha uma compreensão adequada da sociedade, e vice-versa (ARESTIS, 1996).

⁷⁶ De fato, como sabemos, com a “revolução marginalista” e o nascimento da economia neoclássica, a *economics* divorciou-se da Economia Política.

⁷⁷ Se a sociologia se dá a liberdade de adentrar o campo econômico o quanto for necessário para explicar os determinantes das sociedades, os pós-keynesianos parecem fazer o caminho inverso: adentrar o campo social e humano até onde for necessário para que se expliquem os determinantes da economia.

hidráulica⁷⁸ que se apresenta como algo virtualmente alienado e independente da sociedade, atemporal, etc. Como podemos ver, tal caracterização da macroeconomia só é possível com base nos elementos metodológicos de sua visão de mundo (sistema aberto e pluralismo de métodos). Da mesma forma, o conceito de incerteza (fundamental à análise por fundamentar o conceito de economia monetária⁷⁹) é metodologicamente tornado viável a partir da concepção da realidade como um sistema aberto, já que em tais sistemas há espaço para a criatividade, o livre-arbítrio e para a evolução indeterminada do comportamento e das instituições.

2.2.3 A visão pós-keynesiana de intervenção estatal na economia.

A partir das bases teóricas e concepções metodológicas apresentadas no item 2.1, assim como das constatações que adicionamos até o momento neste item 2.2, temos condições de analisar, nesta seção, a questão da intervenção estatal na economia segundo a ótica pós-keynesiana. Descreveremos brevemente o que se compreende por “intervenção estatal na economia”, o porquê de sua defesa, algumas das principais bases que permitem que esta seja vista como possível, as características gerais advogadas a este tipo de ação e ainda seus diversos objetivos.

Se a economia é cíclica, não tende ao pleno-emprego e pode ficar fora dele, se a incerteza é um fator sempre presente (seja em maior ou menor grau) que inibe a inversão privada, se o “jogo das forças de mercado” não tende a gerar diminuição de desigualdades (mas sim aumento delas), e ainda se há uma instabilidade inerente ao sistema, a intervenção estatal na economia se faz necessária. Portanto, é a *particular visão de macroeconomia* que os pós-keynesianos têm que implica na necessidade de intervenção. Não nos referimos a uma intervenção ocasional, mas sim a uma presença constante na economia (em maior ou menor escala), que pode ser intensificada em situações de crises ou de iminência das mesmas. Ora, como esta visão de macroeconomia enxerga as características citadas do sistema como sendo de sua *natureza*⁸⁰, conseqüentemente a intervenção sugerida não poderia ser de outra forma.

⁷⁸ Emprestamos o termo de Dow (1996:65), que se refere a uma visão da macroeconomia como um sistema mecânico de relações estáveis.

⁷⁹ É importante ressaltarmos que os conceitos de incerteza e economia monetária não são enfatizados por todos os pós-keynesianos, sendo mais relevantes à sua vertente keynesiana.

⁸⁰ Em outras palavras, as tendências a não estar em equilíbrio, à subutilização de fatores, a desigualdades, à instabilidade, sua ciclicidade e a existência da incerteza são características tidas como estruturais, intrínsecas e imanescentes ao sistema capitalista. Tais *tendências* são vistas como forças permanentes, e não como exceções.

A intervenção na economia se faz necessária. Mas devemos nos perguntar o que a torna factível, isto é, quais as bases do pensamento pós-keynesiano que permitem que o Estado seja visto como possuindo o poder de interferir efetivamente na economia. Ressaltaremos brevemente três aspectos que nos elucidam a este respeito. Em primeiro lugar, notamos que a metodologia realista crítica coloca a possibilidade da modificação das estruturas econômicas e sociais (o que inclui alterações institucionais). Em segundo lugar, podemos observar que o PDE, ao postular que o gasto agregado é o determinante mais importante da demanda efetiva, implica na efetividade da política fiscal (na medida em que o gasto e o investimento do governo compõem parte do gasto agregado da economia). Finalmente, devemos ressaltar que o conceito de economia monetária, ao romper com a dicotomia clássica, implica na efetividade da política monetária.

A partir das visões pós-keynesianas de mundo e de macroeconomia, forma-se uma visão ampla de intervenção econômica. Desta forma, compreendemos aqui por “intervenção estatal na economia” não somente as políticas macroeconômicas do governo (fiscal, monetária e cambial), mas inclusive as medidas tomadas com o objetivo de influenciar o desempenho das instituições relevantes, a implementação de controles de capitais e sobre fluxos comerciais, as políticas de renda, a cooperação internacional entre governos (por exemplo, visando ao controle do sistema financeiro), as reformas institucionais, políticas industriais, dentre outras. A visão ampla de macroeconomia implica num amplo escopo intervencionista, na medida em que a sociedade e suas estruturas formam o escopo analítico pós-keynesiano, e são, ao mesmo tempo, o objeto de intervenção estatal.

Os objetivos desta intervenção são diversos: alcance e manutenção do pleno-emprego de fatores (e, portanto, de altos níveis de demanda agregada, inclusive via redução da incerteza para que o setor privado aumente o investimento); redução das desigualdades sociais (renda e riqueza) e das desigualdades entre regiões e países; redução da instabilidade inerente ao sistema, assim como do impacto dos ciclos econômicos (via políticas anti-cíclicas); controle sobre o fluxo de capitais (inclusive regulação internacional conjunta); controle sobre fluxos comerciais; estabilização da volatilidade cambial (ou instituição de alguma forma de câmbio fixo); balanços de pagamentos sustentáveis; eliminação de gargalos presentes na economia; estimular a inovação e o investimento; criação de um ambiente de baixa inflação (ARESTIS, 1996; SAWYER, 2003). Deve-se ter em mente que, em última instância, a intervenção estatal insere-se (indiretamente) nos objetivos mais amplos da economia pós-keynesiana, quais sejam: os de melhorar o mundo para as “pessoas comuns” e produzir uma

sociedade mais justa, igualitária (ARESTIS, 1996) e “humana”, baseada em uma “economia humana” (MINSKY, 1986). Retomaremos esta questão no tópico 2.2.4.

Como podemos notar, esta concepção particular pós-keynesiana de intervenção estatal na economia resulta de sua visão de macroeconomia e de mundo. Os valores que direcionam a análise da escola, juntamente com sua visão de macroeconomia (e, portanto, indiretamente, seus fundamentos metodológicos), constelam as causas e objetivos da intervenção estatal na economia, assim como postulam a possibilidade e necessidade de intervenção em si, e, ainda, suas características gerais.

Finalmente, cabe observarmos que Dequech (2007:17-8, tradução nossa) aponta que, no debate sobre intervenção governamental, pouca ênfase foi colocada pelos pós-keynesianos como um todo nos efeitos de variações excessivas na discricção de políticas econômicas, assim como “na necessidade dos *policy makers* persuadirem o público de que programas de longo prazo de *market making* e de gastos públicos não são prejudiciais à economia”.

2.2.4 A visão geral pós-keynesiana de política econômica.

Até o momento, analisamos as visões de mundo, de macroeconomia e de intervenção estatal econômica pós-keynesianas. Vimos também que a concepção de macroeconomia da escola se encontra alicerçada em sua visão de mundo, e que estas duas visões, juntas, formam a base de sua visão de intervenção estatal na economia.

Antes de passarmos às prescrições de política econômica em si (tarefa executada no capítulo 3), cabe definirmos o que é “política econômica” e voltarmos-nos às características gerais pós-keynesianas com respeito a tais políticas.

Definiremos “política econômica” como o conjunto de maneiras que o governo tem de intervir na economia, e “políticas econômicas” como a soma dos diversos instrumentos intervencionistas. Quanto às características gerais pós-keynesianas com relação ao campo teórico de políticas econômicas, passaremos a seguir à tarefa de explorá-las.

Para compreendermos melhor a visão geral pós-keynesiana de política econômica, ou seja, o como funciona o pensamento pós-keynesiano sobre o assunto, podemos definir alguns conceitos que nos ajudam a organizá-lo. Estes conceitos são: objetivos finais; objetivos (ou

“objetivos específicos”); recomendações gerais de política econômica e; prescrições específicas de políticas econômicas.

Vejamos o significado de cada um destes conceitos para o âmbito da economia pós-keynesiana (o conceito de *recomendação geral* será explanado em maior detalhe à frente):

(i) Recomendações gerais: As recomendações gerais de política econômica são os meios pelos quais os economistas pós-keynesianos crêem que se deve interferir na economia, descritos em um nível de generalidade pouco específico (por exemplo: “políticas fiscais expansionistas”, “política monetária de juros baixos”, ou ainda “reforma do sistema de pagamentos internacionais”). Trata-se dos canais pelos quais defendem intervenções, assim como de idéias genéricas de como esta intervenção deve ser feita, independentemente do contexto histórico/institucional específico no qual a política proposta possa vir a ser aplicada (no caso de uma aplicação específica, esta recomendação geral seria adaptada, sendo “traduzida” a uma prescrição específica). Sendo assim, são propostas de aplicação mais universal, princípios que guiam o pensamento pós-keynesiano quanto a políticas econômicas. Vistas sob o panorama geral do pensamento pós-keynesiano, as recomendações gerais são os meios (ou caminhos) através dos quais se devem buscar seus objetivos finais.

(ii) Prescrições específicas: Prescrições específicas de políticas econômicas são propostas de *formas específicas* de se trilhar os caminhos apontados pelas recomendações gerais (por exemplo: uma proposta de uma lei que regule os fluxos de capitais de curto prazo é uma *prescrição específica* que se insere no âmbito da *recomendação geral* pós-keynesiana de se instituírem controles de capitais). Podem tratar-se de prescrições desenhadas a contextos históricos/institucionais específicos (isto é, para um caso específico de aplicação real), ou ainda de propostas específicas (detalhadas, e que formem um corpo teórico fechado) que, entretanto, são desenhadas de forma a poderem ser aplicadas em mais de um caso real. Nestes últimos casos, temos um nível de generalidade intermediário entre o de um caso específico de aplicação real e o de uma recomendação geral.

Desta forma, diferentes *prescrições específicas* de política econômica podem fazer parte de (enquadrar-se em) uma mesma *recomendação geral*. Por exemplo: uma *recomendação geral* pós-keynesiana é a implementação de políticas de rendas, entretanto a proposta de Sidney Weintraub (chamada de “TIP”) é uma forma específica de políticas de rendas (mais exatamente, uma proposta específica de política de renda do tipo que se baseia em impostos) (Cf. DAVIDSON, 1991). Ora, tanto a TIP como uma política de renda

tradicional por consenso social enquadram-se na recomendação geral de se implementarem políticas de renda, ainda que as prescrições específicas tenham grande diferença (Cf. item 3.4.2).

Alertamos para o fato de não haver um limite estrito entre os conceitos de recomendação geral e prescrição específica, ficando a cargo de quem analisa as políticas utilizá-los da maneira que melhor convier à análise. Da mesma forma, propostas com níveis de generalidade diferentes podem ser consideradas como pertencendo à mesma categoria (por exemplo: “políticas fiscais expansionistas” e “políticas fiscais expansionistas via aumento dos gastos governamentais” podem ambas ser consideradas recomendações gerais). Como observamos acima, trata-se de conceitos que nos ajudam a organizar o pensamento pós-keynesiano.

(iii) Objetivos finais: São os objetivos últimos da economia pós-keynesiana⁸¹ e de suas políticas econômicas, aquilo que se busca concretizar em última instância com as ações que promovem. Conforme exposto no item 2.1.1, os objetivos finais pós-keynesianos são: melhorar as condições materiais de vida das pessoas; ampliar as possibilidades e oportunidades oferecidas pelo sistema, de forma a realizar o potencial humano e; produzir uma sociedade mais justa e igualitária, interferindo nas questões “imateriais” relacionadas às materiais (desigualdade social, bem-estar, concentração de poder econômico, etc.), fazendo assim do mundo um lugar melhor para mulheres e homens comuns. Trata-se de combater e controlar as tendências intrínsecas negativas do sistema, assim como transformar a realidade econômica e reforçar suas características positivas, colocando-a a benefício geral e construindo uma “economia humana”.

Devemos observar que pode haver uma hierarquia entre diferentes objetivos finais, sendo que o objetivo final maior seria o de fazer do mundo um lugar melhor para os seres humanos.

(iv) Objetivos: Os “objetivos” das políticas econômicas são aqueles “resultados diretos” que se quer alcançar com uma política econômica. Uma política de renda tem o objetivo direto de combater a inflação; políticas de emprego têm o objetivo de diminuir o desemprego (ou manter o nível de emprego); políticas fiscais expansionistas têm os objetivos diretos de inflar a demanda agregada e manter/alcançar o pleno-emprego; controles de

⁸¹ Como evidenciamos no item 2.1.1, a economia pós-keynesiana tem também objetivos teóricos. Aqui nos referimos aos objetivos da economia pós-keynesiana no que se refere a interferir na realidade.

capitais têm o objetivo de estabilizar a taxa de câmbio (entre outros); e assim por diante. Como podemos notar através destes exemplos, os “objetivos” podem dizer respeito tanto a prescrições específicas de políticas quanto a recomendações gerais.

Como se pode ver, os quatro conceitos sobre os quais discorreremos estão inter-relacionados, e dizem respeito a níveis diferentes de generalidade da análise. Notamos, por exemplo, que, de uma forma geral, toda *prescrição específica* de política econômica tem um *objetivo*, mas, ao mesmo tempo, tal objetivo vincula-se (subordina-se) a “objetivos maiores” da escola econômica como um todo (a seus objetivos finais). Mesmo que estes “objetivos maiores” de certa escola não sejam declarados (ou tampouco sejam conscientes), as prescrições específicas subordinam-se ao menos à razão de ser de suas políticas econômicas como um todo.

No caso do pós-keynesianismo, o que desponta é o fato dos objetivos finais serem reconhecidos e explicitados de forma consciente, da mesma forma que reconhecem a importância dos valores/ideologia na formulação teórica (DOW, 2001; Cf. também, e.g., DAVIDSON, 1991; DAVIDSON, 1994 e MINSKY, 2008). Este fato faz com que o pensamento pós-keynesiano referente à política econômica apresente, digamos, uma “grande integração consciente”, isto é, a peculiaridade de reconhecer, explicitar e enfatizar a articulação entre os diversos níveis teóricos de formulação e prescrição de política econômica. Ou seja, se é verdade que todo corpo teórico requer uma integração que o torne coerente, no caso dos pós-keynesianos esta integração apresenta as peculiaridades de ser elaborada de forma consciente e de ser fortemente enfatizada.

Definidos tais conceitos, podemos continuar com as descrições gerais de política econômica na ótica pós-keynesiana.

Como vimos até agora, como consequência da forma pós-keynesiana de se compreender o funcionamento da economia, há grande potencial e necessidade de implementação de políticas econômicas, e esta implementação é tida como factível.

Dentre os objetivos defendidos para as políticas, a busca da manutenção do pleno-emprego (e, portanto, de altos níveis de demanda efetiva) torna-se o maior deles. Podemos notar que o governo é considerado apto a perseguir tal meta, e que o termo “política econômica” é compreendido de forma ampla (DOW, 1996; PRESSMAN, 2003). Os demais objetivos das políticas econômicas pós-keynesianas serão discutidos nos respectivos tópicos

em que organizaremos as políticas econômicas – fiscal, monetária, internacional e outras políticas – no capítulo três.

Os economistas pós-keynesianos são, geralmente, a favor de certos *tipos* de políticas econômicas (SAWYER, 2003:101), com destaque àquelas (diversas) para estimular o nível de demanda agregada. É a estes “tipos” de políticas que chamamos de “*recomendações gerais*” de prescrições. Trata-se daquilo que é consensual à escola⁸², em um nível de análise mais geral. Isto é, dos princípios que guiam seu pensamento quanto a políticas econômicas. São os meios pelos quais os economistas pós-keynesianos crêem que se deve interferir na economia (canais sugeridos e idéias genéricas de como esta intervenção deve ser feita). São exemplos destas recomendações: a defesa de controles de capitais *em geral*, embora haja divergências quanto às prescrições *específicas a cada caso* defendidas pela escola; as políticas de renda, que também podem receber diferentes interpretações específicas; as políticas fiscais de sustentação da demanda agregada, a política monetária de juros baixos, e ainda a coordenação internacional de políticas econômicas, cujos respectivos objetivos podem ser alcançados por distintas vias, dependendo das especificidades institucionais de cada caso real de aplicação, mas também da interpretação teórica de quem as propõem.

Quando voltamos nossa atenção à gama de prescrições de políticas em si (em um nível analítico de maior especificidade), vemos que “não há um conjunto particular de políticas econômicas que pode ser descrito como pós-keynesiano ou mesmo associado com um dos ramos da economia pós-keynesiana” (SAWYER, 2003:101, tradução nossa). Desta forma, ao tratarmos das políticas em si, não podemos falar em “política econômica pós-keynesiana” como uma coisa só, como um corpo coerente fechado de instrumentos consensualmente pré-estabelecidos (como é o caso do quadro teórico de política econômica de “alvos-e-instrumentos” pré-estabelecidos da economia *mainstream*) (Ibidem; DOW, 1996). Mas sim em “*políticas econômicas pós-keynesianas*”, no plural, como diversas prescrições sugeridas que servem, em última instância, aos objetivos finais da escola, e são coerentes às suas bases teóricas.

Isto é, quando observamos o espectro de sugestões de políticas econômicas da escola, vemos que se trata de diversas possibilidades que se voltam aos objetivos finais pós-keynesianos, através de seus respectivos objetivos diretos, respeitando, assim, a visão da escola e, portanto, suas recomendações gerais consensuais no quesito políticas. Estas

⁸² Aqui incorremos, evidentemente, em generalização, deixando de lado o mérito de quais vertentes enfatizam quais recomendações gerais, etc.

propostas, entretanto, quando analisadas lado a lado, podem se revelar opcionais (e serão consideradas relevantes dependendo da visão específica de quem conduz a análise), complementares umas em relação às outras, interpretações distintas dos mesmos meios, ou até mesmo divergentes e concorrentes entre si⁸³, enquanto meios alternativos e mutuamente excludentes de se atingir os mesmos objetivos finais.

Portanto, o que conforma a estrutura teórica pós-keynesiana de política econômica não é um certo conjunto de *instrumentos específicos*, mas sim um conjunto de *recomendações gerais*. E, assim sendo, só podemos falar em “política econômica pós-keynesiana” se estivermos nos referindo ao conjunto de recomendações gerais consensuais da escola.

O fato de não haver um só conjunto particular de prescrições (instrumentos) de políticas pós-keynesianas pode, a primeira vista, nos remeter a falta de consenso, coerência, ou mesmo solidez teórica. Entretanto, uma análise mais atenta evidencia que este fato deriva-se de questões metodológicas e teóricas. São duas as suas razões: (i) o pensamento pós-keynesiano referente a políticas econômicas apresenta um maior alcance teórico (quando comparado com escolas neoclássicas), tanto no que diz respeito à maior amplitude de análise de instrumentos quanto com relação à complexidade com que tais instrumentos são enxergados, já que a visão pós-keynesiana abarca aspectos institucionais, sociais e psicossociais; (ii) o pós-keynesianismo crê que propostas de políticas devem ser universais, por um lado, e aplicadas respeitando-se as peculiaridades de cada situação real de aplicação, o que influencia na forma que pensam e formulam a teoria referente à política econômica. Vejamos cada um destes aspectos.

(i) A maior amplitude do pensamento pós-keynesiano quanto a políticas econômicas decorre de aspectos metodológicos da escola. Se na economia neoclássica políticas econômicas resumem-se basicamente às políticas macroeconômicas tradicionais (políticas fiscal e monetária), vistas como parte de uma estrutura teórica fechada de “alvos-e-instrumentos” pré-definidos, na ótica pós-keynesiana o conceito amplia-se significativamente (DOW, 1996). De fato, por “políticas econômicas pós-keynesianas”, compreendemos *políticas econômicas* (as políticas macroeconômicas e ainda: políticas de renda, cambial, de cooperação internacional, controles de capitais e de fluxos comerciais, etc.) e *arranjos*

⁸³ “Há muitas diferenças quanto a políticas econômicas entre os economistas pós-keynesianos (as propostas de uma taxa sobre transações externas, frequentemente rotuladas de ‘taxa Tobin’, sendo um exemplo atual)” Sawyer (2003:101, tradução nossa).

institucionais (implementação de um arranjo institucional internacional de pagamentos, etc.) (SAWYER, 2003).

Esta visão mais ampla do que pode ser considerado um instrumento de política econômica, e também do espaço reconhecido à aplicação das mesmas, decorre da visão ampla de economia que os pós-keynesianos têm: a partir desta visão mais ampla, a gama possível de sugestões de políticas – tanto no que se refere às recomendações gerais quanto às políticas específicas – torna-se também mais ampla. Na verdade, torna-se não somente maior, como potencialmente ilimitada, dependendo apenas da criatividade dos economistas em criar novas políticas, e dos limites institucionais que se apresentem aos mesmos (além, é claro, dos limites já impostos pelas bases de seu pensamento).

É importante notarmos que questões como a arquitetura de instituições são consideradas pelos pós-keynesianos como questões econômicas, enquanto as teorias neoclássicas não as incluem em suas teorias. É evidente que teorias neoclássicas reconhecem a importância de instituições, como por exemplo as financeiras e as organizações internacionais, mas a reforma das instituições é, em geral, vista como um aspecto político – a ser tratado e decidido no âmbito político, e não pelo econômico.

(ii) O pós-keynesianismo crê que propostas de políticas devem ser universais, para que possam, por um lado, ser aplicadas em diferentes contextos históricos/institucionais, e, por outro, para que permitam o respeito às peculiaridades de cada situação real de aplicação. Busca, desta forma, apresentar propostas universais e adaptáveis a diferentes contextos, voltadas à aplicação na realidade. Isto influencia na forma com que seus economistas pensam e formulam a teoria referente à política econômica, de forma que as prescrições de políticas econômicas criadas por eles o são feitas sob uma forma muito geral (isto é, trata-se de *recomendações gerais* de políticas econômicas, ou recomendações particulares que, ainda assim, muitas vezes conservam um caráter genérico, aberto). Nas palavras de Dow (1996:210, tradução nossa):

É importante notar que cada componente do “pacote” [geral de política econômica para lidar com desemprego e inflação] refere-se a, e depende de, uma estrutura institucional e um conjunto de convenções que variarão marcadamente de caráter de economia a economia, e de período a período. Nenhum dos componentes deixa de apresentar dificuldades em sua aplicação, [dificuldades estas] que irão assumir um caráter diferente em contextos diferentes. As medidas de política são expressas em uma forma muito geral, porque os elementos particulares do realismo retidos na estrutura teórica são aqueles que não permitem a construção de um modelo formal de aplicação universal.

A autora afirma, ainda, que “como resultado, há menos dificuldade de se cambiar da teoria de políticas econômicas para as políticas em si do que é aparente no caso da teoria mainstream” (DOW, 1996:210, tradução nossa).

Ora, como crêem que políticas devem ser formuladas preferencialmente na forma genérica, logo as *recomendações gerais* são sua forma mais natural. E, como já mencionamos, estas recomendações gerais deixam espaço para diferentes interpretações, prescrições e aplicações específicas, resultando, finalmente, no fato de que não há um só conjunto particular de prescrições (instrumentos) de políticas pós-keynesianas.

A partir destas duas razões apresentadas, é possível então compreender o porquê das prescrições pós-keynesianas serem múltiplas, amplas e muitas vezes genéricas.

Vimos neste capítulo que as visões particulares de mundo, de macroeconomia e de intervenção estatal dos pós-keynesianos embasam, em última instância, sua visão quanto à política econômica. No próximo capítulo, voltamo-nos à descrição das políticas econômicas em si sugeridas por economistas pós-keynesianos.

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS ECONÔMICAS PÓS-KEYNESIANAS

Vimos no capítulo anterior que a intervenção estatal se faz necessária na ótica pós-keynesiana como decorrência de suas visões de mundo e de macroeconomia.

Esclarecido até o momento o fato de que os pós-keynesianos crêem que se deve interferir na economia, o porquê desta crença e seus múltiplos objetivos, cabe agora explorarmos o *como* estes economistas propõem que esta intervenção aconteça, isto é, quais as recomendações de políticas econômicas que oferecem, e o como acreditam que elas devem se articular entre si.

Exploraremos nos itens seguintes deste capítulo as *recomendações gerais* de política econômica pós-keynesianas, o como tais economistas crêem que estas devem articular-se entre si, e também, quando for o caso, *prescrições particulares* que exemplificam caminhos específicos que podem ser tomados. É este conjunto de princípios gerais e políticas específicas que evidenciará, em conjunto com aquilo que o sustenta enquanto pensamento teórico (isto é, as visões de mundo e de macroeconomia subjacentes a ele), qual a *formulação específica* (ou *visão*) pós-keynesiana de política econômica para economias capitalistas modernas (nossas conclusões a respeito de qual é esta visão, assim como sobre suas contribuições e limites, serão tratadas após este capítulo, na conclusão deste trabalho).

Iniciaremos a seguir analisando a visão pós-keynesiana sobre política fiscal, para no item a seguir tratar da política monetária. No terceiro item voltamo-nos às políticas internacionais, no quarto às demais políticas propostas pela escola e, finalmente, no quinto item, falaremos sobre o como as políticas devem se articular segundo a ótica pós-keynesiana.

3.1 POLÍTICA FISCAL

No presente item analisaremos a visão de política fiscal dos economistas pós-keynesianos, iniciando com observações sobre a ótica particular da escola quanto ao assunto (recomendações gerais, fundamentos teóricos e objetivos das políticas fiscais) em contraposição às escolas neoclássicas, para em seguida aprofundarmos sobre as relações entre a política fiscal e a demanda agregada. Na seção de número três trataremos de aspectos qualitativos da política fiscal. Finalmente, na seção quatro ilustraremos a política fiscal pós-keynesiana através da exposição de prescrições específicas sugeridas por diferentes autores.

3.1.1 A política fiscal na ótica particular dos pós-keynesianos

Como foi exposto através de suas proposições teóricas, o pós-keynesianismo enseja algum grau de intervenção estatal ativa na economia. No contexto desta discussão, a política fiscal também deve ser ativa, dado que não há tendências nem mecanismos automáticos que levem a economia ao pleno emprego, nem mesmo no longo prazo, e que esta política atinge o nível de demanda agregada diretamente (conforme será exposto no tópico 3.2.2). Os objetivos das ações fiscais são: a manutenção do pleno-emprego; a maior estabilidade da economia; a redução das desigualdades sociais (renda e riqueza); a eliminação de gargalos da economia e; a redução da incerteza fundamental. Observamos que o pleno-emprego e a estabilidade são alcançados via elevação/sustentação da demanda agregada, e que, sendo assim, a gestão da demanda agregada torna-se também um grande objetivo. Observamos, ainda, que a redução da incerteza fundamental é um fator que contribui para o controle da demanda agregada da economia. Como podemos ver, a política fiscal é um instrumento cuja ação atinge a uma vasta gama de objetivos, sendo assim de suma importância ao pós-keynesianismo.

Nos últimos tempos – de predomínio de ideologia neoliberal e teorias econômicas pouco ou nada intervencionistas – a política monetária tem assumido maior importância frente à fiscal no âmbito das políticas econômicas consideradas relevantes. Nas palavras de Philip Arestis e Elisabetta de Antoni (2007:2, tradução nossa),

desenvolvimentos recentes quanto a políticas macroeconômicas, tanto em termos de teoria e prática, elevaram a importância da política monetária, enquanto a política fiscal foi relegada a segundo plano. Esta última é raramente mencionada em discussões de política econômica, a não ser para a colocação de limites em déficits orçamentários e variáveis fiscais.

Neste contexto, o controle da inflação (com o intuito de “manter a confiança dos mercados financeiros”) tem dominado o primeiro plano das preocupações macroeconômicas, em detrimento do controle do desemprego (HOWELLS, 2003).

No contexto dos “keynesianismos” do pós-guerra, diferentemente, a política fiscal aparecia como principal instrumento de intervenção na economia, com o objetivo de alcançar e manter o pleno-emprego na economia (CARVALHO, 1999). A “política fiscal *ativa*” era compreendida como “o apelo consciente aos poderes do Estado de taxar e gastar de modo a influenciar a demanda agregada”, inclusive interferindo diretamente sobre a renda privada (Ibid.:272).

Já os pós-keynesianos ampliam ainda mais este conceito dos velhos-keynesianos, contrapondo-se também à visão atualmente dominante: a política fiscal ainda é vista como sendo importante “enquanto uma forma maior através da qual o governo pode elevar a demanda agregada ao nível de pleno-emprego” (NEVILE, 2003:149, tradução nossa), mas são incluídos dentre os objetivos da política fiscal ativa os seguintes: diminuição das desigualdades sociais (renda e riqueza)⁸⁴; diminuição das desigualdades entre regiões e; estabilização do sistema (não somente através da influência contracíclica sobre a demanda agregada, mas também através das influências diretas e indiretas dos diversos mecanismos fiscais sobre o mercado financeiro) (ARESTIS, 1996; ARESTIS & DE ANTONI, 2007). Notamos que a política fiscal tem o objetivo de interferir na distribuição de renda e riqueza como um fim em si, independentemente do fato desta interferência também resultar, indiretamente, em impactos sobre a demanda agregada (como explicaremos na próxima seção deste item).

Arestis e de Antoni (2007) analisam a visão particular do pós-keynesiano Hyman Minsky sobre a importância da política fiscal. Nas palavras dos autores:

Em comparação à tradição keynesiana, a economia de Hyman Minsky retrata a política fiscal como ainda mais importante e efetiva. A intervenção governamental não é necessária somente para alcançar e manter o pleno-emprego; ela é também indispensável para conter a instabilidade do capitalismo, evitando crises financeiras seguidas por deflações de ativos e depressões profundas. O efeito das políticas fiscais é não somente alicerçar e estabilizar a demanda agregada, a renda e o emprego. Ela também pode proteger a robustez do sistema financeiro através da estabilização do lucro e pela emissão de títulos governamentais. A abertura da economia pode aumentar a sua fragilidade, tornando a política fiscal ainda mais importante (Ibidem: 1, tradução nossa).

Independentemente das diferenças que possa haver entre os pós-keynesianos quanto à abordagem a ser usada na aplicação de políticas fiscais, e também quanto à importância exata

⁸⁴ A escola de pensamento em questão ressalta a importância da distribuição de renda e riqueza sob influência tanto de Keynes quanto de Kalecki.

que esta assume no rol das políticas econômicas, é certo que para os mesmos elas têm grande importância e assumem papel de destaque. E que, com base em sua visão de economia, é unânime a defesa de políticas fiscais ativas com vistas a controlar os ímpetus negativos do capitalismo (desemprego, instabilidade, crises, etc.). Desta forma, na teoria pós-keynesiana a política fiscal assume importância ainda maior do que ocorria com a visão dos velhos-keynesianos (embora isto não signifique, como ocorria com estes, uma valorização da política fiscal em detrimento à política monetária).

Quanto a diferenças entre as visões de Keynes e dos pós-keynesianos sobre a política fiscal, também notamos uma ampliação do conceito (embora Keynes já reconhecesse a política fiscal também como instrumento de controle das desigualdades de renda e riqueza). Quanto à visão particular de Minsky, Arestis e de Antoni (2007:2, tradução nossa) concluem que ele pode ser considerado alguém que *expandiu* o pensamento econômico de Keynes “para uma economia moderna [que é] vibrante e eufórica, tornando-o ainda mais geral e moderno”.

Arestis e Sawyer (1998:187, tradução nossa) apontam outra diferença importante entre os pós-keynesianos e os velhos-keynesianos, quando afirmam que a política fiscal permanece uma ferramenta principal de política econômica, entretanto não mais

no sentido de sintonia fina, para o qual pode haver habilidade de previsão e informações atualizadas inadequadas. Alternativamente, a necessidade é do que pode ser definido como ‘sintonia bruta’ [*“coarse tuning”*], através do qual no médio prazo o governo busca assegurar um nível adequado de demanda agregada através dos canais usuais de equilíbrio entre arrecadação e gasto governamentais e (...) através do equilíbrio entre poupança e investimento.

Como se pode notar, diferentemente do que ocorria com os velhos-keynesianos, o governo não é visto pelos pós-keynesianos como tendo o poder de *arbitrar* o nível de demanda que deseja⁸⁵, mas sim como possuindo uma capacidade significativa de influenciar a demanda agregada, de forma que esta atinja, na média do decorrer de certo período (médio prazo), um nível considerado adequado.

Por interferir na economia de formas múltiplas, na visão pós-keynesiana a política fiscal define-se, resumidamente, como aquela política que “se preocupa com os *amplos* efeitos sobre a economia do gasto governamental e de sua arrecadação tributária” (NEVILE, 2003:149, tradução nossa, grifo adicionado). As recomendações gerais de política fiscal dos economistas pós-keynesianos são: políticas de gasto/investimento público; políticas de

⁸⁵ Lembramos que, como exposto no item 1.2, no pós-Segunda Guerra os *policy makers*, influenciados pelos velhos-keynesianos, passaram a crer que podiam manipular a demanda de forma a arbitrar um nível socialmente ótimo de emprego e inflação, e que os pontos sobre a Curva de Phillips eram opções reais para o governo, pontos estes que, quando “escolhidos”, representavam posições econômicas *estáveis*.

emprego público; reformas tributárias que estimulem a economia; reformas e políticas tributárias que distribuam renda e; políticas que eliminem gargalos e reduzam a incerteza fundamental da economia (ARESTIS, 1996; MINSKY, 2008; SAWYER, 2003).

Cabe explicarmos melhor o que são as políticas para eliminação de gargalos e redução da incerteza fundamental. Gargalos podem ser criados na economia devido à falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento (que gera falta de inovações e investimento); à falta de treinamento e qualificação da força de trabalho; à capacidade produtiva insuficiente ou inadequada às necessidades da economia e; a gargalos de oferta. Para remover tais restrições da economia, o governo deve assumir alguma forma de controle do investimento, como, por exemplo, as políticas de “socialização do investimento” propostas por Keynes. Através de tal controle, os gargalos mencionados poderiam ser diretamente removidos ou influenciados.

Nestas políticas, o governo poderia conduzir (ou ao menos influenciar) até $\frac{3}{4}$ do investimento total da economia, executando políticas de caráter estável e de longo prazo que substituíssem o setor privado nas áreas necessárias, reduzindo, desta maneira, as flutuações econômicas e a incerteza fundamental (direta e indiretamente) (ARESTIS, 1996). Desta forma, as políticas que eliminem gargalos e reduzam a incerteza fundamental da economia são as políticas de “socialização do investimento”, ou de alguma forma de controle direcionado do investimento pelo governo.

Uma característica que une os pós-keynesianos no que diz respeito à política fiscal é sua rejeição ao princípio de responsabilidade fiscal (“*sound finance*”), o que significa que advogam o uso de déficits orçamentários (NEVILE, 2003). Keynes, particularmente, advogava o uso de déficits orçamentários somente como um instrumento de última instância, enquanto Kalecki defendia de forma persistente seu uso. Dentre os pós-keynesianos, há diversas especificidades quanto às diferentes visões sobre o déficit orçamentário e seu papel, mas ele tende a ser visto como indispensável ao crescimento de longo prazo, e é tido como uma grande ferramenta para a gestão da demanda agregada. (LÓPEZ G., 2003; SAWYER, 2003; NEVILE, 2003). Ademais, “a maioria dos pós-keynesianos argumenta que um déficit (na média) é em geral necessário para a saúde de uma economia” (NEVILE, 2003:152, tradução nossa). Devemos observar, entretanto, que o cálculo da magnitude desejada do déficit não é algo completamente objetivo, já que depende da importância relativa que se dá a outras variáveis relacionadas, tais como inflação e desemprego potenciais (Ibidem).

Quanto à relação entre políticas fiscais e inflação, a maioria dos economistas pós-keynesianos crê que tais políticas (e mesmo aquelas de ampla expansão dos gastos públicos) não seriam inflacionárias, embora uma minoria na escola discorde desta proposição (MITCHELL & WATTS, 2003).

3.1.2 Política fiscal e demanda agregada.

Se o principal objetivo da política fiscal ativa é a sustentação da demanda agregada (mantendo-se assim o pleno-emprego e evitando-se instabilidades e crises), é importante considerarmos como a primeira pode influenciar a última. Vale lembrar que esta influência pode incrementar ou diminuir a demanda agregada, dependendo de como os mecanismos utilizados são direcionados, de acordo com as necessidades. Nesta seção, elencamos algumas possibilidades desta influência. Deve-se observar que (a), (b) e (c) integram recomendações gerais de políticas fiscais pós-keynesianas.

Lembramos que, segundo o arcabouço do PDE, a política fiscal ativa somente pode interferir na demanda agregada (gasto da economia) ao interferir, por algum canal, nos seus componentes, quais sejam o investimento e o consumo (além, é claro, das exportações líquidas). O gasto da economia equivale à sua renda, que, por sua vez, pode ser decomposta nas rendas dos diferentes fatores de produção. Desta forma, outra maneira de se olhar a questão é que a política fiscal, para afetar a demanda agregada (renda), deve interferir na remuneração dos fatores de produção. Feitas estas considerações, vejamos como a política fiscal ativa pode influenciar a demanda agregada:

(a) Ao executar obras públicas (inversão de capital) e gastos em áreas sociais: o governo gasta, primeiramente, ao contratar trabalhadores diretamente para a execução dos serviços que requer, e também ao demandar mais produtos e serviços, incrementando a renda daqueles que os ofertam a ele;

(b) Ao alterar a estrutura tributária: altera a renda disponível das famílias e empresas, interferindo nos níveis de consumo e investimento. Dois caminhos possíveis merecem destaque:

(i) Alteração da renda disponível total: ao aumentar ou diminuir impostos, o governo interfere diretamente na renda disponível total da economia, afetando consequentemente o consumo e o investimento e, assim, a demanda agregada.

(ii) Alteração da distribuição de renda: Keynes argumentava que a “propensão marginal a consumir” das classes mais desfavorecidas tende a ser maior do que a das classes abastadas. Isto é, quem recebe uma renda muito pequena tende a gastar uma proporção maior dela, enquanto que quem auferir uma alta renda tende a poupar parte considerável da mesma⁸⁶ (KEYNES, 1983; CARVALHO, 1999). Uma estrutura tributária progressiva que revertesse fundos aos desfavorecidos – na forma de bolsas, ou ainda na forma de microcrédito, por exemplo – direcionaria recursos à parcela da população que apresenta maior propensão marginal a consumir, resultando redução da propensão a poupar da economia como um todo, e, assim, em maior consumo. Este maior consumo implicaria em maior demanda agregada, que, por sua vez, estimularia também o investimento. Note-se que Kalecki também defendeu a distribuição de renda para os assalariados como forma de aumentar a demanda dos consumidores (Cf. SAWYER, 2003).

Em suma, uma estrutura tributária mais progressiva tende a resultar em maior consumo e menor poupança, e uma estrutura mais regressiva em menor consumo e maior poupança. De fato, com base neste raciocínio descrito acima, Keynes afirmava que a política fiscal deveria contribuir para o aumento da demanda agregada também através de medidas *redistributivas* que *aqueceriam o consumo* (CARVALHO, 1999:273).

(c) Ao contratar trabalhadores diretamente: o governo incrementa a renda agregada via pagamento de salários;

(d) Ao oferecer subsídios: interfere na renda de produtores (via interferência na rentabilidade de seus produtos);

(e) Ao melhorar a posição de liquidez dos endividados e a situação de risco geral: a política de gastos pode também resultar em melhorias na posição de liquidez dos que têm dívidas a saldar, o que, mais uma vez, possibilita maiores gastos privados. Da mesma forma, um nível maior de demanda efetiva melhora a situação de risco para todos os investidores (Ibid. 272).

⁸⁶ Em outras palavras, a pouca renda recebida pelas classes desfavorecidas é, em geral, gasta em grande proporção nos bens de consumo essenciais (alimentos, vestuário, moradia, etc.), não sobrando renda a ser poupada.

3.1.3 Aspectos qualitativos da política fiscal.

As propostas fiscais dos economistas pós-keynesianos enfatizam diversas vezes seus aspectos qualitativos (MINSKY, 2008; ARESTIS, 1996; DAVIDSON, 1991), isto é, mostram uma preocupação com os efeitos diversos que diferentes propostas quantitativamente equivalentes teriam sobre a economia e a sociedade. Neste item, discutiremos brevemente o que seriam tais aspectos qualitativos.

Diferentes tipos de investimento público acarretam diferentes resultados à economia. E, portanto, a natureza qualitativa dos mesmos (assim como o planejamento estratégico em que se inserem e a articulação das diferentes políticas, como será discutido no item 3.5) é tão ou mais importante que o montante realizado. Por exemplo: inversões em infra-estrutura portuária, transporte rodoviário, aéreo e fluvial, silos de armazenagem de grãos, etc. podem desobstruir uma possível oferta de exportações reprimida pela falta de infra-estrutura (situação que atualmente se verifica, por exemplo, no Brasil). Podem, ademais, incentivar o consumo e a produção nacionais caso haja redução de custos de transportes, e o mesmo vale para as exportações caso haja diminuição dos custos de transporte interno e exportação. Caso o investimento público realizado favoreça a exportação, o crescimento econômico do país poderá se dar com uma restrição menor do balanço de pagamentos.

Da mesma forma, gastos que passem pela construção civil, por exemplo, são conhecidos por gerarem rapidamente uma diminuição na taxa de desemprego, já que o setor é intensivo em mão-de-obra de qualificação média e baixa. Gastos na área social resultam não somente nos impactos econômicos citados, mas também podem levar, em prazos mais longos, a impactos econômicos indiretos (a diminuição da violência reduz custos com segurança; uma boa política na área de saúde melhora a saúde dos trabalhadores e, assim, o nível de produtividade do trabalho; políticas educacionais e de qualificação aumentam o nível da qualificação dos trabalhadores, podendo ter conseqüências benéficas a médio e longo prazos na produtividade do trabalho e no desemprego; e assim por diante). Além disso, investimentos em pesquisa e desenvolvimento – ou de estímulo a elas – podem estimular as inovações e, assim, o investimento privado.

Mas os aspectos qualitativos da política fiscal reconhecidos pelos pós-keynesianos não dizem respeito somente a questões econômicas. Aspectos qualitativos de impactos sociais também são reconhecidos, como se pode ver, por exemplo, nas políticas de emprego advogadas por estes economistas (ver item 3.2.4, adiante).

3.1.4 Prescrições específicas de políticas fiscais pós-keynesianas.

Após termos exposto as recomendações gerais pós-keynesianas referentes à política fiscal, neste item discorreremos sobre prescrições particulares de políticas fiscais. Expondo tais prescrições enquanto exemplos específicos de propostas de autores pós-keynesianos – isto é, enquanto diferentes possibilidades de se atingir os objetivos aos quais as recomendações gerais de política fiscal subordinam-se – esperamos nos aprofundar na exposição da visão pós-keynesiana de política econômica, afastando-nos momentaneamente do nível de maior generalidade teórica que caracteriza as recomendações gerais.

Para Minsky (1986), a economia moderna somente poderia tornar-se mais estável com um “Governo Grande”. A maior estabilidade seria decorrente das políticas administradas e da magnitude de seu impacto fiscal na economia (dada sua participação significativa). Este governo deveria, para o economista, ser responsável por executar duas importantes ações: (1) estabelecer uma política de emprego governamental que manteria uma demanda permanente por trabalho (infinitamente elástica e independente das expectativas de lucro de curto e longo prazos) a um salário mínimo, mantendo constante parte do nível de emprego (e, portanto, da renda) da economia, independentemente dos fatores que afetam o setor privado; (2) deixar o orçamento acumular superávits quando houver altos níveis de renda e inflação, e incorrer em gastos deficitários (anti-cíclicos) quando houver baixos níveis de investimento e de renda (MINSKY, 1986:304).

Minsky (Ibid.:329) defende ainda outras medidas específicas de políticas fiscais ativas, como por exemplo: (1) políticas industriais que criem e incentivem novos modelos de empresas que empreguem a massa trabalhadora desempregada, permitindo que modos de produção intensivos em capital e trabalho coexistam. Para o autor, tais empresas seriam alternativas ao modelo das corporações gigantes, que buscam sempre técnicas de uso mínimo de força de trabalho, gerando, segundo ele, uma tendência de desemprego crônico; (2) gastos governamentais voltados à agricultura e; (3) políticas de geração de renda voltadas a grupos desfavorecidos.

Finalmente, outra política fiscal específica sugerida por pós-keynesianos que gostaríamos de expor é aquela na qual o governo assumiria o papel de “empregador de última instância” (“*employer of last resort*”, ou ELR, na literatura em inglês). Nesta política, o governo se disporia a contratar qualquer pessoa a um salário nominal pré-determinado, assegurando, assim, o pleno-emprego (no sentido de que quem aceitasse o salário de ELR estaria empregado). Este nível de salário pode ser estipulado de forma que seja suficiente para

remover um trabalhador da pobreza, e deve permanecer fixo para que a política em questão não gere inflação (SAWYER, 2003). Note-se que esta política é um meio de se atingir o pleno-emprego *diretamente*, independentemente de se aplicarem políticas fiscais largamente expansionistas através de ampliação nos gastos governamentais. Os economistas pós-keynesianos (minoritários na escola) que crêem que tais políticas de gastos seriam inflacionárias, ou trariam danos ao meio-ambiente, defendem que se apliquem políticas como a de ELR como *alternativas* às primeiras, atingindo-se o pleno-emprego sem se incorrer nos “efeitos colaterais” mencionados (MITCHELL & WATTS, 2003). Políticas de ELR são vistas por alguns autores como sendo intrinsecamente deficitárias, já que, segundo argumentam, sob uma estratégia de ELR os gastos governamentais tendem a crescer mais rápido do que a arrecadação tributária. Entretanto, segundo argumentam, isto não inviabilizaria tais políticas, que poderiam ser financiadas pela venda de títulos governamentais (LÓPEZ G., 2003).

3.2 POLÍTICA MONETÁRIA

Neste item, analisaremos a visão pós-keynesiana acerca do tema política monetária. Na primeira seção, falaremos sobre o diagnóstico pós-keynesiano das políticas monetárias ortodoxas. Na segunda seção, falaremos sobre inflação e oferta de moeda. Finalmente, na terceira seção, discorreremos sobre a ótica particular dos pós-keynesianos quanto a políticas monetárias, expondo, inclusive, seus fundamentos teóricos.

3.2.1 O diagnóstico pós-keynesiano das políticas monetárias ortodoxas.

O diagnóstico geral pós-keynesiano sobre a visão dominante de política econômica – e particularmente monetária – que prevaleceu desde os anos 1980 até hoje no mundo pode ser resumido pelas palavras de Arestis (1996:129, tradução nossa):

A desregulamentação financeira e as políticas de estabilização do tipo das do FMI têm produzido um ambiente no qual o que importa são políticas deflacionárias para manter a ‘confiança’ dos mercados financeiros. Inevitavelmente, altos níveis de desemprego e efeitos indesejáveis sobre a distribuição [de renda e riqueza] (...) têm se materializado, sem quaisquer sinais da desregulamentação financeira ou das políticas do FMI tendo remotamente algum sucesso em termos de produzir altas taxas de crescimento sustentáveis.

As políticas “deflacionárias” são aquelas políticas monetárias que têm como principal (ou mesmo única) meta a estabilidade de preços, ou ao menos inflação baixa, “para manter a ‘confiança’ dos mercados financeiros” (como é o caso da política de “metas de inflação” no Brasil). Tal meta é alcançada através da sustentação de altas taxas de juros reais. Estas políticas deflacionárias embasam-se nas teorias monetaristas dos anos 1970 que enxergam a política monetária como sendo inócua e a moeda como sendo neutra, isto é, determinando somente o nível de preços da economia, mas sem possuir a propriedade de afetar suas variáveis reais (HOWELLS, 2003).

Na visão pós-keynesiana, estas políticas amplamente aplicadas por governos e bancos centrais nestas últimas três décadas nos países desenvolvidos não lograram produzir altas taxas de crescimento sustentáveis e, mais do que isto, geraram altos e indesejáveis níveis de desemprego, efeitos negativos sobre o produto e também sobre a distribuição de renda e riqueza⁸⁷ (HOWELLS, 2003). Quanto à distribuição, Howells (2003) afirma que o ônus do “ajustamento” das políticas deflacionárias recai mais sobre os trabalhadores de baixa renda e as minorias sociais.

⁸⁷ Devemos notar que há importantes exceções, como é o caso dos EUA.

3.2.2 Inflação e oferta de moeda na visão pós-keynesiana.

A inflação, nas visões ortodoxas, é em geral vista como um fenômeno de “causa única”: resulta – majoritariamente, se não totalmente – de variações da oferta monetária (mais especificamente, a “idéia básica” é que a taxa de inflação será determinada pela taxa de crescimento da oferta monetária subtraída da taxa de crescimento econômico). A oferta monetária é uma variável considerada exógena, sendo determinada pelo banco central da economia, de forma que a inflação pode ser controlada pela política monetária (SMITHIN, 2003).

Mas, na ótica pós-keynesiana de economia monetária, a inflação não é influenciada de forma alguma pela moeda (SAWYER, 2003). Alternativamente, ela é vista como um *processo social complexo*, que têm diversas causas possíveis (SMITHIN, 2003), e não como uma resposta mecânica a variações da oferta monetária. Resulta uma teoria de inflação eclética, que reconhece a possibilidade de inflação de custos e a importância da evolução dos salários nominais, do *mark-up* e da produtividade do trabalho. Sendo assim, é ressaltado o aspecto do conflito social (entre trabalho e capital) na formação da inflação, e políticas de renda são advogadas como seu remédio principal (Ibidem).

Na visão pós-keynesiana, a política monetária (juros) somente afeta os preços de forma indireta, via o efeito que tem sobre a produção (HOWELLS, 2003). Vejamos como isto pode ocorrer. Explicaremos tal efeito indireto através do exemplo de um aumento nos juros (uma diminuição teria o efeito oposto): um aumento nos juros gera queda na demanda, através da resultante queda do consumo e/ou investimento. Cinco canais diferentes geram esta queda do consumo/investimento: um efeito riqueza que decorre da queda do preço dos ativos; o aumento do custo do crédito; o fato de que poupar torna-se mais atrativo em detrimento ao gasto; valorização da moeda; redistribuição de renda em prol dos mais abastados, que apresentam menor propensão marginal a consumir. Como as empresas são tidas como fixadoras de preços e tomadoras de quantidades, a queda na demanda gerada significa queda na renda e, possivelmente, aumento do desemprego. Finalmente, qualquer queda nos preços que ocorra será conseqüência somente da prolongada subutilização de recursos que pode se verificar como resultado da queda da demanda (HOWELLS, 2003:258).

Voltemo-nos então à questão da oferta monetária. A oferta de moeda pelo banco central é considerada pelos pós-keynesianos como endógena, isto é, como respondendo à demanda dos bancos por moeda junto a ele, num contexto em que os bancos “criam moeda”. O raciocínio (em ordem lógica cronológica) é o que segue: agentes demandam empréstimos

(moeda) junto aos bancos, que respondem emprestando a quantidade demandada. Em seguida, os bancos requerem, por sua vez, empréstimos junto ao banco central, visando a recompor a proporção reservas/depósitos. E, finalmente, o banco central responde à demanda dos bancos, ofertando a quantidade de moeda desejada. Sendo assim, o governo *não controla* a oferta de moeda, mas somente o preço a que ele fará disponíveis as reservas requeridas pelos bancos, que é a taxa básica de juros da economia. Esta taxa é aquela que provê a base para o nível e a estrutura das taxas de mercado. Com base nas taxas de mercado, os agentes decidirão a quantidade de empréstimos que desejam tomar, e estes empréstimos gerados resultarão em novos depósitos, isto é, criação de moeda (HOWELLS, 2003:257).

Dentro da escola pós-keynesiana há versões radicais da endogeneidade da moeda, que defendem que o banco central não tem quase controle algum sobre a oferta de moeda (e assim a demanda por moeda determina a oferta), e versões menos radicais, que argumentam que o governo possui um controle limitado da oferta monetária, via operações de *open market* e política de redesconto (e assim a demanda por moeda, o banco central e os bancos determinam, em conjunto, a oferta monetária).

3.2.3 A formulação pós-keynesiana de política monetária e seus fundamentos teóricos.

Como a economia é vista pelos pós-keynesianos como monetária, com variáveis monetárias afetando variáveis reais no curto e no longo prazo, e como a sustentação da demanda agregada em altos patamares é para eles um objetivo maior, conseqüentemente sua proposta para a política monetária difere drasticamente da visão ortodoxa dominante citada na seção 3.2.1. Ademais, como explicamos na seção anterior, a política monetária não afeta os preços na visão pós-keynesiana, a não ser de forma indireta, via o efeito que tem sobre a produção (SAWYER, 2003; HOWELLS, 2003), de forma que a política monetária não será a responsável pelo controle da inflação.

Howells (2003) afirma que a política monetária pós-keynesiana, quaisquer sejam suas variações específicas, é unificada por quatro bases⁸⁸: (1) A demanda agregada desempenha um papel predominante na determinação do nível de atividade econômica (renda e emprego), conclusão que vem do arcabouço teórico do PDE; (2) Não há quaisquer tendências automáticas a que o nível de atividade determinado coincida com o nível de pleno emprego;

⁸⁸ Podemos notar que as 3 primeiras bases apontadas vêm diretamente da Teoria Geral de Keynes (HOWELLS, 2003).

(3) O fato de que alcançar uma distribuição mais igualitária de renda e riqueza é um objetivo pós-keynesiano e; (4) A oferta monetária da economia é endógena (como explicado no item anterior).

Se para os pós-keynesianos a moeda afeta o gasto (demanda agregada), o gasto desempenha importante papel na determinação da renda e do emprego, e não há garantias de que o pleno-emprego será automaticamente alcançado, então decorre que o objetivo maior da política monetária deve ser a busca do pleno-emprego via sustentação da demanda agregada – assim como ocorre com sua visão de política fiscal. Notamos que somente uma visão de economia monetária, que rompe com a dicotomia clássica, permite que o objetivo geral de ambas as políticas – monetária e fiscal – seja o mesmo (HOWELLS, 2003; NEVILE, 2003).

Como a oferta monetária da economia é vista como sendo endógena, o banco central não determina a oferta de moeda, mas somente a taxa básica de juros da economia (que, por sua vez, fornece a base às taxas de mercado). Logo, decorre que a *política monetária*, na visão pós-keynesiana, resume-se à *política de taxa de juros*. Juntando esta proposição com a de que o objetivo maior da política monetária deve ser buscar o pleno-emprego via influência sobre a demanda agregada, chegamos à recomendação geral de que *a política monetária deve ser uma política de baixos juros*. Os juros devem permanecer em níveis baixos, estimulando consumo e, especialmente, o investimento⁸⁹ (que são componentes do gasto/demanda agregada).

Os pós-keynesianos enxergam na inflação efeitos negativos para a economia, mas esta é uma questão que se torna secundária frente a altos níveis de desemprego – e uma questão que pode ser controlada via outros mecanismos (vide os estoques reguladores e as políticas de renda, explicados à frente no item 3.4). Para eles, uma política deflacionária favorece os “rentistas” em detrimento aos trabalhadores, e uma política de juros baixos tem o efeito oposto. Nas palavras de Howells (2003, tradução nossa),

dada a crença de que não há mecanismos automáticos para assegurar o pleno-emprego e sua tendência de apoiar a proposição de Keynes de que é mais importante desapontar o rentista do que o trabalhador, há uma preferência natural entre os pós-keynesianos para uma política monetária (de juros) que tenha o pleno-emprego como seu objetivo primário.

Desta forma, a defesa da diminuição da desigualdade é a outra base que leva os pós-keynesianos ao estabelecimento de sua recomendação geral de política monetária, que é a de uma política de juros baixos.

⁸⁹ A relação entre juros e investimento foi explorada no item 2.1.9: juros baixos significam baixo custo de financiamento do investimento, e também a ausência de desincentivos ao investimento que haveria por conta de concorrência com juros altos.

É interessante notarmos que, segundo Peter Howells (2003), a definição pós-keynesiana de política monetária não é muito distante daquela que parece ser adotada, na prática, pelos economistas *policy makers* do *mainstream*, embora haja grandes diferenças quanto aos objetivos das políticas. E que,

no coração da política monetária pós-keynesiana (...) não se encontra tanto um corpo de análise técnica que o separa drasticamente do *mainstream* (ou ao menos de seus praticantes mais realistas) mas [sim] um desejo de livrar a *prática* da política de seu viés deflacionário, de reafirmar o valor da discricção na resposta a choques monetários e de restaurar a responsabilidade [*“accountability”*] na conduta da política monetária (Ibid.:260, tradução nossa).

No centro da análise de política monetária está a defesa da manutenção da taxa de juros em baixos níveis, mas é amplamente reconhecido entre os pós-keynesianos que medidas tomadas visando a tal meta resultarão, inevitavelmente, em fortes restrições, especialmente na forma de reações dos mercados financeiros internacionais (HOWELLS, 2003:260). Segundo Arestis (1996:129, tradução nossa), como as corporações transnacionais e os centros financeiros internacionais podem impor consideráveis restrições ao tipo de política econômica a que os pós-keynesianos aludem em suas análises econômicas, “faz-se então muito importante que os governos estabeleçam controle sobre as operações de centros financeiros e corporativos”. Por esta razão, grande parte da discussão sobre a aplicação prática de políticas monetárias pós-keynesianas é acompanhada de sugestões de intervenção e regulação do sistema financeiro internacional (HOWELLS, 2003). É a estas e outras políticas de regulação internacional a que voltamo-nos no próximo item.

3.3 POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL

Neste item, discorreremos sobre a visão pós-keynesiana de política econômica internacional. Na primeira seção, trataremos das recomendações gerais, causas (fundamentos teóricos) e objetivos das políticas internacionais. Em seguida, falaremos sobre o papel dos controles de capitais e da questão de sua eficiência macroeconômica. E, finalmente, será nosso enfoque a proposta de Paul Davidson de reforma do sistema financeiro internacional, sendo que nesta seção exporemos também a visão dos pós-keynesianos quanto a qual regime cambial é desejável.

3.3.1 Recomendações gerais, causas e objetivos das políticas internacionais.

No âmbito internacional, diversas políticas econômicas são sugeridas pelos pós-keynesianos. Trata-se de políticas cambiais, controles de capitais, e ainda reformas institucionais e questões de política externa. As recomendações gerais são controles de capitais, controles sobre fluxos comerciais, câmbio fixo, e que se executem as políticas econômicas de forma “internacionalista” (supranacional), ou ao menos de forma conjunta (internacionalmente articulada). Reformas do sistema financeiro internacional também são sugeridas, de forma a gerar um arranjo institucional que incentive altos níveis de demanda agregada.

Segundo Philip Arestis, a internacionalização e a globalização tanto do capital financeiro como do industrial (que se incorpora na figura das corporações transnacionais) impuseram aos países tomados isoladamente restrições consideráveis à implementação de políticas econômicas em geral, e especificamente à implementação de políticas econômicas de cunho pós-keynesiano (ARESTIS, 1996: 129). Grandes fluxos especulativos de capital são vistos como podendo gerar problemas de balanços de pagamentos (DAVIDSON, 1994), e a liberdade e mobilidade dos capitais leva à concorrência entre os diversos mercados (países), aumentando o “poder de barganha” dos “mercados” financeiros e das corporações. Uma nação que adote políticas monetárias pós-keynesianas (de juros baixos), por exemplo, estará sujeita a retaliações do mercado financeiro internacional (HOWELLS, 2003).

Frente a essas restrições, duas sortes de atitudes deveriam ser tomadas: a) estabelecer controles de capitais e outras formas de regulação e controle sobre os agentes econômicos internacionais e suas operações, assim como controles sobre fluxos comerciais e; b) buscar

sempre que possível implementar estratégias econômicas supranacionais ou ao menos internacionalmente articuladas.

Ainda segundo Arestis, “Keynes propôs controles de capitais permanentes, tanto à entrada quanto à saída, para lidar com as situações nas quais os financistas internacionais tornam-se indomáveis. Ele também insistiu que todo o sistema financeiro deveria ser submetido a controles permanentes, e propunha a idéia de encapsulá-lo por inteiro” (Ibid.: 129, tradução nossa). Quotas de importação também teriam sido sugeridas por Keynes, e em sua visão estas medidas não entrariam em conflito com o “respeito por operações de mercado” (CARVALHO, 1999:278).

Da época de Keynes aos dias de hoje, o papel dos governos na regulação dos mercados financeiros mudou muito. Até a pouco, uma proposta como a de Keynes de encapsular por inteiro o sistema financeiro seria de difícil aplicação – digamos, politicamente impossível. Somente podemos especular se a crise atual mudará isto em algum grau significativo, mas o fato é que a liberalização dos mercados no contexto da chamada “globalização” formou um panorama de poucos controles sobre o sistema financeiro e, mais ainda, de fortes resistências a controles. De uma forma ou de outra, na visão dos pós-keynesianos os *policy makers* “deveriam tentar interferir diretamente na esfera da regulação do capital internacional, assim como dos fluxos comerciais” (ARESTIS, 1996:129, tradução nossa). O capital internacional poderia ser regulado não somente na entrada e saída de cada país, isoladamente, mas de forma articulada internacionalmente. Davidson (1994:253, tradução nossa) afirma que “enquanto os governos tiverem o poder de taxar e os bancos centrais tiverem o poder de auditar e regular seus respectivos sistemas bancários domésticos, os grandes fluxos de capital internacional podem ser observados e controlados desde que haja cooperação internacional”. O autor aponta ainda que tais medidas poderiam ajudar no controle e combate de fluxos internacionais de recursos gerados ilegalmente, assim como de recursos que fogem da incidência de impostos.

Em suma, no que diz respeito às relações econômicas de um país com o restante do mundo, para os pós-keynesianos o governo deveria interferir na economia através das seguintes recomendações gerais de política econômica (ARESTIS, 1996; DAVIDSON, 1994):

- a) Regulando fluxos de capitais internacionais (controles de capitais e restrições aos movimentos de capitais), tanto na entrada quanto na saída dos mesmos.
- b) Buscando propor e construir um sistema internacional de controles de capitais.
- c) Regulando fluxos comerciais.

- d) Em situações limites, nas quais os agentes financeiros internacionais tornassem-se “indomáveis”, controles de capitais deveriam ser intensificados.
- e) Buscando propor e tomar parte na coordenação internacional (conjunta) das políticas econômicas dos distintos países (agindo em conjunto, os países teriam mais força para implementar políticas tais como a regulação dos fluxos de capital internacional). Esta ação diz respeito especialmente aos principais países industrializados.
- f) Buscando propor e tomar parte em arranjos de política econômica explicitamente “internacionalistas” (isto é, supranacionais, como é o caso da coordenação unificada de políticas macroeconômicas dos países da União Européia).
- g) Propondo a criação de um novo sistema financeiro internacional.

Os objetivos de todas estas recomendações gerais seriam: diminuir a volatilidade das taxas de câmbio; diminuir a incerteza, estabilizando expectativas; evitar crises derivadas de movimentos de capitais abruptos e desfavoráveis (como se observou na crise do México de 1985, na asiática de 1997 e na brasileira de 1999); aliviar restrições do balanço de pagamento; evitar que países deficitários tenham de fazer ajustes via políticas contracionistas, que reduzem a demanda efetiva e têm efeitos adversos sobre a economia (ARESTIS, 1996; HOWELLS, 2003; CARVALHO e SICSÚ, 2004; SAWYER, 2003).

Objetivos mais específicos do uso de controles de capitais são apontados por Carvalho e Sicsú (2004:180) ao defenderem que:

Controles são implementados para estabilizar a taxa de câmbio ou para discriminar entre fluxos desejáveis e indesejáveis de capitais, ou para permitir a implementação de políticas nacionais de juros autônomas, ou para deter saídas de capital em meio a uma crise de balanço de pagamentos, ou para proteger certos setores da economia etc.

Os autores lembram que, em consonância com o exposto no item 3.1, “com freqüência, na verdade, os objetivos são múltiplos, e a centralidade de um objetivo ou outro pode depender do período específico em foco” (Ibid.:180). Como comentamos, Davidson (1994) aponta ainda que controles de capitais podem ajudar no controle e combate de fluxos internacionais de recursos gerados ilegalmente, assim como de recursos que fogem da incidência de impostos.

Notamos que estes objetivos subordinam-se aos objetivos maiores do crescimento econômico, de atingir/manter o pleno-emprego de fatores, de manter a inflação em baixos níveis e de evitar instabilidades, desequilíbrios e aumento de desigualdades econômicas. Subordinam-se, portanto, em última instância, aos objetivos finais da escola pós-keynesiana.

3.3.2 O papel dos controles de capitais e sua eficiência macroeconômica.

Nesta seção exporemos brevemente a discussão dos pós-keynesianos Fernando C. de Carvalho e João Sicsú referente à eficiência macroeconômica dos controles de capitais e sobre seu papel na economia.

Carvalho e Sicsú (2004:181) colocam-se a questão de caso o uso de controles de capitais interfere na capacidade da economia de crescer e utilizar seus recursos (isto é, a questão da eficiência macroeconômica dos controles de capitais). Para tanto, analisam os possíveis ganhos de se liberalizar a conta de capitais, abandonando-se controles, com base em diversos estudos empíricos realizados (Cf. CARVALHO & SICSÚ, 2004:179-82). Apontam para a conclusão de que não há evidências empíricas contra o uso de controles de capitais, e tampouco de que a liberalização da conta de capitais se correlacione com um maior crescimento econômico. Rodrik (apud CARVALHO & SICSÚ, 2004:181), por exemplo, afirma que:

Os dados não oferecem nenhuma evidência de que países sem controles de capitais tenham crescido mais rapidamente, investido mais ou experimentado inflação menor. Controles de capital são essencialmente não correlacionados com o desempenho econômico a longo prazo (...).

Da mesma forma, ainda segundo Carvalho e Sicsú, alguns estudos empíricos mostram que em países nos quais se verificou desenvolvimento financeiro e institucional não se constata influência da liberalização de capitais. Para os economistas,

ressalta a conclusão de que nada garante que a liberalização da conta de capitais aumente a eficiência com que as economias em desenvolvimento operam, podendo, ao contrário, acabar por expô-las a mais choques do que podem absorver sem perda excessiva de renda (Ib:182).

Estes autores discutem também em que medida o câmbio flutuante poderia ser um substituto dos controles de capitais, apontando mais uma vez para a necessidade de controles. Afirmam que embora o câmbio flutuante possa ser “funcional no sentido de acelerar ajustes da economia a variações do seu contexto de operação”, seu papel enquanto substituto dos controles de capitais seria extremamente limitado (Ibid.:179). E que, “na verdade, é difícil mesmo ver como um sistema de câmbio flutuante pode sobreviver na ausência de controles de capital que evitem sobrecarregar sua capacidade de ajustar preços eficientemente” (Ibid.: 179).

Com base na visão pós-keynesiana que atenta à questão das expectativas, Carvalho e Sicsú apontam também que os desequilíbrios criados pelo livre movimento de capitais podem não ser passageiros, mas cumulativos (CARVALHO & SICSÚ, 2004:178-9). “Dada a importância da taxa de câmbio como sinalizadora das condições gerais de operação da

economia, variações cambiais podem se tornar cumulativas, em vez de autocorretivas, se induzirem uma deterioração significativa das expectativas do público” (Ibid.:178). Essa possibilidade seria mais um indicador em prol dos controles de capitais.

3.3.3 Reformas do sistema financeiro internacional e regime cambial

Dentre os pós-keynesianos, há uma preocupação para assegurar que o sistema financeiro internacional funcione de maneira a conduzir a economia global a altos níveis de demanda agregada, e há também preocupações quanto à volatilidade das taxas de câmbio (SAWYER, 2003:102; CARVALHO & SICSÚ, 2004). Visando a tratar destas preocupações, amplas reformas internacionais foram propostas por Paul Davidson (1992). Como veremos, este arranjo institucional sugere taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis. Este tipo de regime cambial encontra apoio na maioria dos economistas pós-keynesianos (HOWELLS, 2003) e, assim, utilizaremos a proposta de Davidson como exemplo do regime cambial advogado pela escola enquanto recomendação geral de política internacional.

A preocupação em assegurar que o sistema financeiro internacional conduza a altos níveis de demanda agregada data da antiga proposta apresentada por Lorde Keynes em Bretton Woods (em fins da Segunda Guerra Mundial), de um sistema monetário internacional “mais justo” e que visava à estabilidade e ao crescimento internacional. Este sistema: (1) não permitiria que a emissão dos meios de pagamento internacionais fosse detida por um único país, para que se evitasse que a moeda internacional ficasse submetida à política econômica de um só país (o que teria evitado problemas como o do choque dos juros de 1979). A administração do sistema seria supranacional, pública e centralizada; (2) transferiria parte considerável do ônus do ajuste dos balanços de pagamentos dos devedores para os credores, não permitindo que os países deficitários fossem forçados a executar políticas deflacionárias, ainda que sem remover toda a disciplina do país deficitário. O objetivo maior era criar uma pressão expansionista no comércio mundial, ao invés de uma contracionista; (3) não deixaria lugar para a livre movimentação de capitais em busca de arbitragem ou de ganhos especulativos e ainda; (4) criaria um novo dinheiro internacional, o *Bancor*, que teria somente a função de unidade de conta (não podendo servir de reserva de valor). Mercadorias seriam contabilmente trocadas por mercadorias, balizadas pelo sistema de taxas de câmbio fixas (mas ajustáveis) que se relacionariam com o *Bancor*, e os saldos remanescentes entre países seriam ajustados através da *Clearing Union*, a câmara de compensação internacional. Com a existência do *Bancor*, o dinheiro internacional não poderia servir de ativo de reservas

internacionais e tampouco de fuga para a liquidez (CARVALHO, 1999; SAWYER, 2003; DAVIDSON, 1992).

Entretanto, a proposta de Keynes dizia respeito ao contexto de Bretton Woods. Paul Davidson (1992) propõe um novo sistema internacional de pagamentos baseado nos trabalhos de Keynes, com reformas adaptadas à realidade política e econômica de hoje. O autor defende que as discussões econômicas referentes aos requisitos de um bom sistema internacional de pagamentos ficam em geral restritas à questão da preferência do câmbio fixo ou variável. Mesmo reconhecendo a importância de tal discussão, afirma que mais do que isto é requerido “se um mecanismo é para ser desenhado para resolver desequilíbrios de balanços de pagamentos, promovendo simultaneamente pleno-emprego, crescimento econômico, e um padrão de valor internacional estável no longo prazo” (DAVIDSON, 1992:253, tradução nossa). São estes os objetivos da proposta de Davidson, além de, ainda: (1) Prevenir uma falta de demanda agregada global que pudesse ser gerada ou pela drenagem dos recursos internacionais por parte de um país, ou pelo acúmulo de reservas por parte de outro, que estivesse gastando pouco (fazendo poupança em excesso). Isto evitaria que países deficitários tivessem que incorrer em políticas contracionistas para equilibrar seu balanço de pagamentos quando, na verdade, a razão deste desequilíbrio fosse a poupança em excesso de outros. O sistema buscaria equilibrar as contas externas através da criação de oportunidades de exportação aos deficitários. (2) Fornecer a cada nação a possibilidade de monitorar o fluxo de capitais e, se necessário, controlar fugas dos mesmos (Ibid.:260).

Davidson propõe a criação de uma moeda internacional que seria unidade de conta e também reserva de valor internacional. Esta “moeda para a liquidez internacional”, denominada IMCU (“*international money clearing unit*”), deveria ser diretamente conversível a todos os bancos centrais do mundo, e, portanto, a cada moeda existente, ficando em poder dos bancos centrais, e não do público. Os contratos internacionais entre agentes privados ainda seriam denominados nas respectivas moedas nacionais. Tratar-se-ia de um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis de acordo com a inflação⁹⁰, de forma que a relação de poder de compra entre os países fosse mantida. Desta forma políticas de desvalorizações cambiais de “exportação de desemprego” não seriam possíveis (DAVIDSON, 1992).

⁹⁰ A conversão de cada moeda nacional ao IMCU seria feita através de taxas fixas, determinadas no início da implementação do sistema por cada país. Estas taxas sofreriam alterações de acordo com a inflação: a inflação de cada país com relação a sua cesta de commodities geraria correções esporádicas sobre sua taxa de câmbio. Cf. Davidson (1992) para maiores detalhes.

Recursos superavitários de curto prazo disponíveis na câmara de compensação (“*clearing agency*”) seriam encaminhados àqueles com necessidade dos mesmos para suas transações internacionais produtivas. E haveria um mecanismo de incentivo ao gasto de recursos superavitários acumulados (via compras de bens e serviços, investimento direto externo ou transferências unilaterais/doações internacionais), de forma que o sistema como um todo incentivaria a utilização do capital internacional disponível, gerando pressões expansionistas sobre o comércio e o desenvolvimento econômico mundiais. Caso os recursos superavitários não fossem utilizados por um longo tempo, seriam confiscados pela câmara de compensação e distribuídos entre os países deficitários (DAVIDSON, 1992).

Diferentemente do que ocorria com a proposta de Keynes, a de Davidson não sugere a criação de um banco central *supranacional*, elemento que o autor não considera factível em nosso estágio atual de evolução da política mundial, ainda que seja desejável. Alternativamente, faz uma proposta que caracteriza como “mais modesta”, e visa a obter um acordo internacional que não requeira que os países abram mão do controle nacional sobre seus sistemas bancários e políticas fiscais (Ibid.:160).

O sistema é desenhado de tal forma que uma economia no nível de pleno-emprego só deverá incorrer de forma persistente em déficits em conta corrente se realmente ela não tiver capacidade produtiva para manter seu atual padrão de vida. Se tratar-se de uma nação pobre, as nações ricas com superávits podem efetuar transferências unilaterais para lhe dar suporte. Se tratar-se de uma nação rica, esta deve ajustar seu padrão de consumo através do ajuste de seus termos de troca com seus maiores parceiros comerciais. Regras estipuladas pelo sistema exigiriam que a nação rica deficitária desvalorizasse sua moeda (de forma gradual) até que o equilíbrio comercial fosse restabelecido sem desencadear forças recessivas significativas sobre o mundo (Ibid.).

Como podemos ver, este sistema volta-se, particularmente, à meta de diminuir desigualdades entre países e evitar a operação de forças cumulativas no âmbito internacional. E, como será evidenciado no próximo item deste capítulo, sob um ponto de vista pós-keynesiano mesmo uma economia que não tiver a capacidade produtiva para manter seu atual padrão de vida pode adotar políticas industriais para estimular as exportações, melhorando com o tempo sua posição internacional de liquidez.

3.4 OUTRAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Expusemos até aqui as recomendações pós-keynesianas referentes às políticas fiscal, monetária e internacional. Entretanto, para os pós-keynesianos, o âmbito das políticas econômicas não deve se restringir – e não se restringe – aos campos de análise já expostos. Neste sentido, é importante a afirmação de Hyman Minsky (1986:288, tradução nossa) de que “se quisermos nos sair melhor no futuro, precisamos lançar um debate sério que olhe para além do nível e das técnicas de políticas fiscais e monetárias”. Se na economia *mainstream* a ênfase recai, de fato, sobre as políticas fiscal e monetária, os pós-keynesianos lançam-se à tarefa sugerida por Minsky de ampliar o escopo de análise e propostas, com vistas a trazer melhores resultados para as economias e respectivas sociedades (DOW, 1996). Neste item, trataremos das “outras políticas econômicas” dos pós-keynesianos, que não as tradicionalmente reconhecidas pelo *mainstream* como tais. Trata-se tanto de importantes políticas complementares às políticas monetárias e fiscais quanto de medidas auxiliares a elas.

Como podemos observar pela forma como Minsky coloca a questão da necessidade de se olhar para além das políticas fiscais e monetárias, trata-se de: (1) ampliar o escopo de instrumentos (técnicas) de política econômica e; (2) penetrar em outros “níveis” de intervenção estatal. Estes dois aspectos dizem respeito a ampliar o escopo de análise e atuação, sendo que o segundo aspecto da questão envolve, como veremos a seguir, trazer para o âmbito da análise econômica (e das prescrições de políticas) questões *políticas, institucionais* e *sociais*. Note-se que dentre as questões institucionais, encontram-se, inclusive, as convenções, que dizem respeito a aspectos psico-sociais da sociedade.

Neste item, discorreremos sobre diversas políticas econômicas que se enquadram sob a denominação de “outras políticas econômicas”, não se enquadrando sob as políticas fiscais nem monetárias tradicionais, e tampouco se tratando das tradicionais recomendações de política internacional. Algumas destas políticas já foram apresentadas em itens anteriores, e o fato de pertencerem a um escopo mais amplo de políticas será apontado. Diversas políticas que ainda não foram apresentadas serão discutidas. Na primeira seção, trataremos das propostas de reformas institucionais e estabelecimento de arranjos institucionais, que são aspectos importantes à visão pós-keynesiana. Em seguida, falaremos sobre as políticas de renda – também de grande destaque na visão de política econômica da escola – e sobre outras medidas antiinflacionárias. Na terceira seção, será enfocada a necessidade de políticas industriais que visam ao crescimento econômico, quando a economia se encontra sob restrição

do balanço de pagamentos. E, finalmente, voltar-nos-emos a políticas que envolvem questões relacionadas com a comunicação entre o governo e os agentes econômicos.

3.4.1 Reformas e arranjos institucionais.

Este aspecto da amplitude da visão de política econômica do pós-keynesianismo, na verdade, já pôde ser observado nas recomendações quanto à política econômica internacional. O próprio fato de com o rótulo “política econômica internacional” aludirmos não somente à tradicional política cambial, mas também a ações governamentais de “política externa”, já demonstra a maior amplitude da visão pós-keynesiana. Recomendações como a coordenação conjunta das políticas dos diversos países, a criação de arranjos de política econômica “internacionalistas” e a própria proposta de Paul Davidson de um novo sistema monetário internacional são exemplos claros de elementos que extrapolam a visão usual de política econômica (de fato, seria difícil imaginar algumas destas propostas – altamente intervencionistas – sendo feitas por correntes de pensamento econômico que pregam o *laissez-faire*). Tais propostas seriam consideradas pelo *mainstream*, antes de mais nada, como pertencendo ao âmbito da *política*, e não da *política econômica*.

Os economistas ortodoxos trabalham com – e a partir de – estruturas institucionais “dadas”, o que significa que estão voltados ao aspecto *positivo* da análise econômica. Já na visão dos pós-keynesianos, o aspecto *normativo* da análise é ressaltado, e como se crê que a transformação de estruturas é possível⁹¹, logo se abre um campo de análise de *reforma institucional* (DOW, 1996). Nas palavras de Pressman (2003:199, tradução nossa, grifo adicionado), além de empregar as políticas monetárias e fiscais visando a contrabalancear forças que minam o gasto e levam ao desemprego, “o Estado pode ajudar também *criando* estruturas institucionais que tendem a estabilizar a economia – direitos de propriedade, um banco central que opera como emprestador de última instância, e relações econômicas internacionais estáveis”. As propostas citadas anteriormente referentes à política externa são exemplos de sugestões de estruturas que visam à maior estabilidade internacional.

Um banco central que opere enquanto emprestador de última instância é o que economistas pós-keynesianos chamam de um “*market maker*”⁹² (DAVIDSON, 1994). Os *market makers* são “instituições reguladoras” que operam nos mercados sem motivação de

⁹¹ Como exposto no item 2.1.8.

⁹² A idéia tem origem na proposta de Keynes de um fundo internacional de estabilização, cujo objetivo era reduzir a volatilidade de curto prazo dos preços (Cf. Carvalho, 1999).

interesse próprio, mas sim visando a gerar menor instabilidade e incerteza, através do uso de estoques reguladores que controlam. O banco central, que regularia o mercado de dinheiro, também apresentaria a função específica de prevenir possíveis quebras do sistema bancário. Mas outras instituições reguladoras importantes poderiam ser criadas, como por exemplo para regular os mercados de commodities (matérias-primas, grãos, petróleo, etc.). Tais *market makers* seriam responsáveis por estoques das commodities em questão, para que, em caso de mudanças abruptas de demanda ou oferta, pudessem agir de forma a contrabalancear estes movimentos, evitando ajustes via fortes alterações de preços. O estabelecimento deste tipo de instituição reguladora significaria um poderoso instrumento de política econômica de controle da inflação e da volatilidade de curto prazo dos preços. Tal instrumento agiria especificamente sobre os mercados afetados, sem a posterior necessidade de se utilizar outras políticas que afetariam o sistema como um todo (DAVIDSON, 1991).

Outras reformas e interferências institucionais também são sugeridas. O pós-keynesiano Minsky (1986) defende, por exemplo, “o controle contínuo e reformas periódicas do sistema bancário de forma a prevenir o desenvolvimento de uma economia instável financeiramente que não poderia ser prontamente contida” (Ibid.:319, tradução nossa), com destaque para o papel dos bancos centrais. Howells (2003) afirma que os pós-keynesianos também propõem medidas complementares à política monetária, para serem aplicadas quando da redução do nível de juros, de forma a evitar processos especulativos. O autor explica que, quando se reduz os juros, inevitavelmente o valor de todos os ativos (inclusive os financeiros) aumenta, ao mesmo tempo em que aumenta a demanda por crédito. Ora, a ocorrência simultânea destes dois processos faz com que grande parte deste crédito demandado o seja com fins especulativos, isto é, para que seja utilizado visando ganhos com a aplicação nos ativos que estão sofrendo apreciação, e não a fins produtivos. Tais mecanismos poderiam ser evitados, ainda segundo o autor, com a aplicação de algumas medidas de caráter institucional, como a imposição de quotas de empréstimo (“*lending ratios*”) a instituições financeiras, que seriam obrigadas a direcionar a porcentagem determinada por estas quotas a determinados tipos de empréstimos.

3.4.2 Políticas de renda e outras medidas anti-inflacionárias.

É importante apontarmos que os pós-keynesianos reconhecem, assim como o fazia Keynes, que estimular a economia a atingir e manter-se no nível de pleno-emprego tende a aumentar o poder de barganha dos trabalhadores e sindicatos, gerando pressões inflacionárias (CARVALHO, 1999; ARESTIS, 1996). Para eliminar ou reduzir tais pressões, prescrevem políticas de renda.

Há basicamente dois tipos de políticas de renda (SAWYER, 2003; DAVIDSON, 1991). As *políticas de renda de contrato social* são, em termos gerais, negociações promovidas pelo governo, entre este, trabalhadores/sindicatos e corporações, que visam a chegar a acordos de não-elevação de preços e salários. Os pós-keynesianos observam que, como os salários são os custos principais das empresas, como estas tendem a repassar aumentos de custo aos preços, e como aumentos de preços incentivam os trabalhadores/sindicatos a exigirem aumentos salariais, então somente um consenso social poderá estabilizar a inflação. Caso contrário, haverá em diversos momentos uma tendência de aumento em espiral dos preços e salários da economia (DAVIDSON, 1991; CARVALHO, 1999). Este tipo de negociações requer, impreterivelmente, a participação dos trabalhadores, e um consenso social no que concerne à partilha da renda (entre salários e lucros) (ARESTIS, 1996).

Já a outra maneira de se implementar políticas de renda é através das *políticas de renda com base em impostos*. Ao contrário das do tipo de contrato social, nas quais um consenso é buscado, estas políticas não envolvem negociações, mas se impõem através de impostos que penalizam os agentes que tomem atitudes consideradas contra o interesse geral no que tange à inflação (SAWYER, 2003; DAVIDSON, 1991). Segundo Paul Davidson (1991), uma proposta específica deste tipo de política de renda seria a sugerida por Sidney Weintraub em 1970. Esta propõe que empresas que concederem aumentos salariais maiores do que os “socialmente aceitos” (isto é, aumentos considerados inflacionários) sejam penalizadas por impostos, de forma a desincentivar este tipo de comportamento. Os níveis “socialmente aceitos” para aumentos salariais seriam calculados de acordo com o incremento médio de produtividade do trabalho (DAVIDSON, 1991). Esta proposta é uma tentativa direta de se ajustar as ações individuais às necessidades sociais, e, quando comparada a políticas antiinflacionárias ortodoxas, apresenta a vantagem de penalizar somente e diretamente aqueles cujos comportamentos desencadeiam a inflação – e não a sociedade como um todo (como é o caso quando políticas monetárias contractionistas são colocadas em ação) (Ibid.).

Sawyer (2003) afirma que alguns pós-keynesianos vêem as políticas de renda como suficientes para combater quaisquer problemas inflacionários, enquanto outros apontam para a importância de arranjos institucionais e da criação de capacidade produtiva suficiente. O importante a notarmos é que como a inflação é vista como um processo social complexo com diversas causas possíveis (SMITHIN, 2003), e não como um fenômeno essencialmente monetário, as prescrições antiinflacionárias pós-keynesianas pertencem a âmbitos distintos ao da política monetária, tais como os enumerados a seguir: âmbito das negociações sociais (como é o caso das políticas de renda de contrato social), das reformas e arranjos institucionais (vide a implementação de *market makers*), da influência sobre convenções (como é o caso das políticas de renda com base em impostos) e das políticas voltadas ao lado da oferta (políticas de incentivo à capacidade produtiva) (Cf. SAWYER, 2003). Assim sendo, políticas deflacionárias (de contenção da demanda agregada via políticas fiscais e/ou monetárias) são vistas como um instrumento ineficiente de controle inflacionário (Ibid.), e diversos instrumentos alternativos são sugeridos.

3.4.3 Políticas industriais para crescimento econômico sob restrição do balanço de pagamentos.

Outro problema apontado com relação a se estimular a economia a atingir e manter-se no nível de pleno-emprego diz respeito ao balanço de pagamentos. Arestis (1996:128) aponta que problemas de balanço de pagamentos podem emergir ao nível de pleno-emprego ou mesmo muito antes deste ser atingido. Tais problemas, por sua vez, podem se conformar em obstáculos ao crescimento econômico.

A idéia central dos modelos pós-keynesianos de crescimento econômico sob restrições de balanço de pagamento (à la Thirlwall) é que um país não pode incorrer indefinidamente em déficits em conta corrente que geram um crescimento da relação *dívida externa/PIB*. McCombie (2003:15, tradução nossa) afirma que “se um país tentar fazê-lo, a operação do mercado financeiro intencional levará a crescentes pressões sobre a moeda nacional, com o perigo de um colapso na taxa de câmbio e o risco de resultar em uma espiral de depreciação e inflação”. O autor aponta também que a nota de um país (“*rating*”), atribuída pelas agências de avaliação crédito, pode ser rebaixada. E que, “consequentemente, no longo prazo, o balanço básico (conta corrente mais fluxos de capital de longo prazo) tem de estar em equilíbrio” (Ibid.:15, tradução nossa). Vale observarmos que, para os pós-keynesianos, nada

garante que tal equilíbrio será consistente com o pleno emprego de recursos ou com o crescimento do potencial produtivo (Ibidem).

Se houver uma tendência para crescimento maior das importações do que das exportações, um déficit crescente emergirá. Por tal situação ser, como vimos, insustentável, segue que é necessário o aumento das exportações do país para que a trajetória de crescimento econômico da economia possa ser continuada. Políticas voltadas ao lado da oferta (“*supply-side policies*”), tais como políticas industriais, podem fazer-se necessárias para direcionar a produção doméstica de forma a assegurar que haja produção dos bens e serviços para os quais há forte demanda internacional (SAWYER, 2003:104).

3.4.4 Comunicação entre governo e agentes econômicos.

Keynes, a partir de sua visão ampla de economia (que incluía no âmbito econômico as convenções, as expectativas, etc.) sempre chamou atenção à necessidade de certas medidas complementares às das áreas mais tradicionalmente vistas como política econômica *per se*, já que atribuía grande importância à formação de expectativas e às maneiras da sociedade se comportar (convenções). O economista defendia, por exemplo, como condição para a eficácia da política monetária, a abertura, e não o sigilo de informações essenciais, para que os agentes, informados dos planos governamentais, pudessem criar suas expectativas com base mais sólida, de forma que fosse gerado menor incerteza na economia e maior confiança nas expectativas. Quanto mais claras as indicações dadas pelo governo quanto à política monetária, mais rápido e tranquilo seria o movimento em direção à respectiva posição de “equilíbrio monetário” (lembramos que para Keynes a taxa de juros é um fenômeno convencional) (CARVALHO, 1999:276).

As ações sugeridas por Keynes evidenciam a importância que o economista atribuía à *comunicação* do governo com os agentes econômicos, dada sua visão ampla de economia. Os pós-keynesianos também atribuem importância a esta comunicação, já que ela pode influenciar as expectativas dos agentes e mesmo convenções (comportamentos habituais) (Cf., e.g., DAVIDSON, 1991). Minsky (1986), por exemplo, defende o fomento do debate público visando à compreensão mais profunda de problemas econômicos. Este autor argumenta que, sem isto, dificilmente poderia haver aceitação da população de reformas que, embora necessárias, trouxessem custos imediatos (ainda que no longo prazo os benefícios sociais perpassassem largamente os prejuízos à sociedade).

3.5 PLANEJAMENTO ECONÔMICO: ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS E AÇÃO DISCRICIONÁRIA DO ESTADO

Neste item, buscaremos explicar qual a visão pós-keynesiana quanto a como devem as diferentes políticas econômicas se articular, e sobre a questão da arbitragem estatal.

Como devem os diferentes tipos de política econômica (fiscais, monetárias, internacionais e demais) se articular entre si? Deve haver um planejamento? E dentro de cada área de política econômica, há que se atentar para a articulação das diversas prescrições? A visão dos pós-keynesianos acerca da articulação coerente das políticas econômicas segue a de John Maynard Keynes, que enfatizava a importância destas serem aplicadas de forma simultânea e articulada.

Como é possível perceber a partir do exposto nos capítulos 1 e 2, a visão macroeconômica tanto de Keynes quanto dos pós-keynesianos é extremamente articulada, apresentando múltiplas causalidades e interdependências entre seus diversos conceitos, sendo ainda permeada por aspectos sociais e “humanos” de grande relevância (incerteza, expectativas, decisões humanas, racionalidade limitada, convenções). A incerteza, por exemplo, é um fenômeno que se manifesta através de mecanismos diversos, localizados em áreas diferentes da economia. Ora, se a economia é vista desta forma, como um grande e complexo sistema composto por fenômenos e áreas interdependentes e que se desenrolam concomitantemente, e em dependência da ação dos seres humanos, poderíamos argumentar que a aplicação de políticas econômicas não poderia ser vista de outra maneira que não a articulada, complexa, orgânica.

Segundo Carvalho (1999), um aspecto muito importante – e frequentemente negligenciado – do pensamento de Keynes seria justamente a necessidade de se aplicar as diversas políticas econômicas de forma simultânea e articulada, ou seja, as políticas econômicas deveriam conformar um *planejamento coerente*. “É a natureza abrangente da gestão macroeconômica a característica da abordagem de Keynes” (Ibid.: 271). Estamos falando “na definição de um conjunto de medidas [ações concentradas e abrangentes] delineadas para reduzir ou socializar as incertezas que cercam as decisões econômicas e para impulsionar a demanda agregada via intervenção do Estado, quando a demanda privada fracassa” (Ibid.: 270).

Na visão de Keynes, ainda segundo Carvalho, a natureza abrangente da gestão macroeconômica estaria especialmente relacionada com a questão da incerteza:

O governo tem à sua disposição um arsenal de instrumentos para agir sobre o nível geral de atividade. A informação para utilizá-los está ou pode estar disponível (...). Como a incerteza perpassa e flui através de muitos canais, *todas as alavancas devem ser acionadas para assegurar a manutenção da economia em um estado de prosperidade*. As políticas econômicas keynesianas devem consistir em ações concentradas em múltiplas áreas (Ibid.:270, grifos adicionados).

Para os pós-keynesianos, a questão da necessidade de uma natureza abrangente e múltipla na gestão macroeconômica também decorre das características da incerteza na economia, mas, como vimos nos itens 3.2 e 3.3 (sobre as políticas monetária e internacional), decorre também – e de forma muito acentuada – das características de um sistema econômico globalizado e desregulamentado. Tais características fazem com que a política monetária como concebida pelos pós-keynesianos, por exemplo, tenha de ser aplicada em conjunto com políticas de intervenção e regulação do sistema financeiro, assim como de controle de capitais (HOWELLS, 2003). Nas palavras de Howells (2003:260, tradução nossa): “a política monetária pós-keynesiana reconhece, portanto, a necessidade de se redesenhar o sistema monetário internacional (...)”.

É importante ressaltarmos que o fato dos pós-keynesianos serem a favor da aplicação das políticas econômicas de forma articulada e *planejada* implica, ademais, no fato de serem contra a independência dos bancos centrais (HOWELLS, 2003).

Sobre a articulação e planejamento das políticas, é preciso termos em conta, ainda, que

a possibilidade de planejamento, no sentido de elaborar planos de intervenção para compensar um eventual hiato de investimentos privados, foi reforçada, na visão de Keynes, pelo fato de o governo não ser apenas mais um a tentar adivinhar as tendências futuras, mas de ser, em grande medida, um *construtor do futuro*, através do *poder mobilizador de [volumosos] recursos* [que podem inclusive ser usados de forma focada, se assim se desejar], e *influenciador da demanda agregada* (Ibid.: 269, grifos adicionados).

O Estado, enquanto “construtor do futuro”, pode arbitrar encabeçando (e/ou financiando a juros privilegiados) projetos de alto risco, e/ou que exijam volumes de capital maiores do que o setor privado esteja disposto a disponibilizar, e/ou que possuam prazos de maturação demasiadamente longos, inibindo a participação do setor privado. E ainda executar projetos que, embora não sejam economicamente vantajosos (não apresentando “viabilidade econômica” na concepção do setor privado), insiram-se estrategicamente em um plano maior de desenvolvimento econômico e social⁹³. Pode, ademais, direcionar a estrutura da economia

⁹³ O caso da Petrobrás é elucidativo a esse respeito: quando fundada, em 1953, não o foi a partir de análises econômicas baseadas no (pouco) conhecimento disponível à época sobre o petróleo nacional, mas sim influenciada pela campanha “O petróleo é nosso” e integrando ideais desenvolvimentistas e de segurança

– seja através de incentivos ou participação direta – para lidar com problemas persistentes de restrições de balanço de pagamentos⁹⁴, por exemplo, ou mesmo gerar desenvolvimento econômico segundo uma estratégia política nacional (de fato, podemos argumentar que o pós-keynesianismo é compatível com políticas de desenvolvimento e mesmo com políticas desenvolvimentistas, que, entretanto, agregam outras dimensões à análise).

A profundidade de uma intervenção estatal efetivamente aplicada dependerá não somente de questões teóricas, mas sim em grande medida de questões políticas e históricas, e especificamente da orientação político-ideológica do governo que a implemente.

Finalmente, como nos alertam diversos pós-keynesianos (Cf. ARESTIS, 1996), não podemos esquecer que a ação do Estado não é neutra, e que

políticas puramente macroeconômicas são difíceis de se conceber. Não há instrumentos capazes de impactar a economia como um todo sem mudar de alguma forma sua estrutura, ou seja, favorecendo alguns setores mais do que outros. A arte da política econômica deve residir exatamente na capacidade de elaboração de políticas para as quais tais efeitos sejam minimizados, ou, se for o caso, sejam buscados de forma consciente, como pode acontecer quando emergem gargalos setoriais ou áreas debilitadas se tornam alvo de recuperação (CARVALHO, 1999:271).

O que é importante notar é que “qualquer programa que trará melhorias tem um preço; algumas unidades poderão sair perdendo, e haverá custos de ajuste. Mas algumas unidades já estão perdendo, e [sempre] há custos de ajustamento em continuar na trajetória presente” (MINSKY, 1986:293, tradução nossa). Da mesma forma, como nos mostra Carvalho no trecho a seguir, a intervenção do Estado também pode *gerar* incerteza:

Economias onde a demanda agregada é sustentada podem ser inflacionárias, gastos públicos mais altos podem conduzir à elevação de impostos ou das taxas de juros, se políticas monetárias apropriadas não forem implementadas, vantagens competitivas podem ser criadas de modo desigual como resultado do gasto público, etc. (CARVALHO, 1999: 271).

Levando isso em consideração,

uma intervenção [realmente] redutora de incertezas requer ações concentradas em várias frentes, a fim de evitar que políticas econômicas locais ou setoriais acabem apenas desviando a incerteza de seus pontos de impacto originais, em vez de reduzi-la. Neste sentido, é melhor identificar ‘políticas econômicas keynesianas’, em vez de uma política keynesiana [estritamente] fiscal ou monetária. (...) Cada política impacta a economia através de um canal diferente, em momento e intensidade específicos. Além disso, cada política econômica específica tem seus próprios problemas de controle e previsibilidade da eficácia do instrumento e seu impacto (Ibid.: 271).

Em suma, por essas razões – e também porque a incerteza atua via múltiplos canais –, as políticas econômicas precisam ser aplicadas contemplando suas mais diversas “frentes”, integrando, como já afirmado, uma estratégia macroeconômica abrangente e coerente, de forma a maximizar a eficiência do uso de cada ferramenta econômica (CARVALHO, 1999:

nacional. Observa-se que, atualmente, o Brasil goza de uma situação muito próxima à auto-suficiência de recursos petrolíferos, podendo, por exemplo, minimizar choques do preço internacional do mesmo.

⁹⁴ Como vimos no item 3.4.3.

271). Os pós-keynesianos defendem ainda – assim como o fazia Keynes – a coordenação articulada das políticas econômicas não somente dentro das jurisdições de cada Estado, mas também *entre* os diferentes países (especialmente entre os principais países industrializados), para além das fronteiras nacionais (ARESTIS, 1996; HOWELLS, 2003).

CONCLUSÃO

1. A FORMULAÇÃO ESPECÍFICA PÓS-KEYNESIANA DE POLÍTICA ECONÔMICA

A formulação específica pós-keynesiana de política econômica pôde ser observada através dos instrumentos de política sugeridos como válidos por esta corrente de pensamento (expostos no capítulo três), assim como a partir das exposições sobre seus determinantes, sobre as visões que embasam tal formulação e sobre suas características peculiares. Cabe agora fazermos alguns breves comentários sintetizadores.

Como pudemos observar no capítulo 2 (item 2.2), o modo de pensamento babilônico, os valores e as concepções metodológicas pós-keynesianas conformam sua visão de mundo. Esta direciona o pensamento da escola, colocando explicitamente os princípios (objetivos finais) que guiam seu pensamento teórico, especialmente no que diz respeito à formulação de política econômica. Ademais, fornece as concepções metodológicas que fazem com que tal pensamento esteja constantemente em contato com o mundo real, desde sua gestação até quando de sua aplicação. Tais concepções propõem e possibilitam, ainda, uma visão ampla (complexa e profunda) de economia. Desta forma, é sobre a base da “visão de mundo” pós-keynesiana que se estabelece a ampla visão de macroeconomia da escola. Da mesma forma, sobre estas duas visões – e como consequência delas – forma-se a visão de intervenção estatal na economia da escola (que, mais uma vez, também apresenta caráter amplo com relação a suas causas, objetivos e características gerais de atuação).

A formulação específica pós-keynesiana de política econômica decorre das visões de mundo, de macroeconomia e de intervenção estatal da escola, na medida em que as políticas econômicas, em sendo os instrumentos e maneiras de se intervir na economia, são as expressões últimas de tais visões.

Como argumentado nesta monografia, as propostas de política econômica apresentam as características de: **(1) Grande amplitude** (tanto no sentido de uma pluralidade de instrumentos quanto à amplitude – complexidade e profundidade – de seus campos de aplicação, o que inclui aspectos econômicos, sociais, psico-sociais e políticos); **(2) Grande nível de generalidade/aplicabilidade** (no sentido de que se apresentam, muitas vezes, em formatos universais que permitem sua fácil adaptabilidade a situações reais específicas); **(3) Grande integração teórica**. Como observamos no capítulo 2 (item 2.2.4), os conceitos de objetivos, objetivos finais, recomendações gerais e políticas específicas dizem respeito a níveis diferentes de generalidade da análise de política econômica, e no pós-keynesianismo

estão íntima e *conscientemente* inter-relacionados. Todos os conceitos em questão subordinam-se direta ou indiretamente aos objetivos finais da escola (e, portanto, aos valores pós-keynesianos). Isto mostra uma visão de política econômica muito articulada ao pensamento pós-keynesiano como um todo, com profundas raízes que alcançam desde o nível da “visão de mundo” da escola. De forma que os valores da escola imperam de forma explícita desde tal nível até o mecanismo mais simples de política econômica que trará resultados sobre a sociedade e; **(4) Ênfase na transformação de estruturas.**

Quanto à origem dos valores humanistas que, como mostramos, são de tamanha importância à estruturação do pensamento da escola, devemos lembrar que, politicamente, os economistas pós-keynesianos variam de social-democratas moderados a socialistas mais radicais, e que sua escola nasce com o objetivo de resgatar os aspectos revolucionários (em termos teóricos) e não-neoclássicos de Keynes, Kalecki e outros. Keynes, com seu pragmático pensamento babilônico, e Kalecki, com seu pensamento de tradição marxista, representam também bases muito influentes de um pensamento econômico voltado ao social.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, apresentaremos nossas considerações finais, buscando delinear quais as contribuições e limites do pensamento pós-keynesiano para o entendimento de economias capitalistas modernas, e em particular à aplicação de políticas econômicas.

Julgar se o pós-keynesianismo traz “contribuições” de fato envolve, necessariamente, julgamentos de valor. A visão mais ampla da escola e sua abordagem mais “humanista”, por exemplo, são aspectos que podem ser considerados de grande valor. Mas que, ao mesmo tempo, poderiam ser usados para criticar o pós-keynesianismo enquanto escola de pensamento, caso se julgue que teorias econômicas não devem ser humanistas, mas sim “puras”, “economicistas”. Se a visão ampla traz amplas possibilidades, por outro lado poder-se-ia criticar este aspecto do pós-keynesianismo por falta de pragmatismo e aplicabilidade em muitas de suas propostas. Isto depende, é evidente, de caso se considere que a transformação da sociedade deve ser ou não um objetivo da economia enquanto ciência (e particularmente das políticas econômicas).

Tal julgamento envolve, ademais, aspectos do modo de pensamento que se emprega, isto é, ele depende, antes de mais nada, do olhar que se tem sobre o assunto. Como demonstra Dow (1996), o modo de pensamento empregado em economia circunscreve em parte – e de

partida – o escopo de análise, o que será considerado relevante, as ferramentas metodológicas que se poderão utilizar, etc.. Sendo assim, a tendência é que, ao se analisar uma escola de pensamento a partir da visão de mundo de outra, que parta de um modo de pensamento diverso, ocorra a desqualificação da primeira por falta de compatibilidade metodológica. Ou seja, a tendência é que se desqualifique o que é diferente, mesmo sem se ter de fato compreendido aquilo que se desqualifica. Como propõe Sheila Dow (1996:10-1), “no nível geral de uma discussão sobre qualquer assunto, pode parecer de início que há simplesmente bons argumentos e maus argumentos. [Entretanto,] (...) o que constitui um bom argumento dentro de um modo de pensamento, pode ser um mau argumento dentro de outro”.

A ênfase pós-keynesiana em aspectos normativos e na transformação de estruturas, por exemplo, pode ser considerada como positiva ou negativa, dependendo de aspectos metodológicos. Ora, se tais aspectos derivam da metodologia realista crítica, então a chance é de que serão aclamados por quem os observam de um ponto de vista metodológico realista. Mas poderão ser considerados como fatores da análise incoerentes com os propósitos da ciência econômica, se, como dito, a base metodológica assim o considerar.

Dessa forma, por trás da defesa ou não de certa estrutura teórica estão *valores* (ou “questões ideológicas”) e *questões metodológicas* (DOW, 1996; DOW, 2001), sendo que estes dois aspectos, segundo Dow (1996; 2001), apresentam também relações entre si. Ou seja: por trás dos *aspectos teóricos* de uma escola de pensamento, e de sua esfera lógico-racional, estão “visões de mundo” (modo de pensamento, aspectos metodológicos, ideologias e valores). É sobre estas visões de mundo (e inclusive de ciência) que as teorias emergem, tenham consciência disto ou não seus criadores. E, mais do que isto, por trás de qualquer *análise* referente à validade ou não de uma corrente de pensamento, estão também “visões de mundo”, com os diversos elementos citados que as formam⁹⁵ (DOW, 1996).

Assim sendo, advertimos o leitor que a seguinte discussão sobre as contribuições e limites do pós-keynesianismo será feita com base em uma visão explicitamente humanista (que preza pela igualdade, pelo bem-estar das populações, pela democracia econômica, e ainda não enxerga as ciências econômicas como uma área isolada e com um fim em si, mas sim como um meio para desenvolver as sociedades humanas) e ecológica. Além disso, não partiremos de uma visão dualista “Euclidiana/Cartesiana”, que tende a descartar por princípio (por questões metodológicas) a metodologia pós-keynesiana e diversas de suas contribuições

⁹⁵ A discussão sobre modo de pensamento, metodologia e ciência é, evidentemente, de uma amplitude que não cabe a este trabalho. Para uma discussão destes temas voltada à economia, cf. Dow (1996).

(DOW, 1996). Em termos metodológicos, tratar-se-á de uma análise do pós-keynesianismo feita sob um olhar compatível com a visão de mundo pós-keynesiana, com um forte viés aos problemas humanitários e ecológicos que enfrentamos atualmente (se a metodologia da escola é realista, devemos colocá-la a prova confrontando-a com os problemas mais urgentes da realidade contemporânea). Esta escolha, devemos ressaltar e deixar claro, tem a ver com questões metodológicas, já que uma exploração das contribuições e limites desta escola – que tem por característica justamente diferenciais metodológicos com relação às correntes neoclássicas – só assim poderá ser feita de forma satisfatória. Trata-se somente de um posicionamento gerado para, a partir dele, enxergarmos o pós-keynesianismo do melhor ângulo analítico possível. Como se poderá ver, isto não impede que observemos os limites e elos fracos do pensamento da referida escola.

Com isto em mente, podemos partir às nossas considerações finais.

2.1 Contribuições da visão pós-keynesiana.

Economias capitalistas modernas são estruturas complexas e profundas por natureza. De uma forma geral, uma visão ampla de economia – que abarque este caráter complexo e profundo delas – poderá trazer maior compreensão, e, portanto, maior poder de ação sobre as mesmas. Vejamos em maior detalhe quais as contribuições do pensamento pós-keynesiano para a compreensão da economia capitalista moderna e à aplicação de políticas econômicas nesta. São elas:

(i) a visão ampla da economia enquanto objeto de análise, que pode ajudar a compreendê-la com maior precisão e fidelidade;

(ii) uma metodologia para que a economia vista desta forma ampla possa ser estudada cientificamente (modo babilônico de pensamento; realismo crítico). Segundo Dow (2001:18): “É importante que haja alternativas para a metodologia formal e de um único método da economia neoclássica e que estas alternativas possam ser justificadas por fundamentos filosóficos e metodológicos. A economia pós-keynesiana provê tal alternativa”;

(iii) os (também amplos) instrumentos sugeridos para que se interfira na economia vista desta maneira abrangente, assim como a possibilidade de maior criatividade na prescrição de política econômica (dado o escopo abrangente de análise);

(iv) os diversos conceitos teóricos (incerteza, tempo histórico, economia monetária, PDE, etc.) e metodológicos (realismo crítico, relevância, modo de pensamento babilônico), e os respectivos diferenciais, que permitem que a economia seja compreendida de uma forma alternativa à neoclássica (segundo a ótica pós-keynesiana, de forma mais profunda e realista);

(v) a aproximação particular (realista crítica) pós-keynesiana à economia, no sentido de que ela faz com que a teoria econômica seja facilmente aplicada a questões de política econômica, na medida em que compreende questões estruturais e, assim, os efeitos de políticas pensadas à mudança estrutural, e/ou aplicadas em estruturas mutantes;

(vi) a ênfase na transformação de estruturas, aliada à metodologia realista crítica, que permite que a ciência econômica seja utilizada como um meio para a *transformação e construção* consciente da economia e da sociedade;

(vii) o desenvolvimento de uma teoria econômica e de um arcabouço de prescrições de políticas fortemente direcionados por uma visão humanista, em prol da ampliação da democracia econômica e que traz a diminuição da desigualdade como um aspecto central à análise – desde que, é claro, se considere que tais valores são desejados. Poderíamos, enfim, rephrasing esta contribuição da seguinte maneira: o desenvolvimento de uma teoria econômica e de um arcabouço de políticas voltados à interferência no sistema capitalista, porém a partir de uma orientação de valores não-capitalistas.

Podemos notar que a visão ampla (complexa e profunda) do pensamento pós-keynesiano é o ponto em comum que determina diversas das contribuições descritas acima. Ora, devemos então nos questionar, antes de mais nada, se o objeto das ciências econômicas deve ou não ser compreendido de uma forma ampla. Sob um ponto de vista pós-keynesiano, esta visão é não somente desejável, mas necessária se quisermos capturar o real funcionamento da economia, seus reais determinantes e os caminhos possíveis de se interferir nela. Para que, somente assim, possamos beneficiar as pessoas que participam deste sistema.

Considerando esta visão ampla como desejável, destarte concluímos que a aplicação, o desenvolvimento e a divulgação da metodologia realista e do modo de pensamento babilônico conformam-se em grandes contribuições pós-keynesianas.

Em suma, o arcabouço teórico pós-keynesiano (assim como a experiência histórica das mais diversas formas de aplicação dos “keynesianismos” intervencionistas) fornece um amplo leque de ferramentas analíticas que nos trazem importantes reflexões acerca da economia

capitalista, permitindo analisar e interferir na mesma de forma ampla e profunda, visando a atingir objetivos humanitários.

Se os pós-keynesianos oferecem visões e instrumentos mais amplos do que os neoclássicos, devemos lembrar que, para além do nível teórico, o debate histórico no pensamento econômico sempre é se a intervenção em si é benéfica ou não (teorias econômicas liberais *versus* teorias intervencionistas).

2.2 Limites da visão pós-keynesiana.

Vejamos agora quais os limites que a visão pós-keynesiana apresenta para o entendimento de economias capitalistas modernas e à aplicação de políticas econômicas.

2.2.1 Economia do meio ambiente, teoria econômica e as atuais questões ambientais.

Apesar de suas virtudes, o pensamento pós-keynesiano (assim como o “keynesiano” a que se opõe e que busca superar) não elenca entre suas principais preocupações questões de impactos ambientais, encontrando-se circunscrito a um debate não amplo o suficiente para atender às mesmas e adaptar seus modelos de forma a incluí-las⁹⁶. Debates e contribuições à economia do meio ambiente⁹⁷ – área que no último quarto de século ganhou importância e tamanho consideráveis nas ciências econômicas, particularmente no que diz respeito a políticas econômicas – são muito incipientes, para não dizer quase inexistentes (WINNET, 2003). Com suas visões particulares de mundo, de ciências econômicas e de economia, o pós-

⁹⁶ Para garantir sustentabilidade em escala mundial, a busca por minimizar impactos ambientais talvez exija que se limite o raio de ação dos agentes econômicos, o que inclui o agente “Estado” e a observação das possíveis consequências indiretas de suas políticas. Sob competição capitalista internacional (ou seja, *necessidade* de crescimento econômico) – e na ausência de uma regulação, fiscalização e legislação homogêneas para o globo –, cabe questionarmos se o capitalismo, “domesticado” pelo intervencionismo estatal ou não, revelar-se-á sustentável.

⁹⁷ Seguimos aqui a definição de Winnett (2003) para “economia do meio ambiente”, que inclui a área de economia dos recursos naturais.

keynesianismo seguramente poderia oferecer novos e mais “realistas”⁹⁸ modos de se pensar a questão ambiental e também críticas substanciais à visão neoclássica do tema⁹⁹ (Ibidem).

Quanto a uma *autocrítica* do pensamento pós-keynesiano tendo em vista a perspectiva da questão ambiental, esta ainda está por se fazer. Se a visão pós-keynesiana apresenta diversos aspectos positivos dentre suas peculiaridades, por outro lado poderíamos argumentar que talvez o “mundo real” tenha caminhado mais rápido do que ela, de modo que questões centrais, como o emprego, hoje competem com problemas ainda mais substanciais, como dúvidas sobre o futuro climático do Planeta. Esta crítica não pode ser feita ao pós-keynesianismo isoladamente. De fato, as diversas teorias econômicas capitalistas sobre desenvolvimento econômico (sejam liberais ou intervencionistas/desenvolvimentistas) parecem ter se focado demais no crescimento econômico e deixado em segundo plano os limites do ambiente com o qual interagimos e do qual extraímos nossos recursos naturais. A evolução recente dos problemas ambientais e as respectivas alarmantes conclusões científicas – cada vez mais consensuais – não parecem ter afetado seriamente as teorias econômicas.

De qualquer forma, as advertências necessárias frente ao papel maléfico ao meio-ambiente (e, portanto, ao Homem, mesmo que haja um hiato temporal) que o Estado pode assumir indiretamente ao estimular a economia não assumem o primeiro plano de preocupações dos pós-keynesianos. O mesmo vale para a intervenção estatal via políticas fiscais ativas, que por sua vez também pode acarretar em prejuízos ambientais, porém de forma direta. Apesar da visão pós-keynesiana ampla e voltada ao social, e da ênfase no aspecto qualitativo das políticas fiscais, políticas econômicas voltadas à solução dos problemas ambientais atuais (poderíamos imaginar, por exemplo, políticas industriais discricionárias que estimulasse tecnologias alternativas às poluentes) não são enfatizadas. A busca pelo pleno-emprego é uma meta amplamente aceita pela escola, mas são poucos os pós-keynesianos a alertar para os danos ambientais envolvidos com políticas fiscais expansionistas (MITCHELL & WATTS, 2003).

Tendo em vista a importância de grandes temas atuais – que têm, inclusive, peso no debate sobre políticas econômicas (WINNETT, 2003) – como aquecimento global e perda de biodiversidade, esta autocrítica e as possíveis reformulações e adaptações teóricas

⁹⁸ Winnett (2003:125) explicita, por exemplo, que na visão neoclássica a questão da sustentabilidade não é tratada de forma clara, sendo “essencialmente uma condição secundária [“a side condition”], ao invés de intrínseca à lógica do modelo”, o que, poderíamos argumentar, talvez não seja uma aproximação que abarque o problema em sua complexidade atual e com a seriedade que se faz necessária.

⁹⁹ Para uma discussão preliminar e propositiva destes dois aspectos do tema, que aponta as possíveis perspectivas pós-keynesianas que poderiam ser desenvolvidas, Cf. Winnett, 2003.

conseqüentes mostram-se necessárias. Se encararmos as questões ambientais com um pouco de pessimismo, a necessidade desta autocrítica torna-se urgente. Entretanto, vale ressaltar que, sob uma visão pessimista, as modificações teóricas necessárias talvez fossem tão radicais que possivelmente minariam a própria estrutura teórica pós-keynesiana (por exemplo, na medida em que o nível de produção compatível com o pleno-emprego pudesse ser considerado incompatível com as possibilidades do meio-ambiente). Isto significa que a incorporação das necessidades que o mundo nos apresenta hoje a seus modelos talvez seja impossível – seria mais viável a criação de uma nova teoria.

Novamente, a questão talvez não recaia especificamente sobre a teoria pós-keynesiana em si, mas sobre o próprio sistema capitalista que a escola em questão – mesmo a partir de uma visão “humanista” e que visa combater e controlar “injustiças” e desigualdades –, em última instância, defende e apóia¹⁰⁰. Como temos visto com relação aos acordos ambientais internacionais (vide Protocolo de Kyoto), o capitalismo parece ser incompatível com as necessidades que ele mesmo criou. Atualmente, governos travam verdadeiras batalhas para conseguirem aprovar protocolos e acordos que, mesmo que fossem seguidos, provavelmente não seriam suficientes para reverter ou tampouco interromper os danos ambientais atualmente em andamento no mundo.

Faz-se importante ressaltar que o fato do campo em questão ser pouco desenvolvido na escola de pensamento de que aqui tratamos implica, ademais, em uma contradição: dar pouca atenção às questões ambientais vai na direção oposta à de se “fazer o mundo um lugar melhor para mulheres e homens comuns” (ARESTIS, 1996:114, tradução nossa) e de se construir uma economia e uma sociedade mais “humanas” (MINSKY, 1986), que prezem pelos seres vivos e causem o mínimo possível de sofrimento a eles. Apesar da visão pós-keynesiana ser muito ampla, “humanista”, e de considerar a economia como parte integral das ciências sociais, seu escopo parece ter deixado de lado questões que não podem ser evitadas. Em seu livro “Post keynesian macroeconomic thought”, ao discorrer sobre certo mecanismo econômico, Paul Davidson cita uma metáfora muito interessante. Diz o economista: “(...) Em outras palavras, a cura pode resolver o problema, mas somente por matar o paciente” (DAVIDSON, 1994: 189, tradução nossa). O mesmo poderia ser dito com respeito às políticas pós-keynesianas: se postas em prática, poderiam gerar a prosperidade econômica que seria

¹⁰⁰ Sendo mais rigorosos, deveríamos afirmar que economistas pós-keynesianos são simpatizantes do capitalismo ou indivíduos *pragmáticos* que, apesar de se identificarem como socialistas, empenham-se em *trabalhar a realidade atual*, isto é, o sistema capitalista – talvez por julgarem suas aspirações mais substanciais distantes das possibilidades atuais, ou, quem sabe, por terem perdido a esperança utópica.

solução para parte considerável dos males que enfrenta a humanidade hoje. Mas, infelizmente, essa “cura” desatenta a questões mais substanciais (embora temporalmente capciosas) poderia acabar por ajudar a nos matar. De qualquer forma, como conclui Arestis (1996) (embora também não se refira especificamente ao campo de análise em questão), há ainda diversas áreas a serem exploradas e desenvolvidas pela economia pós-keynesiana como um todo¹⁰¹, muitas das quais, ele admite, representam grandes faltas à teoria desta escola de pensamento.

2.2.2 Restrições às políticas econômicas pós-keynesianas

Frente à ampla gama de políticas econômicas proposta pelos pós-keynesianos, colocam-se diversas restrições. No item 3.3, no qual discorremos sobre políticas internacionais, colocamos que a internacionalização e a globalização do capital financeiro e industrial impuseram restrições consideráveis à implementação de políticas econômicas de cunho pós-keynesiano, dada a liberdade dos capitais e a conseqüente concorrência entre os diversos mercados. Arestis (1996) afirma que outra possível séria restrição é a forte dependência das políticas na cooperação social e no consenso social entre trabalho, indústria e o Estado. O autor defende que frente à recente desregulamentação dos mercados, tal consenso pode ser mais difícil de se alcançar. Como também observamos, propostas que envolvem radicais transformações estruturais/institucionais também encontrariam sérias resistências políticas.

O número relativamente grande de restrições que se colocam às políticas econômicas propostas pelos pós-keynesianos parece nos indicar duas séries de fatores, que discutiremos a seguir:

(1) Como vimos, a visão pós-keynesiana de economia é ampla (complexa e profunda), resultando em um grande escopo analítico, o que permite que ofereça uma gama também ampla de ferramentas de política econômica. Entretanto, sendo assim, tais ferramentas confrontar-se-ão aos mais diversos aspectos da sociedade. Conseqüentemente, se por um lado o pós-keynesianismo apresenta grande pluralidade de ferramentas, por outro se depara com maior número de restrições. Tal é o caso da questão do “consenso social”: dependência de aspectos políticos, culturais e psico-sociais da sociedade, além dos econômicos.

¹⁰¹ As principais dentre estas áreas, na visão de Arestis em 1996, eram: escolha do Consumidor e comportamento humano em geral; modelagens alternativas para a oferta agregada, Economia internacional e Economias dos países em desenvolvimento; Teoria financeira e; dentro da área de economia monetária, o papel das políticas fiscal versus monetária em mercados financeiros internacionais desregulamentados (ARESTIS, 1996:130). Da mesma forma, uma teoria endógena de expectativas também precisa ser desenvolvida (Ibid.:113).

(2) Parte das políticas apresentadas pelos pós-keynesianos poderia ser prontamente aplicada, mas outra parte dependeria de reformas estruturais profundas do sistema capitalista. Isto é, a visão dos pós-keynesianos faz com que eles sejam, antes de mais nada, *reformadores do sistema*, e não somente proponentes de pacotes alternativos de políticas econômicas, que poderiam ser aplicadas no lugar das de outras escolas econômicas. E reformadores não somente do sistema econômico em si, com suas instituições, mas também do ‘sistema social’, da maneira como a sociedade pensa, age, interage e se organiza. Dos valores sociais, do que consideramos prioridade. E ainda das demais instituições (inclusive as internacionais). Ora, amplas reformas estruturais e/ou sociais dependem de amplos consensos políticos e sociais. Mais do que isto, dependem de momentos históricos nos quais diversos elementos (como a correlações de forças políticas) convergem de forma a permitir ou incentivar que experimentemos novos caminhos. E, como sabemos, tais condições dificilmente poderiam ser artificialmente gestadas.

Em outras palavras, o pós-keynesianismo por um lado apresenta, de fato, sugestões de políticas econômicas úteis e inovadoras ao sistema como é hoje. Por outro lado, a viabilidade de parte de suas recomendações fica sujeita a reformas mais profundas do sistema. Frente a estas, o ‘sistema’ reage e mostra-se altamente aversivo. A própria marginalidade dos pós-keynesianos pode ser vista como sinal desta aversão a suas idéias, que circulam nos relativamente escassos meios acadêmicos heterodoxos, mas não se aproximam muito dos policy-makers e das instâncias decisórias da economia¹⁰².

Devemos nos perguntar o que significa este estado das coisas. Três possibilidades nos vêm à cabeça. Primeiramente, alguém poderia argumentar que o arcabouço teórico pós-keynesiano não se sustenta, não descreve a realidade com fidelidade, não propõe reformas coerentes, ou, enfim, que não tem espaço para aplicação por ser inferior de alguma maneira ao de outras escolas (neste caso, a resposta estaria relacionada à esfera da racionalidade, ao campo do confronto das idéias). Em segundo lugar, poderíamos colocar a questão: será que a sociedade não atingiu a maturidade necessária – ou as experiências trágicas suficientes para obter o aprendizado e consciência necessários – para que entendesse a necessidade de reformas como tais, e de se responsabilizar pelo seu preço (neste caso, a resposta estaria mais relacionada com questões sociológicas e políticas)? Finalmente, em terceiro lugar, poderíamos nos perguntar se, de fato, tais reformas não são incompatíveis com o sistema capitalista como um todo. Não nos referimos a alguma espécie de incompatibilidade lógica

¹⁰² A afirmação vale mais para o exterior do que para o Brasil, no qual a distância é um pouco menor, ainda que grande.

entre as propostas em si e o mundo real, apreensível a priori por observações racionais, mas sim a incompatibilidades entre as propostas e objetivos pós-keynesianos, por um lado, e as forças políticas que sustentam o próprio sistema, por outro. Ou, em outras palavras, que as reformas sugeridas até seriam consideradas adequadas quando analisadas teoricamente, mas que só poderiam ser aplicadas de fato... em um outro sistema.

Uma possível resposta a esta questão, é evidente, não pode ser facilmente especulada, e nos remete mesmo às grandes questões que os clássicos da Economia Política tentavam responder, às questões “existenciais” do capitalismo, que permanecem ainda hoje incógnitas. Quem sabe, a questão colocada só poderá ser obtida no próprio desenrolar da História.

De qualquer forma, devemos lembrar que há uma enorme distância entre os agentes com poder de decisão e de influência, por um lado, e o restante da sociedade, por outro. De forma que as populações figuram geralmente como coadjuvantes de processos políticos plutocráticos.

2.3 Importância do pensamento pós-keynesiano.

Em suma, buscamos demonstrar neste trabalho que o pós-keynesianismo apresenta especificidades quanto à sua formulação de políticas econômicas, e que estas especificidades têm raízes profundas no pensamento pós-keynesiano. Além disto, buscamos evidenciar contribuições e limites do pensamento pós-keynesiano para o entendimento de economias capitalistas modernas e à aplicação de políticas econômicas, podendo, inclusive, prevenir e remediar crises como a atual.

De fato, com base na extensa exposição das políticas econômicas pós-keynesianas que executamos, poderíamos especular para fins de exercício analítico que a crise atual dificilmente se concretizaria caso o sistema capitalista mundial se encontrasse sobre ampla intervenção governamental nos moldes pós-keynesianos. Ora, esta crise diz respeito a certo arranjo institucional, no qual se destacam um setor financeiro pouco regulamentado e certo sistema monetário (e de pagamentos) internacional. Ela está contida na lógica deste arranjo, que é incompatível com a ótica pós-keynesiana que preza por forte regulamentação do sistema financeiro, pelo controle da especulação, e pela criação de um sistema financeiro internacional que evite transmissões de crises e, alternativamente, gere pressões positivas sobre a demanda mundial. De qualquer forma, tendo a crise já se materializado, devemos evidenciar que os pós-keynesianos apresentam instrumentos teóricos e metodológicos que podem ser utilizados para remediá-la e para a melhor compreensão da mesma – o que fica

evidente pela simples revalorização nos últimos tempos das idéias de Keynes, que têm sido resgatadas às pressas pelos governantes mundo afora.

Quanto ao “keynesianismo” como um todo, críticas que o julgam ultrapassado, insustentável ou gerador de ineficiências devem observar que há diversas concepções sobre o que deveriam ser políticas keynesianas, e, portanto, seria errôneo invalidar todas as visões de mundo e os arcabouços teóricos construídos pelas diversas escolas de pensamento “keynesianas” em função de *certas* visões e aplicações, como a dos velhos-keynesianos.

Quando partimos da visão de mundo dos pós-keynesianos, políticas econômicas devem ser abrangentes no sentido de não se concentrar somente nos instrumentos que o *mainstream* econômico considera como econômicos *per se*. Isso significa que a teoria econômica – assim como os economistas – não deveria fechar-se em si, buscando sempre observar fatores tidos muitas vezes como não pertencendo às ciências econômicas (políticos, institucionais, sociais e psico-sociais), e ainda observar de maneira mais ampla as possibilidades de instrumentos econômicos que comumente são esquecidos pelo *mainstream* (e isto tudo, evidentemente, deve ser feito a partir de uma metodologia realista crítica). De fato, poderíamos argumentar (sob a ótica metodológica pós-keynesiana) que somente com um olhar amplo (complexo e profundo) das questões econômicas (que reconhece a economia como parte integral das ciências sociais, e se apoiará frequentemente em dados empíricos e históricos¹⁰³) possibilitaria que se atinja o *realismo* necessário para a compreensão e intervenção efetiva (e socialmente benéfica) nas diversas economias nacionais. Vale lembrarmos que a meta central é, nas palavras de Minsky (1986:293), criar uma “*humane economy*” (ou seja, uma economia que preze pelos seres vivos e cause o mínimo possível de sofrimento a eles¹⁰⁴) como um primeiro passo a uma “*humane society*”.

Se é verdade que, como dizia Keynes, “no longo prazo estaremos todos mortos”, não podemos esquecer que desenvolvimentos rumo a esta meta central à qual se voltam os pós-keynesianos são requeridos com urgência. Os desafios políticos que se contrapõe a tal objetivo não são pequenos. O momento histórico atual – de crise dos EUA, grande centro do sistema capitalista mundial – já trouxe Keynes e o intervencionismo de volta ao debate¹⁰⁵, e

¹⁰³ A questão é tratada por Arestis (1996). Para exemplos do uso de dados históricos e empíricos, Cf.: DAVIDSON (1991), DAVIDSON (1994), CARVALHO e SICSÚ (2004), CARVALHO (1999) e MINSKY (1986).

¹⁰⁴ Segundo o Longman dictionary of contemporary English, Third Edition. Essex: Ed. Pearson Educational, 1995.

¹⁰⁵ “Keynes, cuja missão na vida era salvar o capitalismo de seus excessos, tornou-se mais relevante hoje do que em qualquer momento desde a sua morte, em 1946. Sua influência renovada pode ser vista em toda parte: no

talvez abra novamente no decurso da história do pensamento econômico algum espaço para que o conteúdo revolucionário das idéias de Keynes e outros – agora, quem sabe, através dos pós-keynesianos – atinja as esferas da opinião pública, dos *policy makers* e dos próprios economistas. Em vida, o economista supracitado acreditava que os debates em torno das questões econômicas se resolveriam através de confrontos circunscritos à esfera da racionalidade. Venceria o melhor argumento. Pouco antes de falecer, decepcionou-se ao constatar que interesses político-econômicos se sobrepõem aos argumentos racionais e definem os rumos das sociedades (SCHWARTZ, 1984). Estas, por sua vez, permanecem à margem mesmo da simples compreensão quanto aos elementos políticos que definem em grande parte seu mundo material, assim como os contornos institucionais e culturais sobre os quais vivem.

Encerramos nossa argumentação – que tratou de uma abordagem “multidisciplinar” de economia – lembrando que os elementos econômicos estão intimamente relacionados a questões políticas e sociológicas e, assim, também à questão da **conscientização social**. Nas palavras de Minsky (1986: 289, tradução nossa, grifo adicionado),

assuntos econômicos precisam tornar-se uma séria questão pública e o objeto de debates se quisermos tomar novos rumos. Reformas significativas não podem ser comunicadas por uma elite conselheira e administrativa que é ela própria a arquiteta da situação existente. Ao menos que o público compreenda a razão para mudar ele não aceitará seus custos; a compreensão [em oposição à ignorância e à passividade que possibilita manipulação] é o fundamento da legitimidade para a *transformação*.

pacote de estímulo econômico planejado pelo candidato [à presidência dos EUA] Barack Obama, por exemplo. Quando [o atual presidente dos EUA] George W. Bush disse que o plano de seu governo de assumir participações em bancos ‘não pretende tomar o controle do livre mercado, mas preservá-lo’, poderia estar citando Keynes diretamente.” (CROOKS, 2008). Ao que parece até este momento, a “influência renovadora” de Keynes far-se-á novamente de maneira muito restrita e seletiva quando temos em vista a extensão e profundidade de seu pensamento e a importância do “conteúdo revolucionário” deste. Vide, por exemplo, a leitura muito recente feita por Crooks (Ibid.), do “Financial Times”: “Keynes rebatia que, em determinadas circunstâncias, uma economia poderia ficar atolada. Se indivíduos e empresas tentassem poupar mais, reduziriam as rendas de outros indivíduos e empresas. O resultado seria uma espiral de queda que não se reverteria sem intervenção. É aí que entra o governo: bombeando dinheiro de volta à economia por algum meio, tal como o gasto em obras públicas, a fim de persuadir indivíduos e empresas a economizar menos e a gastar mais”. Fala-se em intervenção e política fiscal, mas nenhuma referência é feita, por exemplo, a distribuição de renda, controles de capitais ou a como está o sistema financeiro internacional em termos estruturais. O liberalismo parece nunca mudar: quer a economia o mais “livre” possível para que se acelere a acumulação a todo custo... até que o limite é extrapolado e, frente aos abalos dos grandes interesses, a recorrência ao Estado – rotulado de “keynesiano” ou não, pouco importa – se faz premente.

Como afirmou certa vez Keynes¹⁰⁶, “muitos dos males econômicos do nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância” (Keynes apud CARVALHO, 1999: 280, grifo adicionado).

Ao largo das três últimas décadas de hegemonia liberal na teoria econômica, os pós-keynesianos persistiram em desenvolver e aprimorar metodologias e teorias macroeconômicas que prezam pela intervenção econômica e que têm por objetivo a construção consciente e deliberada de uma economia voltada ao bem-estar, à igualdade e à realização do potencial da sociedade. Agora que o liberalismo parece ruir sobre seus alicerces insustentáveis, as teorias macroeconômicas pós-keynesianas – e especificamente aquelas referentes a políticas econômicas e à intervenção estatal na economia – apresentam-se como um arcabouço suficientemente trabalhado e completo para que possa ser aplicado. Isto vale, inclusive, no que diz respeito a remediar a crise atual, mas principalmente quanto à prevenção de futuras crises. Se o pós-keynesianismo conquistará espaço maior ou não na academia e dentre os *policy-makers*, isto depende de fatores políticos e sociológicos. O que podemos reafirmar, entretanto, é o potencial do mesmo frente ao momento histórico em que nos encontramos.

¹⁰⁶ A citação completa deste trecho muito rico é: “Muitos dos males econômicos do nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. É porque os indivíduos particulares, afortunados pela situação ou por habilidades, são capazes de levar vantagens da incerteza e da ignorância, e também porque, pela mesma razão, grandes negócios com frequência são uma loteria, na qual surgem grandes desigualdades de riqueza; esses mesmos fatores são a causa do desemprego, do trabalho ou da frustração de expectativas razoáveis de negócios, e ainda do prejuízo da eficiência e da produção” (Keynes apud CARVALHO, 1999: 280).

REFERÊNCIAS

- ARESTIS, P. “**Post-keynesianism: a new approach to economics**”, Review of Social Economy, Outono (Fall) 1990.
- ARESTIS, P. “**Post-keynesian economics: towards coherence**”, Cambridge Journal of Economics, 1996, 20: 111-35.
- ARESTIS, P. e DE ANTONI, E. “**Rediscovering Fiscal Policy Through Minskyan Eyes**”, Università Degli Studi di Trento – Dipartimento di Economia. Discussion paper No. 31, 2007.
- ARESTIS, P. e SAWYER, M. “**Keynesian economic policies for the new millennium**”. The Economic Journal, January 1998.
- BARBER, W. J. **Uma história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar: 1976.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. “Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra”. In: OLIVEIRA, M. A. **Economia & trabalho**. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.
- BROWN, A. “Critical realism”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- CARVALHO, F. “Políticas econômicas para economias monetárias”. In: LIMA, G., SICSÚ, J. e DE PAULA, L. F. (Orgs.) **Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea**, Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CARVALHO, F. e SICSÚ, J. “**Controvérsias recentes sobre controle de capitais**”. In: Revista de economia política, vol. 24, No 2, 94, abril-junho 2004.
- CHICK, V. **On money, method, and Keynes** – selected essays. London: St. Martin’s Press, 1992.

- CROOKS, E. “Keynes volta à moda com intervenções” (do “Financial Times”). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de outubro de 2008. Caderno Dinheiro, p. B7.
- CRUZ, A. **Economia Solidária: a experiência de três cidades latino-americanas**. 2005. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- DAVIDSON, P. **Controversies in post-keynesian economics**. Aldershot: Edward Elgar, 1991.
- DAVIDSON, P. “Reforming the world’s money”, **Journal of Post Keynesian Economics**, 15(2): 153-79, Winter 1992.
- DAVIDSON, P. **Post Keynesian macroeconomic theory**. Aldershot: Edward Elgar, 1994.
- DAVIDSON, P. **John Maynard Keynes**. Palgrave Macmillan, 2007.
- DE DEOS, S. S. **A Hipótese da Instabilidade Financeira de Minsky numa Economia de Mercado de Capitais**. 1997. Tese de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- DEQUECH, D. Expectations and confidence under uncertainty, **Journal of Post Keynesian Economics**, 21(3): 415-30, Spring 1999.
- DEQUECH, D. Fundamental uncertainty and ambiguity, **Eastern Economic Journal**, 26 (1): 41-60, 2000.
- DEQUECH, D. “Post Keynesianism”. In: BECKERT, J. and ZFIROVSKI, M. (eds.), **International Encyclopedia of Economic Sociology**. London: Routledge, 2005.
- DEQUECH, D. “Uncertainty: a typology and refinements of existing concepts”. 2007 (Em fase de elaboração. Texto provisório utilizado em 2007 na disciplina CE-900 (macroeconomia pós-keynesiana) do curso de ciências econômicas da Unicamp. A ser publicado em data futura).
- DILLARD, D. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes – teoria de uma economia monetária**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- DOW, S. C. **Macroeconomic thought – a methodological approach**. New York: Basil Blackwell, 1985.

- DOW, S. C. **The methodology of macroeconomic thought**. Cheltenham, UK – Brookfield, US: Edward Elgar, 1996.
- DOW, S. C. **Post Keynesian methodology**. In: HOLT, Richard P. F. and PRESSMAN, Steven. (eds.), **A new guide to post keynesian economics**. London: Routledge, 2001.
- DOW, S. C. “Babylonian Mode of Thought”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- FERRARI FILHO, F. **The concept of uncertainty in post keynesian theory and in institutional economics**. 14-10-2004. 21 fls. Programa de seminários acadêmicos – USP, São Paulo.
- FERREIRA, A. N. **Teoria macroeconômica e fundamentos microeconômicos**. 2003. Tese de doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GARDELS, N. “A crise de Wall Street equivale à queda do Muro de Berlim”. **El País**, Madrid, 25 de setembro de 2008. Disponível em: www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15251&alterarHomeAtual=1. Acesso em: 29-10-2008.
- GLICKMAN, M. “Uncertainty” In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- GODOY, D. “Liberais brasileiros são os mais radicais de todos, diz analista”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de outubro de 2008. Caderno Dinheiro, p. B7.
- GROSSMAN, H. I. “Rational expectations, business cycles, and government behavior”. In: FISCHER, S. (Ed.). **Rational expectations and economic policy**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.
- HAMOUDA, O. F., e HARCOURT, G. C “**Post-keynesianism: from criticism to coherence?**”, Bulletin of Economic Research, January. Reprinted in Pheby. J. (Ed.), **New Directions in Post-Keynesian Economics**, Aldershot: Edward Elgar, 1988.
- HARVEY, J. T. “Exchange rates”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- HOLT, R. P. F. e PRESSMAN, S. (eds.). **A new guide to post keynesian economics**. London: Routledge, 2001.

- HOLT, R. P. F. e PRESSMAN, S. “What is Post Keynesian economics?” In: HOLT, Richard P. F. and PRESSMAN, Steven. (eds.), **A new guide to post keynesian economics**. London: Routledge, 2001b.
- HOWELLS, P. “Monetary policy”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. London: Macmillan. Tradução brasileira, São Paulo, Ed. Abril, 1983.
- KING, J. E. (Ed.). **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- LENIN, V. I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Global, 1987.
- LÓPEZ G., J. “Budget deficits”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- MARX, K. **O capital – crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- McCOMBIE, J. S. L. “Balance-of-payments-constrained economic growth”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- MINSKY, H. **Can “it” happen again? – essays on instability and finance**. New York: M. E. Sharpe, 1982.
- MINSKY, H. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.
- MINSKY, H. **Stabilizing an unstable economy**. New York: Mc Graw Hill, 2008.
- MITCHELL, W. & WATTS, M. “Full Employment”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- MOORE, B. “Endogenous money”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

- NEVILE, J. W. “Fiscal Policy”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- **PROGRAMA DE GOVERNO DO PT 2003-2006**. Retirado de: www.pt.org.br, 2002, acessado em dezembro de 2006.
- PRESSMAN, S. “Institutionalism”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- ROSSER JR., J. B. “Uncertainty and expectations”. In: HOLT, Richard P. F. and PRESSMAN, Steven. (eds.), **A new guide to post keynesian economics**. London: Routledge, 2001.
- SANTOS, T. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói – RJ, v.3, n.1, jun. 1999.
- SAWYER, M. “Economic policy”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- SCHWARTZ, G. **John Maynard Keynes**. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Encanto Radical, 1984.
- SETTERFIELD, M. “Effective demand”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- SICSÚ, J. “Keynes e os novos-keynesianos”. In: LIMA, G. T. & SICSÚ, J. (Organizadores). **Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo**. São Paulo: Manole, 2003.
- SILVA, A. C. M. e. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- SILVA, F. de B. e. “Cidadão Keynes”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de abril de 1996. Caderno Mais.
- SMITHIN, J. “Inflation”. In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- STEWART, M. **Keynes and after**. Harmondsworth: Penguin, 1987.

- TAVARES, M. da C. “Entupiu o sistema circulatório do capitalismo. É preciso agir rápido, antes que ocorra a trombose”. Entrevista à **Carta Maior**, São Paulo, 08 de outubro de 2008. Disponível em: www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15281&alterarHomeAtual=1. Acesso em: 29-10-2008.
- TRIGG, A. B. “Multiplier” In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- WINNETT, A. “Environmental Economics” In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- WRAY, L. R. “Money” In: KING, J. E. (Ed.), **The Elgar companion to post keynesian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.